

SUMÁRIO

Interfaces adaptativas no comércio eletrônico como facilitadoras da inclusão digital de idosos

Análise da relação entre depressão, estresse e estratégias de enfrentamento em idosas residentes na cidade de Ivoti

Estado, cidadania e políticas públicas: considerações do cenário Brasileiro contemporâneo

Análise dos eventos estressores nos idosos residentes na cidade de Ivoti/RS

Reflexões sobre inclusão/exclusão digital no ambiente escolar

Metodologia para avaliação da influência de vestuário ortopédico (theratogs) na marcha e na funcionalidade de crianças com paralisia cerebral

Análise do protocolo de terapia intensiva pediasuit em uma criança quadriplegica : um estudo de caso

Apontamentos sobre discriminação, preconceito, inclusão e acessibilidade na sociedade brasileira

O envelhecimento populacional: fatores associados à qualidade de vida em idosos

Acesso ou acessibilidade na saúde?

Políticas de proteção à infância: o mito da proteção integral

Esporte e sociedade: a construção de valores na prática esportiva em projetos sociais

Avaliação da qualidade de vida em pacientes idosos com insuficiência Cardíaca Crônica Tratados pelo SUS do município de Guaporé – RS

Projeto de pesquisa: Qualidade de vida no trabalho de funcionários do setor administrativo de uma empresa de avicultura do Vale do Rio Caí, RS

Rompendo barreiras: A Internet como facilitadora na busca de estudos validados

Qualidades de vida e qualidade de vida no trabalho: Uma revisão sistemática dos diferentes números de publicações em momentos distintos

Acessibilidade e qualidade de vida nas unidades habitacionais acessíveis às pessoas com deficiência construídas pelo Demhab, Porto Alegre, RS

A relação entre as atividades avançadas da vida diária, eventos estressores e depressão entre idosos residentes no município de Ivoti/RS

O papel dos profissionais da saúde na inclusão social de pessoas com deficiência física

As Políticas Públicas e o Adolescente infrator: A Inclusão Pós Sanção, um retrato da realidade dos jovens egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo

Interfaces adaptativas no comércio eletrônico como facilitadoras da inclusão digital de idosos

Angélica Luísa Nienow – Feevale¹
Patrícia Brandalise Scherer Bassani – Feevale²
Débora Nice Ferrari Barbosa – Feevale³

Palavras-chave: Inclusão social. Inclusão digital. Idosos. Comércio eletrônico. Interação humano-computador. Interfaces adaptativas.

INTRODUÇÃO

Em vários países do mundo, as populações estão envelhecendo. No Brasil, o aumento da longevidade e a redução das taxas de mortalidade, nas últimas décadas, mudaram o perfil demográfico do país (BRASIL, 2010).

Biologicamente, o envelhecimento se caracteriza por mudanças na aparência, no tempo para reação a ações, perda de peso, declínio funcional da audição, do olfato e da visão, além disso, sistemas, tecidos e órgãos podem falhar ou parar, levando a morte. Logo, o envelhecimento compreende os processos de transformação do organismo, que ocorrem após a maturação sexual e que implicam na diminuição gradual da probabilidade de sobrevivência (PASQUALOTTI, 2008).

Em oposição às patologias que afetam as pessoas no processo de envelhecimento normal, está o envelhecimento bem-sucedido. Envelhecer de forma satisfatória depende do equilíbrio entre as limitações e potencialidades do indivíduo, o que possibilita lidar com diferentes graus de eficácia e com perdas inevitáveis do envelhecimento (NERI, 1995).

Ao encontro desse fato, com o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC), a partir dos meados do século XX, aparecem novas formas de armazenar, recuperar e trocar informações. O uso de softwares e sites faz parte do cotidiano de diferentes grupos de pessoas, para as mais diversas finalidades, uma delas é a compra de produtos e serviços variados através de portais de comércio eletrônico. Nos últimos anos, diversas empresas, de diferentes segmentos, passaram a comercializar seus produtos diretamente aos consumidores

¹ Discente do Mestrado Profissional em Inclusão Social e Acessibilidade pela Universidade Feevale. Bacharel em Sistemas de Informação – Universidade Feevale, 2010.

² Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006). Professora titular do Mestrado Profissional em Inclusão Social e Acessibilidade e do curso de Licenciatura em Computação da Universidade Feevale; líder do Grupo de Pesquisa em Informática na Educação.

³ Doutora em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Professora adjunta do curso de Sistemas de Informação da Universidade Feevale e pesquisadora colaboradora do Mestrado Profissional em Inclusão Social e Acessibilidade.

através da internet. O comércio eletrônico se apresenta como um fenômeno irreversível diante da facilidade de vender e de expor os produtos e serviços na internet.

Mas, a mesma tecnologia que tem o poder de facilitar a vida de alguns indivíduos também pode trazer dificuldades para determinados grupos da população, como as pessoas idosas. Para tanto, pergunta-se: De que maneira interfaces adaptativas podem auxiliar idosos na interação com portais de comércio eletrônico? Como delimitação do tema deste estudo se tem a análise de usabilidade e adaptação das interfaces de portais de comércio eletrônico por usuários idosos. O objetivo geral deste estudo é analisar de que maneira as interfaces adaptativas podem facilitar a interação de pessoas idosas em portais de comércio eletrônico, a fim de propor diretrizes para a implementação desse tipo de interface em portais de comércio eletrônico para contemplar este público. Pretende-se compreender como ocorre a interação de idosos nesses portais, bem como analisar os métodos e as técnicas de adaptação que podem ser aplicadas em sites de comércio eletrônico partindo das necessidades de uso de pessoas idosas. Para isso, realiza-se avaliação de usabilidade e adaptação com foco em portais de comércio eletrônico, através de método de inspeção de usabilidade e adaptação e de teste com usuários. Em um último momento, com base no referencial teórico e nos resultados de pesquisa com usuários idosos, será delineada uma proposta para o projeto de interfaces adaptativas para portais de comércio eletrônico.

Assim, o presente artigo apresenta um estudo teórico sobre a interação humano-computador, abordando interfaces computacionais e a sua evolução, enfatizando interfaces adaptativas, níveis, métodos e técnicas de adaptação. Dessa forma, o estudo teórico auxiliou no desenvolvimento da metodologia proposta, agregando a avaliação de adaptações presentes em interfaces de portais de comércio eletrônico a avaliações de usabilidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. Adaptação na interação humano-computador

Para que a interação humano-computador seja possível é indispensável o uso de interfaces e da interatividade. De acordo com Orth (2005), a interface de um programa de computador é a parte que exhibe ao usuário o que o programa faz, como ele pode ser utilizado, quais informações podem ser solicitadas e como devem ser fornecidos os dados que o programa necessita. Além disso, a interface aceita entradas fornecidas pelos usuários, analisando-as, estabelecendo diálogos e exibindo objetos da aplicação ou da interação ao usuário. Todo esse processo se dá com o uso de janelas, menus, ícones, figuras, textos, animações, entre outros.

Inicialmente existiam interfaces por linhas de comando. Com o passar dos anos, a interface

evoluiu e passou a incluir aspectos relacionados com a percepção motora, visual e cognitiva dos usuários (OLIVEIRA NETTO, 2004). As interfaces passaram a ter como objetivo principal fornecer uma interação humano-computador mais amigável, surgindo a perspectiva da usabilidade. Interfaces devem ser de fácil utilização, fornecendo sequências simples de interação, mostrando de forma clara quais as alternativas disponíveis para cada passo da interação do usuário, sem confundir-lo e nem deixá-lo inseguro.

Uma recente evolução em interfaces com usuários é a possibilidade de criação de interfaces adaptáveis. Esse tipo de interface permite que o usuário ajuste as mesmas ao seu gosto pessoal (ORTH, 2005). A adaptação das interfaces aos usuários pode ser vista sob dois enfoques: adaptação da interface ao usuário feita pelo próprio usuário e adaptação da interface ao usuário, feita pelo próprio sistema (ORTH, 2005). Em linhas gerais, interfaces com possibilidades de adaptações feitas pelos próprios usuários, também chamadas de adaptáveis, apresentam as informações de maneira personalizada, de acordo com as preferências, interesses e conhecimentos do usuário. Englobam recursos como trocar cores, planos de fundo, aumentar e diminuir o tamanho da fonte. As interfaces adaptativas realizam as adaptações e personalizações de forma automática e dinâmica durante o processo de navegação, baseadas na aprendizagem da navegação e da interação do usuário (KOCH; ROSSI, 2002).

Técnicas de interfaces adaptativas podem ser utilizadas para adaptar interfaces às preferências do usuário, à sua capacidade cognitiva e ao seu estilo de navegação, tornando as interações mais naturais e atrativas. Essas técnicas de adaptação podem ser empregadas tanto para a reorganização dos objetos no ambiente, como para alterar a forma de apresentar informações (CHITTARO; RANON, 2000). As adaptações podem ocorrer em diferentes níveis ou de diferentes formas: adaptação de conteúdo, adaptação da navegação e adaptação da apresentação do conteúdo. Cada um desses níveis de adaptação possui métodos e técnicas de adaptação próprios, conforme é demonstrado na Figura 1.

Nesse sentido, o presente estudo está focado na utilização de interfaces adaptativas em portais de comércio eletrônico B2C (*business to consumer* – de empresa para consumidor). Nesse tipo de comércio eletrônico empresas desenvolvem portais de mercado eletrônico para vender produtos e serviços aos seus consumidores. As ditas lojas virtuais oferecem catálogos de produtos, processamento interativo de pedidos, sistemas seguros de pagamento eletrônico, além de suporte online ao cliente (O'BRIEN, 2004). Nessa modalidade, o cliente, além de efetuar compras, também pode utilizar ferramentas de busca e comparação de produtos diversos, a fim de obter melhores preços (STAIR; REYNOLDS, 2006).

Considerando que as interfaces de portais de comércio eletrônico são o meio utilizado pelos consumidores para pesquisar e adquirir produtos diversos, é fundamental que esses portais possibilitem a adaptação de suas interfaces conforme as necessidades de cada usuário. Desta forma, entende-se que a adoção de interfaces adaptativas em ambientes virtuais como o comércio eletrônico, pode ser uma alternativa para permitir ou facilitar a utilização dos mesmos.

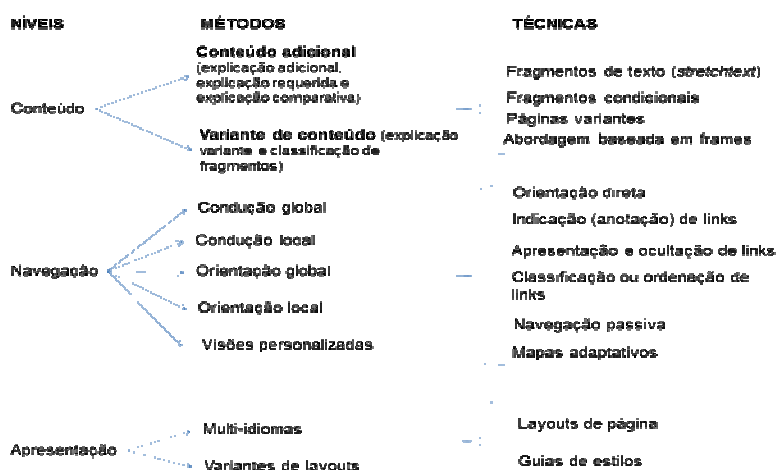


Figura 1. Níveis, métodos e técnicas de adaptação
Fonte: elaborada pela autora

METODOLOGIA

Considerando os fatores apontados até então, está sendo desenvolvida uma pesquisa acerca da utilização de portais de comércio eletrônico por pessoas idosas. O objetivo é analisar como as interfaces adaptativas podem facilitar a interação de pessoas idosas em portais de comércio eletrônico. Pretende-se compreender como ocorre a interação de idosos com esses portais, bem como analisar os métodos e as técnicas de adaptação que podem ser aplicadas em sites de comércio eletrônico partindo das necessidades de uso dos mesmos.

Para tanto, é proposta uma metodologia específica para o desenvolvimento deste trabalho, que permitirá uma triangulação de dados entre usabilidade, métodos e técnicas de adaptação e características do envelhecimento. Essa metodologia é baseada em dois métodos de avaliação, seguindo os conceitos de Dias (2007), que são: método de inspeção de usabilidade e método de teste com o usuário, utilizando as dez heurísticas de Nielsen (2003). As heurísticas de Nielsen foram desenvolvidas em 1990 com base em problemas de usabilidade. Em 1994 Nielsen condensou problemas de usabilidade em dez heurísticas de usabilidade (DIAS, 2007). Orth (2005); Preece, Rogers e Sharp (2005) e Dias (2007) abordam as dez heurísticas de Nielsen.

Os métodos de inspeção são caracterizados pela não participação direta dos usuários na avaliação e se valem de conceitos previamente estabelecidos para identificar problemas. São realizados por especialistas em usabilidade (DIAS, 2007). O método de teste com o usuário ocorre

com a participação direta do usuário através de questionários, entrevistas, observação e monitoramento do uso de sistema.

Ambos os métodos de avaliação selecionados para o desenvolvimento da metodologia se ocupam com a inspeção da usabilidade. Dessa forma, para avaliar a adaptação existente em cada um dos portais de *e-commerce*, foram agregados à avaliação de usabilidade os estudos sobre níveis, métodos e técnicas de adaptação de interfaces. Assim, para poder evidenciar a existência, ou não, de métodos e técnicas de adaptação nos portais escolhidos para a pesquisa, cada heurística de usabilidade foi associada aos níveis de adaptação existentes: conteúdo, navegação e apresentação.

Para realizar as duas avaliações, inspeção de usabilidade e método de teste com o usuário, foram elencadas cinco etapas, que seguem a lógica de uso de portais de comércio eletrônico. A primeira etapa compreende a visualização e busca de produtos na página de catálogo de produtos. A segunda etapa engloba a visualização dos detalhes de um determinado produto, como imagens, descrições técnicas, preço e disponibilidade. A terceira etapa é representada pela utilização do carrinho de compras, envolve a inclusão e exclusão de produtos no mesmo. A quarta etapa corresponde à identificação do usuário através de cadastro ou de login no portal. A última etapa é representada pela finalização da compra e da escolha da forma de pagamento.

Para relacionar os resultados obtidos nos dois métodos de avaliação utilizados, será feita uma triangulação dos dados obtidos na inspeção com as informações levantadas pela avaliadora com o teste com os usuários, bem como com os comentários e sugestões apresentados pelos participantes após o método de teste.

A análise será finalizada com o delineamento uma proposta para a utilização de interfaces adaptativas em portais de comércio eletrônico. Essa proposta apontará quais métodos e técnicas de adaptação podem ser utilizados ou implementados em portais desta natureza, contemplando os níveis de apresentação do conteúdo, navegação e apresentação do layout, de forma a melhorar a usabilidade das mesmas, para contemplar o público idoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Projetar e desenvolver portais de comércio eletrônico adaptativos, no sentido de proporcionar ou facilitar o acesso universal ainda parece ser um grande desafio para a engenharia de software. A relevância do presente estudo e da pesquisa em desenvolvimento se deve ao fato de que a utilização do comércio eletrônico está crescendo rapidamente em todo o mundo. De igual forma, o número de pessoas idosas na população tem aumentado, bem como o seu poder aquisitivo e a sua vontade de utilizar as ferramentas disponíveis no mundo virtual. A utilização dessas ferramentas

pode facilitar a vida desse grupo de pessoas no que diz respeito à locomoção (dependendo de quanto distante está o produto que desejam comprar), a pesquisa de preços e variedades de determinados produtos. Além disso, se apropriar do meio digital faz com que essas pessoas se sintam mais integradas ao mundo digital, tão comum aos mais jovens. A possibilidade de maior interação desse grupo de pessoas com uma tecnologia bastante difundida e utilizada na atual sociedade informacional caracteriza-se como uma contribuição social que a pesquisa terá. Além disso, entende-se que os resultados podem ser diretamente utilizados na área empresarial, uma vez que o modelo proposto poderá orientar o projeto e implementação de sites de comércio eletrônico.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoiais2009/default.shtm>. Acesso em: 26.jul.2011.

CHITTARO Luca; RANON Roberto. Adding Adaptive Features to Virtual Reality Interfaces for E-commerce. In: **Proceedings of AH-2000:** International Conference on Adaptive Hypermedia and Adaptive Web-based Systems, Lecture Notes in Computer Science, Springer-Verlag, Berlin, 2000.

DIAS, Cláudia. **Usabilidade na web:** Criando portais mais acessíveis. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2007.

FERREIRA, Anderson Jackle et al. **Inclusão digital de idosos:** a descoberta de um novo mundo. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

GARCIA, Heliéte Dominguez. **A terceira idade e a internet:** uma questão para o novo milênio. Marília: 2001. 172 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus Marília, 2001. Disponível em: <www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110043P4/2001/dominguez_garcia_me_mar.pdf>. Acesso em 05.jan.2012.

KOCH, Nora Parcus de; ROSSI, Gustavo. Patterns for Adaptive Web Applications. In: **Proc. 7th European Conference on Pattern Languages of Programs**, 2002. Disponível em: <citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.14.172>. Acesso em 15.nov.2011.

NERI, Anita Liberalesso. **Psicologia do envelhecimento:** uma área emergente. In: NERI, Anita Liberalesso et al. **Psicologia do envelhecimento:** temas selecionados na perspectiva de curso de vida. Campinas, SP: Papirus, 1995.

NIELSEN, Jakob. **Usability 101:** Introduction to Usability, 2003. Disponível em: <www.useit.com/alertbox/20030825.html>. Acesso em: 03.jan.2012.

_____. **Misconceptions About Usability**, 2003. Disponível em: <www.useit.com/alertbox/20030908.html>. Acesso em: 03.jan.2012.

O'BRIEN, James. **Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio de. **IHC – Interação Humano Computador:** modelagem e gerência de interfaces com o usuário. Florianópolis: VisualBooks, 2004.

ORTH, Afonso Inácio. **Interface homem-máquina**. Porto Alegre: AIO, 2005.

PASQUALOTTI, Adriano. **Comunicação, tecnologia e envelhecimento**: significação da interação na era da informação. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Programa de Pós-graduação em Informática na Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2008.

STAIR, Ralph. M; REYNOLDS, George W. **Princípios de sistemas de informação**: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro, RJ: Pioneira Thomson Learning, 2006.

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE DEPRESSÃO, ESTRESSE E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM IDOSAS RESIDENTES NA CIDADE DE ÍVOTI

Arlete Caye - Universidade Feevale¹
Rosa Maria Becker - Universidade Feevale²
Juliana Kunzler - Universidade Feevale³
Fernanda Martins Dalla Costa - Universidade Feevale³
Fernanda Momberger - Universidade Feevale³
Anita Liberalesso Neri - UNICAMP⁴
Geraldine Alves Dos Santos - Universidade Feevale⁵

INTRODUÇÃO

A longevidade da população brasileira vem aumentando há décadas, juntamente com a necessidade de conhecer as enfermidades de forma a proporcionar uma melhor qualidade de vida para os idosos. A ocorrência da depressão na velhice pode ser compreendida pela própria característica do processo de envelhecimento, sendo as alterações na qualidade de vida uns dos principais fatores.

Na velhice, as pessoas se tornam mais suscetíveis a eventos estressantes. Batistoni e colaboradores (2009) afirmam que o uso de mecanismos de enfrentamento auxilia na adaptação do idoso a estes eventos, suavizando assim, o impacto destas ações sobre seu bem-estar. Atualmente, entre as enfermidades que mais afetam a população idosa está a depressão, e as doenças correlacionadas, entre elas, demências e cardiovasculares.

As perdas, ao longo do processo de envelhecimento, ocorrem em todas as frentes: social, psicológica, física e familiar. Mazo (2005) salienta que as mulheres apresentam maiores índices de

¹ Licenciatura em História. Especialização em Psicologia Humanista – Abordagem Centrada na Pessoa. Bolsista de Aperfeiçoamento Científico Feevale.

² Psicóloga. Bolsista de Aperfeiçoamento Científico Feevale.

³ Acadêmico do Curso de Psicologia. Bolsista de Iniciação Científica.

⁴ Doutora em Psicologia. Professora Titular na Faculdade de Educação da Unicamp; Livre Docente em Educação pela Unicamp.

⁵ Doutora em Psicologia. Mestre em Psicologia Clínica. Especialista em Gerontologia Social. Professora titular da Universidade Feevale. Docente do Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade.

depressão, podendo ser destacada a incidência entre as idosas que vivem sozinhas (solteiras, viúvas) e também associado à ausência de redes sociais de qualidade.

As pesquisas demonstram que as mulheres expõem as perdas e falam mais de seus problemas e dificuldades, o que contribui para que estas vivam com mais intensidade o estresse, desencadeando um quadro depressivo (FORTES-BURGOS et al, 2008). Pesquisas realizadas na primeira década do século XXI apontam que 15% da população idosa apresenta algum sintoma da depressão ao longo dos anos, dentre estes 2% são do tipo grave, sendo este, um percentual que pode ultrapassar 10% entre os idosos institucionalizados (asilados, hospitalizados) (COUTINHO et al, 2002).

Sommerhalder e Goldstein (2006) salientam que existe uma maior vulnerabilidade nos indivíduos que apresentaram quadros depressivos. A incidência destes está associada às mudanças físicas, psicológicas e sociais, o aumento de eventos estressores e de perda, alterações na rotina de trabalho, aposentadoria, inversão de papéis familiares e sociais, além da perda de amigos e familiares.

A longevidade conquistada pela população mundial e mais ainda pelos países de terceiro mundo tem fomentado novas demandas de cuidado e bem-estar na população. A partir deste cenário o estudo realizado em parceria com a Rede Fibra, oportunizou a pesquisa na cidade de Ivoti, onde em parceria com o órgão público possibilitou um estudo detalhado da população idosa urbana. O presente estudo tem como objetivo principal analisar a relação da variável depressão com os aspectos físicos, sociais e emocionais em mulheres, acima dos 65 anos, residentes no município de Ivoti/RS.

MÉTODO

Neste estudo foram avaliadas 138 mulheres com idade superior a 65 anos, que residiam na zona urbana da cidade de Ivoti/RS, estas foram recrutadas em domicílio e avaliadas na Universidade Feevale. Os critérios de inclusão para a pesquisa foram com relação à idade das candidatas ser igual ou superior a 65 anos, que elas concordassem em participar e que fossem residentes permanentes no domicílio. Com relação aos critérios de exclusão, estes foram os seguintes: a) idosos com déficit cognitivo grave sugestivo de demência, evidenciado por problemas de memória, atenção, orientação espacial e temporal, e comunicação ou observados pelos recrutadores; b) uso de cadeira de rodas ou que se encontrassem provisória ou definitivamente acamados; c) portadores de sequelas graves de Acidente Vascular Encefálico, com perda localizada

de força e/ou afasia; d) portadores de Doença de Parkinson em estágio grave ou instável, com comprometimentos graves da motricidade, da fala ou da afetividade; e) portadores de graves déficits de audição ou de visão, que dificultassem fortemente a comunicação; e f) os que estivessem em estágio terminal.

No início da sessão de coleta de dados, seguindo-se à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os idosos eram submetidos à avaliação do status cognitivo mediante um teste de rastreio, o Mini-Exame do Estado Mental (MEEM) (FOLSTEIN, FOLSTEIN e MC HUGH, 1975). As idosas que pontuaram acima da nota de corte no MEEM para seu nível de escolaridade, realizaram as medidas analisadas neste estudo.

As variáveis analisadas foram: Saúde, Medidas de Fragilidade, Medidas antropométricas, Escore de problemas funcionais alimentares, Estratégias de Enfrentamento, Escore de Suporte Social, Eventos Estressores, Depressão, Satisfação com a vida. Os dados coletados foram analisados quantitativamente e submetidos à análise estatística através do programa estatístico SPSS (v. 20.0), onde foi realizada a análise de Correlação (Pearson) e Regressão Linear Múltipla com a variável Depressão ($p \leq 0,05$). O CEP/FCM Unicamp aprovou o projeto mediante o parecer 208/2007.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentamos a seguir as variáveis que apresentaram um relacionamento significativo com a variável depressão avaliada através do instrumento GDS (Escala de Depressão Geriátrica).

Tabela 1. Correlações bivariadas da variável Depressão – GDS

Variável	Correlação de Pearson	Significância bilateral	N
Escore de suporte social	-0,356	0,000	108
Número total de eventos estressantes	0,463	0,000	109
Intensidade de eventos de bem estar	0,253	0,018	87
Número de eventos de bem estar	0,444	0,000	109
Escore de fator 1 de enfrentamento	0,475	0,000	107
Escore de satisfação	-0,384	0,000	108

Fonte: Banco de dados da Rede Fibra Ivoti (2008-2009).

A partir da análise de correlação, ficou evidenciado que a variável depressão mostrou-se diretamente relacionada aos Eventos Estressores e ao foco na expressão de emoções negativas, em

excessos comportamentais e em comportamentos de risco. A depressão também mostrou-se indiretamente relacionada à Satisfação com a vida e ao Suporte Social

Ao referir-se ao Suporte Social, Martins (2005), relata que isso faz referência às funções que são desempenhadas por grupos, ou até mesmo pessoas significativas, ou seja, importantes para o indivíduo em determinadas situações de sua vida, trazendo como exemplo para estas, os familiares, os vizinhos ou até mesmo amigos. A autora cita que as redes sociais em que os idosos estão inseridos podem ser divididas em dois grupos, as formais, que incluem serviços estatais, segurança social, lares para a terceira idade, serviços de apoio domiciliário, centros de dia, e as informais, nas quais estão incluídos os familiares do próprio idoso, amigos, vizinhos. Esse conjunto de evidências vem a explicar de forma mais clara que havendo então, uma diminuição do suporte social prestado a esta idosa, vem por acarretar no aumento nos níveis da depressão.

Horta, Ferreira e Zhao (2010), ao falar do posicionamento adotado por parte dos idosos para lidar com eventos estressantes, relata que o indivíduo faz uso de diversas estratégias, uma vez que estes estão sujeitos a diferentes situações sociais e pessoais, atuais e passadas. Além disso, há por parte destes indivíduos diversas formas de interpretação, bem como de reagir frente a esses eventos estressantes. Levando em consideração, que entre alguns dos questionamentos realizados aos sujeitos da pesquisa se fazia menção a morte ou doença de algum descendente, doença própria, problemas com familiares; fica assim evidenciado que a partir destes dados, ocorra um aumento do estresse e, conseqüentemente, que se sinta mais depressivo frente a estes.

Neri (2001) comenta em suas pesquisas que os idosos apresentaram uma tendência a adotar um conjunto de estratégias de enfrentamento com o objetivo de lidar com eventos estressores, aos quais são submetidos durante a vida, além de conter-se em relação à própria capacidade para manejar estes eventos. Com base no que é afirmado pela autora, pode se observar que a partir das estratégias de enfrentamento adotadas por parte dos idosos estes vem a experimentar uma diminuição nos níveis de depressão.

Pinquart e Sorensen (2001) definem o bem-estar como uma percepção positiva em relação com a vida, aos sentimentos bons com relação às diversas frentes (socioeconômicas, emocionais) promovendo e criando uma rede de apoio social satisfatória, elevando os níveis de autoestima, satisfação com a vida e felicidade do indivíduo. Ao criar um ambiente favorável e promover a sociabilização do idoso, estará elevando os índices de bem-estar e conseqüentemente diminuirá os níveis de depressão.

Utilizamos a Regressão Linear Múltipla para identificar um modelo a partir da variável dependente depressão na amostra de mulheres idosas. Realizamos a verificação da relação (sinal e

intensidade) entre a variável Escore Total da GDS (dependente, explicada) diretamente relacionada com a variável Número de Eventos Estressores de Bem-estar e Escore do Fator 4 de Estratégias de Enfrentamento (independentes, explicativas), onde obtivemos um R square (R^2) de 0,606. Este coeficiente de determinação é uma medida de eficiência da equação de regressão. Indica que 60,6% das variações da depressão podem ser explicadas pelas variações dos Eventos Estressores de Bem-estar e das Estratégias de Enfrentamento.

Tabela 2. Modelo de Regressão Linear - variável dependente
depressão da amostra de mulheres idosas

Modelo	Coeficiente não padronizado		T	Significância
	B	Erro padrão		
Número de eventos de bem-estar	0,590	0,123	5,049	0,000
Escore do fator 4 de enfrentamento	0,474	3,842	3,842	0,000

Fonte: Banco de dados da Rede Fibra Ivoti (2008-2009).

A partir do modelo de regressão percebeu-se que à medida que diminui o número de eventos estressantes de bem-estar e se reduz o foco na atenuação do potencial estressor do evento, mediante comportamento de esquiva, conseqüentemente, ocorre uma diminuição da depressão. Este padrão tem relação com mecanismos cognitivos que atenuam o potencial estressor do evento e sem expor a pessoa a conseqüências adversas, contribuem para diminuir a depressão e a ansiedade. Este fato indica que a gestão sobre as duas variáveis independentes conduziria a um controle no resultado da depressão.

A partir do momento em que os idosos gozam de independência e autonomia, isso vem a facilitar com que eles mesmos possam buscar meios, de modo que, seu ambiente seja mais seguro, variado e interessante. Quando há dificuldade por parte do indivíduo em conduzir o ambiente físico, se faz necessário que familiares ou membros das instituições onde estejam inseridos se apropriem desde cuidado. Esta atitude adotada por parte do indivíduo é compatível com a criação de ambientes amigáveis, que incluem instrumentos, equipamentos e adaptações construtivas (NERI, 2001).

Neri (2001), ao falar de intervenções a serem adotadas ao cuidado com os idosos, relata que se torna importante promover condições que venham a favorecer um envelhecimento saudável, onde haja uma relação custo-benefício, que venha por fim, a favorecer os indivíduos e as instituições sociais, num contexto de igualdade quanto à distribuição de bens e oportunidade sociais.

Zorzetto (2012) relata os prejuízos cerebrais que a depressão acarreta nos indivíduos,

provocando um desgaste lento e contínuo no corpo e principalmente no cérebro, minando a capacidade de recuperação, além de acelerar o processo de envelhecimento. A falta de acompanhamento e ou tratamento pode agravar os sintomas de outras doenças, culminando na morte precoce do paciente relacionado a problemas cardiovasculares e câncer. Os danos cerebrais podem ser minimizados com a adoção de estratégias para proteger o cérebro, colaborando para um envelhecimento bem sucedido.

CONCLUSÃO

A depressão em idosos está relacionada ao nível de eventos estressores e aos mecanismos de defesa que o indivíduo utiliza para lidar com as mudanças e o impacto destas em sua vida. Ao buscar fortalecer os mecanismos haverá uma diminuição dos níveis de depressão. Da mesma forma, a intensificação de políticas de suporte social traria um resultado benéfico em termos de saúde mental. Projetos para a criação de programas direcionados para idosos, a fim de incentivar atividades físicas regulares, atividades culturais, promover a sociabilidade dos idosos em movimentos organizados para este público, visando diminuir a incidência de sintomas depressivos na velhice.

Palavras chave – Idosos. Depressão. Estresse. Gênero.

REFERÊNCIAS

- BATISTONI, S. S. T.; NERI, A. L.; CUPERTINO, A. P. Sintomas depressivos e variáveis psicossociais em idosos residentes na comunidade. **Geriatrics & Gerontology**, v. 13, p. 76-82. 2009.
- COUTINHO, M.P.L.; GONTIÈS, B.; ARAÚJO, L.F.; SÁ, R.C.N. Depressão, um sofrimento sem fronteira: representações sociais entre crianças e idosos. **Psico-USF**, v. 8, n. 2, p. 183-192. 2002. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/millennium31/9.pdf>>. Acesso em: 30 jul 2012.
- FOLSTEIN, M. F.; FOLSTEIN, S. E.; MCHUGH, P. R. "Mini-mental state". A practical method for grading the cognitive state of patients for the clinician. **Journal of Psychiatric Research**, n.12, p. 189-198. 1975.
- FORTES-BURGOS, A. C. G., NERI, A. L., CUPERTINO, A. P. F. B. Eventos estressantes, estratégias de enfrentamento, auto-eficácia e sintomas depressivos entre idosos residentes na comunidade. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 21, n.1, p. 74-82. 2008.
- GONÇALVES, V. C.; ANDRADE, K. L. Prevalência de depressão em idosos atendidos em ambulatório de geriatria da região nordeste do Brasil (São Luís-MA). **Rev. Bras. Geriatria Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 289-299. 2010.
- HORTA, A. L. M.; FERREIRA, D. C. O.; ZHAO, L. M. Envelhecimento, estratégias de enfrentamento do idoso e repercussões na família. **Rev. bras. enferm.**, v. 63, n.4, p. 523-528. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672010000400004>>. Acesso em: 30 jul 2012.
- MACIEL, A.C.C.; GUERRA, R.O. Prevalência e fatores associados à sintomatologia depressiva em idosos residentes no Nordeste Brasileiro. **J. Bras. Psiquiatria**, v. 55, n.1, p. 26-33. 2006.
- MARTINS, R. M. A relevância do apoio social na velhice. **Millennium: Revista Instituto Politécnico de Viseu**, v. 31, p 128-135. 2005.
- MAZO, G. Z. et al. Tendência a Estados Depressivos em Idosos Praticantes de Atividade Física. **Revista Brasileira Cineantropometria Desenvolvimento Humano**, Florianópolis, v.7, n.1, p. 45-49, 2005.
- MELLO, E.; TEIXEIRA, M. B. Depressão em Idosos. **Rev. Saúde.**, v. 5, n.1. 2011.
- NARDI, A. E. Depressão no Ciclo da Vida. **Rev. Bras. Psiquiatria**, v. 22, n.3, p. 151-152, 2000.
- NERI, A. L. Velhice e qualidade de vida na mulher. In: NERI, A. L. (Ed.), **Desenvolvimento e envelhecimento** (p. 161-200). Campinas, SP: Papyrus. 2001.

PINQUART, M; SORENSEN, S. Gender Differences in Self-Concept and Psychologic Well-Being in Old Age: a meta-analysis. **Journal of Gerontology Psychological Sciences**, Waltham, v. 56, n. 4, p. 195-213. 2001.

SOMMERHALDER, C.; GOLDSTEIN, L.L. O papel da espiritualidade e da religiosidade na vida adulta e na velhice. In: FREITAS, E.V. et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 1307-1315. 2006.

ZORZETTO, R. Tempestades do corpo e da alma. **Revista Pesquisa FAPESP**. Edição 197. Julho de 2012.

ESTADO, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSIDERAÇÕES DO CENÁRIO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Christian Svoboda – Universidade FEEVALE¹

Douglas Marques – Universidade FEEVALE²

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Cidadania. Políticas Públicas

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a análise da formação do Estado brasileiro contemporâneo a partir do arcabouço *weberiano*. Nosso objetivo é correlacionar à concepção do Estado e seus rebatimentos na construção da cidadania e na formulação das políticas públicas. Nossa problemática de pesquisa procura explicitar como se dá a compreensão da construção da cidadania e a formulação das políticas públicas a partir da análise da formação do Estado brasileiro. Nossa hipótese de trabalho postula no caso brasileiro, para uma cidadania frágil, seguido de uma construção de ‘cima para baixo’ ao que se refere às políticas públicas, precedidas pela intervenção de um Estado *neopatrimonialista*.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A construção teórica respaldou-se na literatura especializada sobre o tema, a saber: O conceito de *Estado neopatrimonialista* que será abordado a partir do arcabouço teórico de Schwartzman (1982); A problematização acerca da construção da *cidadania*, que estará ancorada em Marshall (1967) e a sua análise para o caso brasileiro por Carvalho (2011) acrescentando Cardoso de Oliveira (2011) à

¹ Mestrando em Inclusão Social e Acessibilidade/FEEVALE. Vinculado a linha de pesquisa Políticas e Processos de Inclusão Social. Psicólogo da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.

² Mestrando em Inclusão Social e Acessibilidade/FEEVALE. Vinculado a linha de pesquisa Políticas e Processos de Inclusão Social. Assistente social da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.

discussão, enquanto que o debate acerca das políticas públicas estará em sintonia com as propostas de Caldas (2008) e Pase e Santos (2011).

3. METODOLOGIA

O presente trabalho se propõe a analisar alguns elementos histórico-políticos da formação do Estado brasileiro contemporâneo. A referida análise é balizada pela literatura especializada no assunto. A fim de atingir tal objetivo, nos utilizamos da metodologia de pesquisa bibliográfica classificada por GIL (2010) como aquela elaborada por material bibliográfico já publicado referente ao pensamento de determinado autor e analisar as posições diversas com relação ao tema. A análise parte da articulação dos achados bibliográficos.

4. ESTADO NEOPATRIMONIALISTA BRASILEIRO: CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

As concepções de Estado ao longo das transformações societárias vêm sofrendo alterações. No caso brasileiro, a perspectiva de sociedade do ‘atraso’, não trás a totalidade do fenômeno estatal. A estrutura de (re)produção das relações de poder permeada pelo uso das tradições, potencializa-se e sua reprodução ganha uma nova qualidade: não mais nas tradições, mais na burocracia estatal. Resguardados em Schwartzman (1982) denominamos de *neopatrimonialismo* de Estado a uma forma de sobrevivência das estruturas tradicionais em sociedades contemporâneas, uma forma bastante atual de dominação política pela burocracia e a chamada classe política.

No Estado neopatrimonialista, a participação social é estendida a todos, mas sua forma e intensidade variam. A esta forma de participação tratemos pelo conceito de *cooptação política*: um sistema de participação débil, dependente, controlado, hierarquicamente, de cima para baixo, conforme Schwartzman (1988). O conceito de cooptação política nos auxilia na análise por considerar outras mediações e contradições no interior do fenômeno do Estado. Assim, sugerimos que as *relações de dominação* (THOMPSON, 1995) cumprem papel fundamental na perpetuação das relações de poder de determinados grupos no Estado, ao passo que é possível manter e estabelecer uma relação de baixa interferência e consulta à agenda e às ações políticas governamentais por parte da sociedade civil.

5. CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: REBATIMENTOS E COLISÕES NO ESTADO BRASILEIRO

Marshall (1967) desdobra a cidadania em três direitos: o civil, o político e o social. A maneira como esses direitos vão se colocando demonstra que o surgimento sequencial destes sugere que a própria ideia de direitos, e, portanto, a própria cidadania, seja um fenômeno histórico (Carvalho, 2004). No caso brasileiro, a lógica se inverteu: primeiro vieram os direitos sociais, após os políticos e,

por último, os civis.

A estas definições, acrescentamos a colaboração de Cardoso de Oliveira (2011), que irá apontar que a igualdade, e conseqüentemente a cidadania, é tratada de duas formas. A primeira, como dita a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 2002) é o tratamento previsto em lei, aplicado para todos: a isonomia jurídica. A segunda, um tratamento diferenciado, cujo caráter de privilégios coloca em cheque a garantia dos direitos e fortalece o Estado por meio do mecanismo de cooptação política.

Nessa perspectiva, analisar as políticas públicas é considerar o que Caldas (2008) esclarece sobre o fato de que as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos traçam para alcançar o bem-estar da sociedade, mas sem perder de vista que o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral.

Os objetivos de uma política pública devem convergir para o desenvolvimento humano e social de uma sociedade. A forma do Estado de encaminhar este desenvolvimento, em sintonia com Pase e Santos (2011), se dá por meio de ações do Estado postas em marcha através dos programas e projetos para efetivar as concepções acerca das concepções da saúde, da educação, da assistência social, da segurança, da economia, entre outras.

Assim, nosso entendimento com a relação ao fenômeno do Estado brasileiro, a construção da cidadania e as políticas públicas, caso brasileiro, perpassa as análises da sua formação sócio-histórica, o nível e a qualidade da participação dos cidadãos, a função das políticas públicas e o desenvolvimento humano e social da sociedade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, no caso brasileiro, nosso entendimento da análise contemporânea sobre o Estado perpassa a compreensão dos postulados da burocracia moderna, de cooptação política e dominação simbólica. Ainda em construção, sugerimos para uma frágil cidadania. Com relação às políticas públicas, apontamos para uma relação ‘de cima para baixo’ do Estado para com a sociedade civil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. (1988), Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 2002.

CALDAS, Ricardo W. *Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão*. Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Concepções de igualdade e cidadania. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia. n.1, p.35-48, 2011.

CARVALHO, José Murilo, *Cidadania no Brasil. O Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2004.

GIL, Antonio, C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PASE, Hemerson Luiz; SANTOS, Everton Rodrigo. Capital social e políticas públicas na América Latina. In: BAQUERO, Marcello (Org.) *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. 1. ed. Porto Alegre, RS : Editora da UFRGS, p. 69-93, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 3ª. Ed. São Paulo : Campos. 1982.

THOMPSON, John, B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis : Vozes, 1995.

ANÁLISE DOS EVENTOS ESTRESSORES NOS IDOSOS RESIDENTES NA CIDADE DE IVOTI/RS

Rosa Maria Becker - Universidade Feevale¹
Arlete Caye - Universidade Feevale²
Juliana Kunzler - Universidade Feevale³
Fernanda Martins Dalla Costa - Universidade Feevale³
Fernanda Momberger - Universidade Feevale³
Thaís Blankenheim - Universidade Feevale³
Diego da Silva Souza - Universidade Feevale³
Anita Liberalesso Neri - UNICAMP⁴
Geraldine Alves Dos Santos - Universidade Feevale⁵

INTRODUÇÃO

Para os seres humanos, o envelhecimento compreende processos de transformação do organismo que ocorrem após a maturação sexual (NERI, 1995). Como o desenvolvimento é um processo, o envelhecimento acarreta uma diminuição na resiliência física, na capacidade de adaptação geral do organismo e na plasticidade comportamental (BALTES, 1997). As mudanças que ocorrem ao longo da vida dos indivíduos marcam suas trajetórias. Alguns acontecimentos decorrem de situações específicas como casamento, nascimento dos filhos, doença, morte de entes queridos, aposentadoria e viuvez. Esses eventos influenciam o curso do desenvolvimento, pois podem causar alterações biológicas, sociais e psicológicas. Na velhice há um aumento da exposição de eventos ou situações incontroláveis, favorecendo então que o idoso se torne vulnerável e necessite utilizar recursos para adaptar-se às situações.

Na atualidade o termo estresse vem sendo causa de muitas pesquisas no que se refere ao envelhecimento, nesta etapa do desenvolvimento acontecem inúmeras mudanças e os efeitos do estresse podem ser potencializados pelas doenças, pela solidão, perda dos papéis sociais e trabalho. O estresse é uma reação do organismo com componentes psicológicos e físicos. Ele está associado ao estado interno do indivíduo, o evento externo e a interação da pessoa com o meio em que vive (FONTES, 2008). Este estudo tem como objetivo principal analisar a relação dos eventos estressantes com os aspectos físicos e emocionais em idosos

1. Psicóloga. Bolsista de Aperfeiçoamento Científico Feevale.

2. Licenciatura em História. Especialização em Psicologia Humanista – Abordagem Centrada na Pessoa. Bolsista de Aperfeiçoamento Científico Feevale.

3. Acadêmico do Curso de Psicologia. Bolsista de Iniciação Científica.

4. Doutora em Psicologia. Professora Titular na Faculdade de Educação da Unicamp; Livre Docente em Educação pela Unicamp.

5. Doutora em Psicologia. Mestre em Psicologia Clínica. Especialista em Gerontologia Social. Professora titular da

acima de 65 anos residentes no Município de Ivoti/RS.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com o avançar da idade acontecem alterações estruturais e funcionais próprias do processo normal do envelhecimento variando de uma pessoa para outra. O declínio do funcionamento físico, as doenças e as dificuldades com a memória são algumas mudanças fisiológicas e psicológicas típicas dessa nova fase da vida, com grandes possibilidades de serem vividas como estressantes. Para Aldwin (1994) o “estresse refere-se a uma determinada qualidade de experiência produzida por meio da interação entre o indivíduo e o ambiente, a qual quer mediante super-ativação, quer mediante rebaixamento do nível de alerta em desconforto psicológico ou fisiológico” (p.22).

De acordo com o paradigma do desenvolvimento ao longo do curso de vida (*life-span*), apresentado por Baltes (1987), os eventos de vida são considerados como normativos graduados por idade ou por história e não normativos. De acordo com Neri (2002) os eventos normativos graduados por idade são aqueles que são associados à idade cronológica, como o casamento e a aposentadoria, são esperados que aconteçam em uma determinada idade. Os eventos normativos graduados pela história estão ligados ao contexto social, como mudanças de governo. Os eventos não-normativos são aqueles que ocorrem inesperadamente na vida do indivíduo, e podem representar uma ameaça ao controle individual, como um acidente de automóvel ou doenças repentinas. Tanto um evento positivo (como uma festa de casamento) ou um evento negativo (como um acidente de carro) exige grande esforço de adaptação para restabelecer o curso normal do desenvolvimento (FORTES; NERI, 2004). O idoso se depara com a própria finitude. A morte é a única presença constante na vida. Para Py e Trein (2006) envelhecer e morrer são experiências singulares próprias de cada indivíduo.

MÉTODO

Neste estudo foram avaliados 197 sujeitos com idade superior a 65 anos, de ambos os sexos, que residiam na zona urbana de Ivoti. Os idosos foram recrutados em seus domicílios de acordo com as regras do IBGE de recenseamento e avaliados individualmente na Universidade Feevale. A amostra foi representativa da população de idosos com mais de 65 anos do município, sendo avaliados sujeitos de todos os setores censitários. No início da sessão de coleta de dados, seguindo-se à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os idosos eram submetidos à avaliação do status cognitivo mediante um teste de rastreio, o Mini-Exame do Estado Mental -

MEEM (FOLSTEIN, FOLSTEIN e MC HUGH, 1975). Os 159 idosos que pontuaram acima da nota de corte no MEEM para seu nível de escolaridade, realizaram as medidas relacionadas às variáveis psicológicas analisadas neste estudo.

Os instrumentos utilizados foram: Escala de Depressão Geriátrica - GDS-15 (YESAVAGE et al., 1983; ALMEIDA e ALMEIDA, 1999); para avaliar estados depressivos foi utilizada a escala CES-D (Center Epidemiologic Survey - Depression), validada no Brasil para a população idosa (TAVARES, 2004); Experiência de eventos estressantes com 40 itens de respostas dicotômicas e escalares (5 pontos), mais um item de resposta estruturada pelo idoso, sendo 32 itens traduzidos e adaptados do The Elders Life Stress Inventory – ELSI (ALDWIN, 1990; FORTES-BURGOS, NERI e CUPERTINO, 2008), acrescidos de 8 itens construídos para a pesquisa da Rede FIBRA - Unicamp, segundo a realidade brasileira; Estratégias de Enfrentamento composta de 19 itens escalares (ALDWIN, SUTTON e LACHMAN, 1996; FORTES-BURGOS et al, 2008); Formulário de Número de doenças autorrelatadas que, segundo o idoso, foram diagnosticadas por médico no último ano e número de quedas; Atividades avançadas de Vida Diária (AAVDs); Atividades Básicas de Vida Diária (ABVDs); condições funcionais da alimentação.

Os dados coletados foram analisados quantitativamente e submetidos à análise estatística através do programa estatístico SPSS (v. 20.0), onde foi realizada análise descritiva e Regressão Linear Múltipla com a variável eventos estressores ($p \leq 0,05$). O CEP/FCM Unicamp aprovou o projeto mediante o parecer 208/2007.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nas experiências de eventos estressantes identificou-se uma média total de 5,62 eventos estressantes, com desvio padrão de 3,50. A intensidade total dos eventos estressantes demonstrou uma média 3,31, com desvio padrão 3,31. Identificou-se uma média de 2,16 (d.p. 1,22) eventos de finitude com intensidade média de 3,58 (d.p. 0,97); 0,81 (d.p. 1,02) eventos de descendência com intensidade média de 3,57 (d.p. 1,23); 0,52 (d.p. 0,70) eventos de cuidado com intensidade média de 3,57 (d.p. 1,28); 1,88 (d.p. 1,80) eventos de bem estar com intensidade média de 2,85 (d.p. 0,99); 0,26 (d.p. 0,53) eventos de transição com intensidade média de 2,55 (d.p. 1,56).

Utilizamos a Regressão linear múltipla para identificar um modelo a partir da variável dependente número total de eventos estressores de finitude. Realizamos a verificação da relação (sinal e intensidade) entre a variável Eventos Estressores de Finitude (dependente, explicada) diretamente relacionada com as variáveis de cognição, depressão e problemas funcionais alimentares (independentes, explicativas), onde obtivemos um R square (R^2) de 0,779. Este

coeficiente de determinação é uma medida de eficiência da equação de regressão. Indica que 77,9% das variações do número de eventos estressores de finitude podem ser explicados pelas variações das variáveis apresentadas na tabela 1.

Tabela 1. Modelo de Regressão Linear - variável dependente
Número de eventos de finitude

Modelo	Coeficiente não padronizado		T	Significância
	B	Erro padrão		
Pontuação no Minimal	0,066	0,005	13,381	0,000
Pontuação total na GDS	0,107	0,048	2,247	0,026
Escore de problemas funcionais alimentares	0,208	0,064	3,221	0,002

Fonte: Banco de dados da Rede Fibra Ivoti (2008-2009).

De acordo com Py e Trein (2006), na velhice, o indivíduo se encontra com a possibilidade de adoecer, e com a consciência da própria morte. Para Neri (2002) os idosos podem manter preservadas as habilidades intelectuais, entretanto percebe-se a partir dos resultados que os fatores socioculturais contribuem para mantê-las. No mesmo sentido, o hábito alimentar do idoso não é determinado somente por preferências ou mudanças fisiológicas, mas também por questões de integração social como solidão e isolamento social. Alguns eventos podem desenvolver a falta de preocupação consigo, fazendo com que se alimente de maneira inadequada (PFRIMER; FERRIOLLI, 2008) Podendo então ter um declínio da saúde física e ser um fator de relação para a depressão (BATISTONI, 2005).

Na tabela 2 identificamos um modelo a partir da variável dependente número de eventos estressores de descendência. Realizamos a verificação da relação desta variável diretamente relacionada com as variáveis número de doenças, dificuldades em Atividades Avançadas de Vida Diária e Afeto deprimido (Fator 1 da CESD), onde obtivemos um R square (R^2) de 0,439.

Tabela 2. Modelo de Regressão Linear - variável dependente
Número de eventos descendência

Modelo	Coeficiente não padronizado		T	Significância
	B	Erro padrão		
Número de doenças	0,190	0,048	3,955	0,000
Número de dificuldades em AAVD	0,099	0,038	2,626	0,010
Escore do fator 1 da CESD	0,044	0,022	2,010	0,046

Fonte: Banco de dados da Rede Fibra Ivoti (2008-2009).

A funcionalidade familiar segue padrões de adaptação, desenvolvimento e afetividade juntos aos seus membros, sendo um sistema em constante interação. (MAZZA e LAFEVRE, 2005). Os resultados do estudo demonstram que todas estas questões familiares relacionadas principalmente

com os filhos e os netos estão diretamente relacionadas com o estado de saúde físico e emocional dos idosos, pois interfere no número de doenças auto relatadas e também nos afetos depressivos. Também ocorre com o aumento dos eventos estressores relacionados aos descendentes uma diminuição no investimento realizado na interação social. Segundo Rubenstein (1988) as Atividades Avançadas de Vida Diária (AAVDs) estão relacionadas com a qualidade de vida no envelhecimento.

Na tabela 3 identificamos um modelo a partir da variável dependente número de eventos estressores de bem-estar. Realizamos a verificação da relação desta variável diretamente relacionada com as variáveis dificuldades em Atividades Básicas de Vida Diária, quedas, depressão, problemas funcionais alimentares e a estratégia de enfrentamento de foco na expressão de emoções negativas, onde obtivemos um R square (R^2) de 0,715.

Tabela 3. Modelo de Regressão Linear - variável dependente
Número eventos bem-estar

Modelo	Coeficiente não padronizado		T	Significância
	B	Erro padrão		
Número de dificuldades em ABVD	0,858	0,343	2,500	0,013
Número de quedas	0,447	0,188	2,375	0,019
Escore de problemas funcionais alimentares	0,434	0,086	5,027	0,000
Escore do fator 1 de enfrentamento	0,542	0,116	4,685	0,000
Pontuação total na GDS	0,173	0,064	2,725	0,007

Fonte: Banco de dados da Rede Fibra Ivoti (2008-2009).

A qualidade e a satisfação com a vida nesta etapa vital do desenvolvimento muitas vezes está associada a questões de dependência e autonomia. De acordo com Neri (2008) o *self* atua como moderador ou amortecedor do impacto de problemas que afetam o bem-estar do idoso. Ao elevarem-se os problemas relacionados ao bem estar observa-se pelos resultados a relação com as quedas que podem ser associadas a fatores decorrentes de alterações fisiológicas como doenças ou a fatores sociais ou ambientais, que oferecem desafio ao idoso (RODRIGUES, 2004). Consequentemente os problemas de bem estar afetam as atividades básicas de vida diária e a qualidade da alimentação. De acordo com Stuart (2002) na velhice os eventos de vida exigem do idoso uma maior adaptação, os negativos podem contribuir para o surgimento da depressão. Em relação aos problemas funcionais alimentares, Pfrimer e Ferriolli (2008) nos mostra que a modificação no comportamento alimentar pode afetar a adequação de nutrientes ao organismo dos idosos e colocá-los em risco de má nutrição.

CONCLUSÃO

Os idosos da amostra demonstram características emocionais adequadas. Entretanto, durante os períodos em que ocorrem os eventos estressores são necessárias intervenções preventivas. Principalmente nas situações como o cuidado prolongado de um familiar ou a viuvez os idosos precisam de suporte psicossocial para enfrentar as demandas existentes. Assim será possível proporcionar uma melhor qualidade de vida e impedir que os sintomas depressivos sejam potencializados nesta etapa vital.

REFERÊNCIAS

- ALDWIN, C. M. The Elders Life Stress Inventory: Egocentric and nonegocentric stress. In: M. A. P. STEPHENS, J. H. CROWTHER, S. E. HOB FALL, E D. L. TENNENBAUM (Eds.), **Stress and coping in late life families** (pp. 49-69). New York: Hemisphere, 1990.
- ALDWIN, C. M. **Stress, coping and development: An integrative perspective**. New York: Guilford, 1994.
- ALMEIDA, O. P.; ALMEIDA, S. A. Short versions of the Geriatric Depression Scale: A study of their validity for the diagnosis of major depressive episode according to ICD-10 and DSM-IV. **International Journal of Geriatric Psychiatry**, v.14, n.10, p. 858-865, 1999.
- BATISTOLI S.S.T. Depressão. In: NERI, A. L. (Org.) **Palavras chaves em gerontologia**. 3ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2008.
- FABRÍCIO, S.C.C.; RODRIGUES, R.A.P.; COSTA JUNIOR, M.L. Causas e conseqüências de quedas de idosos atendidos em hospital público. **Rev. Saúde Pública**, v. 38, n. 1, p. 93-99, 2004.
- FOLSTEIN, M.; FOLSTEIN, S.; MCHUGH, P. Mini-Mental State. A practical method for grading the cognitive status of patients for the clinician. **Journal of Psychiatric Research**, v. 12, p.189-198, 1975.
- FONTES, A. P. Estresse. In: NERI, A. L. (Org.). **Palavras chaves em gerontologia**. 3ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2008.
- FORTES, A. C. G; NERI, A. L. Eventos de vida e envelhecimento humano. In: YASSUDA, M. S.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (Orgs.). **Velhice bem sucedida: Aspectos afetivos e cognitivos** (pp. 51-70). Campinas: Papiros, 2004.
- FORTES-BURGOS, A. C. G.; NERI, A. L.; CUPERTINO, A. P. F. B. Eventos estressantes, estratégias de enfrentamento, auto-eficácia e sintomas depressivos entre idosos residentes na comunidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 2, n. 1, p. 74-82, 2008.
- MAZZA, M. M. P. R.; LEFEVRE, F. Cuidar em família: análise da representação social de relação do cuidador familiar com o idoso. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 15, n. 1, p.1-10, 2005.
- NERI, A. L. **Psicologia do envelhecimento**. São Paulo: Papiros, 1995.
- NERI, A. L. Velhice e qualidade de vida na mulher. In: NERI, A. L. (Org.), **Desenvolvimento e**

envelhecimento (pp. 161-200). Campinas: Papirus, 2001.

NERI, A. L. Bem-estar subjetivo/satisfação na velhice. In: NERI, A. L. (Org.). **Palavras chave em Gerontologia**. 3ªed.Campinas, SP: Alínea, 2008.

LEÃO JÚNIOR, R.; RESENDE, M. C. Auto eficácia, memória e envelhecimento. In: NERI, A. L.; YASSUDA, M.S.; MEIRE, C. (Orgs.). **Velhice Bem-Sucedida**. Aspectos afetivos e cognitivos (pp. 127-140). Campinas, SP: Papirus, 2004.

PFRIMER, K.; FERRIOLI, E. Fatores que interferem no Estado Nutricional do Idoso. In: VÍTOLO, M.R. (Org.). **Nutrição da gestação ao envelhecimento**. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.

PY, L.; TREIN, F. Finitude e Infinitude: dimensões do tempo na experiência do envelhecimento. In: FREITAS, E. V.; PY, L. et al. (Orgs.) **Tratado de Geriatria e Gerontologia** (pp.1353-1360). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2006.

RABELO, D. F. Auto-eficácia. In: NERI, A. L. (Org.). **Palavras chaves em gerontologia**. 3ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2008.

RUBENSTEIN, L.V.; CALKINS, D.R.; GREENFIELD, S.; JETTE, A.M.; MEENAN, R.F.; NEVINS, M.A.; RUBENSTEIN, L.Z.; WASSON, J.H.; WILLIAMS, M.E. Health Status assessment for elderly patients. **JAGS**, v.37, p. 562-9, 1988.

STAUDINGER, U.; FLEESON, W.; BALTES, P. Predictors of subjective physical health and global well-being: Similarities and differences between the United States and Germany. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 76, n. 2, p. 305-319, 1999.

STRAWBRIDGE, W. J.; WALLHAGEN, M. I.; COHEN, R. D. Successful Aging and Well-Being: Self-Rated Compared With Rowe and Kahn. **Gerontologist**, v. 42, n. 6, p. 727-733, 2002.

WARE, J. E.; SHERBOURNE, C. D. The MOS 36-item short-form health survey (SF-36). **Medical Care**, v. 30, n. 6, p. 473-483, 1992.

YESAVAGE, J. A.; BRINK, T.L.; ROSE, T.L.; LUM, O.; HUANG, V.; ADEY, M. Development and validation of a geriatric depression screening scale: a preliminary report. **Journal of Psychiatric Research**, v. 17, n. 1, p. 37-49, 1983.

REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO/EXCLUSÃO DIGITAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Raquel Ehlert- Feevale¹
Patrícia B. Scherer Bassani - Feevale²

INTRODUÇÃO

Vivemos em um momento em que a tecnologia digital faz parte de uma cultura, que conduz a novas formas de pensar, agir e se relacionar no meio social. Nessa perspectiva, pesquisas recentes destacam que o conceito de inclusão digital transcende a compra de computadores e o acesso à internet (WAGNER, 2003; LEMOS, 2003), uma vez que é preciso saber utilizar as tecnologias da informação e comunicação para atividades variadas. Além disso, estudos apontam que a habilidade para utilizar as informações da web, está intimamente associada à qualificação adquirida na escola (SORJ, 2003)

As escolas e universidades constituem componentes essenciais à inclusão digital uma vez que diversos protagonistas (professores, alunos, especialistas membros da comunidade) atuam em conjunto para o processo de construção de conhecimento. Porém, dados apontam que ainda atualmente existe um grande desafio para integrar a tecnologia da informação e comunicação (TIC) à educação (CGI, 2011).

Com base nesses preceitos, o presente estudo tem como **objetivo** principal verificar o papel da escola e do professor no processo de inclusão/exclusão digital. Para tanto, utilizou-se como **metodologia** a revisão de literatura, tomando como base reflexiva os principais indicadores do Comitê Gestor da Internet Brasil (CGI-BR) e da pesquisa TIC educação2010.

Palavras-chave: inclusão digital; inclusão social; inclusão escolar e cibercultura.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Lemos (2003), a cibercultura não é o futuro que vai chegar, mas o nosso presente (*home banking*, cartões inteligentes, celulares, *palms*, *page*, voto eletrônico, imposto de renda via rede, entre outros). Para o autor, a cibercultura representa a cultura contemporânea, sendo consequência direta da evolução da cultura técnica moderna.

¹ Mestranda em Inclusão Social e Acessibilidade, bolsista da Feevale na modalidade aperfeiçoamento científico no projeto de pesquisa Design inclusivo utilizando as TIC's aplicadas à educação.

² Doutora em Informática na Educação. Professora titular do Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade da Universidade Feevale.

Essa nova forma de socialização e interação que emerge a partir da utilização dos recursos tecnológicos traz avanços significativos que podem contribuir muito no processo de inclusão social e escolar, das mais diversas formas, mas que também podem, paradoxalmente, ser fator de exclusão e segregação.

A exclusão digital no presente estudo diz respeito às conseqüências sociais, econômicas e culturais frente à distribuição desigual do acesso a computadores e Internet, bem como as (des)habilidades dos usuários (LEMOS, 2003).

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura na qual se utilizou como base reflexiva os principais indicadores do Comitê Gestor da Internet Brasil (CGI-BR), da pesquisa TIC educação 2010.

ANÁLISE

De forma geral, os programas do governo brasileiro direcionados a inclusão digital, estão principalmente direcionados à questões de infraestrutura, já que na pesquisa TIC educação, 66% das escolas participantes apontam compra e instalação de computadores como itens oferecidos pelo programa. Em segundo lugar, 17% a menos, surge a capacitação de professores (49%). No que se refere a atividades de manutenção, essencial para a continuidade do projeto, 47% dos programas mantêm computadores, e 34%, laboratórios. Há ainda programas que incluem contratação de monitores (26%) e oferecem treinamento para os alunos (23%) (CGI, 2011).

Ainda assim, encontra-se entre os fatores limitantes ao maior uso das TIC na escola o número insuficiente de computadores conectados à Internet (para 53% dos educadores, esse fator atrapalha muito). A baixa velocidade na conexão à Internet é outro limitante (49%). Essas queixas aparecem com intensidade semelhante em todas as regiões do país, independentemente do tipo de dependência administrativa da escola e da série em que atua o professor (CGI, 2011).

Ao refletir sobre inclusão social e exclusão digital, o autor Demo (2005), critica algumas ações que se dizem inclusivas, mas que “incluem” de forma marginal e precária. Referindo-se a inclusão/exclusão digital o autor diz que, como regra, a tendência é considerar inclusão o que não passa de efeito de poder, à medida que se reservam para eles (os pobres/excluídos) os restos, tais como: equipamentos sucitados, cursos precários, ambientes improvisados, treinamentos encurtados, programas baratos.

Segundo a pesquisa TIC educação (CGI, 2011), praticamente todos os professores já utilizaram o computador (98%) e acessaram a Internet (97%) alguma vez na vida, porém as habilidades dos mesmos precisam ser aprimoradas para que esta possa ser efetivamente uma

ferramenta de ensino/trabalho que potencialize os processos educativos.

Conforme Sorj (2003) a habilidade para utilizar as informações da web, está intimamente associada à qualificação adquirida na escola. Para o autor, os fatores que determinam o nível de igualdade de acesso aos sistemas de tecnologia da informação e comunicação são: infraestrutura, equipamentos de conexão, formação, capacidade intelectual e produção e utilização de conteúdos específicos. O autor enfatiza que a escola pode atuar com contribuição em todos esses fatores, pois pode promover infraestrutura, formação e desenvolvimento intelectual.

Entretanto, para que tudo isso ocorra, é necessário o treinamento e a disponibilização, através da Internet ou do próprio computador da escola, de ferramentas e de conteúdos didáticos de boa qualidade, em língua portuguesa (WAGNER, 2010). E segundo Silva et al. (2005) é necessário, sobretudo, o que os autores chamam de letramento digital, ou seja, a habilidade para construir sentido, capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente informação eletrônica, estando essa em palavras, elementos pictóricos, sonoros ou qualquer outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a questão que moveu este estudo, é possível afirmar com base nos indicadores e referenciais teóricos acerca da matéria, que em geral, os professores brasileiros não estão preparados para incluir digitalmente. As limitações que interpelam esse despreparo se dão tanto na ordem material, com a falta de computadores e acesso a internet, como no campo instrucional, referente ao letramento digital e ao domínio das técnicas.

Em suma, o papel da escola e de seus atores (professores, alunos e etc.) é fundamental na busca da efetiva inclusão digital uma vez que são fundamentais na construção do conhecimento. No Brasil, embora algumas ações venham sendo implementadas, no sentido de entender que a busca da inclusão digital está mediada pela escola e fornecer infraestrutura para que essa possa ser possível, esse é um resultado que somente pode ser efetivamente alcançado a longo prazo, quando políticas públicas e programas atuem sobre a formação dos docentes.

REFERÊNCIAS

BASSANI,P.S ;HEIDRICH R.O. Refletindo sobre acessibilidade em ambientes virtuais de aprendizagem. Liberato (Novo Hamburgo), v. 1, p. 1-2, 2007.

_____. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: TIC educação 2010. São Paulo: **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, 2011.

DEMO,P. Inclusão digital – cada vez mais no centro da inclusão social. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-38, out./mar., 2005.

LEMOS, A. Cibercultura e Mobilidade: a Era da Conexão. **Razón y Palabra**. N 41, out-nov 2004. Acesso em:20 de novembro de 2011.

LEMOS, André. **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SILVA FILHO, A.M. da. Os Três Pilares da Inclusão Digital. Revista espaço acadêmico-Ano III –n 24, Maio 2003. Acesso em 19 de novembro de 2011.

SORJ, B. A luta contra a desigualdade na sociedade de informação. Rio de Janeiro: Unesco, Zahar, 2003.

WAGNER, Flávio R. Habilidade e inclusão digital - o papel das escolas. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2009**. p. 47-51, São Paulo, 2010.

METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DA INFLUÊNCIA DE VESTUÁRIO ORTOPÉDICO (THERATOGS) NA MARCHA E NA FUNCIONALIDADE DE CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL

Raquel Ehlert¹

Regina de Oliveira Heidrich²

Eliane Fátima Manfio³

INTRODUÇÃO

A paralisia cerebral (PC) ou encefalopatia não progressiva crônica da infância (ECNPI) é um distúrbio da postura e do movimento, resultante de uma lesão ao encéfalo imaturo nos períodos pré, peri ou pós-natal (FINNIE,2000; SCHWARTZMAN, 2004; SANKAR; MUNDKUR, 2005;GERALIS, 2007).Crianças com paralisia cerebral utilizam as habilidades que tem de forma anormal, resultando em soluções funcionais que podem colocá-las em situação de risco para alterações estruturais, como encurtamentos, deformidades e prejuízos na dinâmica da marcha (CUSICK, 1994). A marcha nessas crianças, encontra-se alterada por fatores primários como a espasticidade e desequilíbrio entre as musculaturas agonistas e antagonistas, fatores secundários, como desalinhamentos biomecânicos que levam ao desenvolvimento de contraturas, deformidades e encurtamentos e fatores terciários, que são as compensações utilizadas para contornar os fatores primários e secundários e manter certa funcionalidade (GAGE; NOVACHECK, 2001).

As órteses são recursos auxiliares muito utilizados na tentativa de minimizar os déficits, melhorar o alinhamento e a funcionalidade de pacientes com paralisia cerebral e com outras deficiências (BURTNER; WOOLLACOTT; QUALLS, 1999). Nesse sentido, estudos sugerem que modelos de dispositivos ortóticos flexíveis/vestuários ortopédicos flexíveis, podem controlar movimentos anormais, estabilizar a postura, prevenir deformidades, melhorar o tônus muscular e proporcionar aproximação de um padrão mais normal de movimento (BLAIR et al., 1995; FLANAGAN et al., 2009; MATTHEWS et al., 2009). Estudos que analisem esses vestuários ortopédicos, até o presente momento, não possuem publicações que adotem como amostra a população brasileira.

¹ Mestranda em Inclusão Social e Acessibilidade (FEEVALE); Esp.em Fisioterapia Neurofuncional; bolsista da Universidade Feevale na modalidade aperfeiçoamento científico; Graduação em Fisioterapia (FEEVALE).

² Doutorado em Informática na Educação (UFRGS); Mestre em Desenho Industrial (UNESP); Docente e pesquisadora na Universidade Feevale.

³ Doutorado em Educação Física (Biomecânica) (UFSM); Mestre em Ciências do Movimento Humano (UFSM); Graduação em Educação Física (UFSM); Docente e pesquisadora na Universidade Feevale.

Com base nesses preceitos, o presente artigo tem como objetivo: fornecer parâmetros para avaliar a influência da utilização do sistema de vestuário ortopédico dinâmico flexível (TheraTogs®) na marcha e no desempenho funcional de crianças com paralisia cerebral do tipo diplegia. Assim, este estudo visa contribuir para reforçar os escopos científicos sobre o tema, considerando a avaliação biomecânica da marcha, aspectos funcionais, práticos e subjetivos resultantes da utilização de um sistema de vestuário ortopédico em crianças com paralisia cerebral do tipo diplegia, priorizando refletir sobre a forma como a tecnologia atua sobre o corpo e a subjetividade do sujeito de forma a pensar o corpo como parte indissociável do sujeito (LE BRETON, 2011).

Palavras-chave: Paralisia cerebral; Órtese dinâmica flexível; Theratogs; Marcha.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Dados estatísticos revelam que 30% das crianças com PC, que desenvolvem a marcha, têm disfunções severas de deambulação (HUTTON; COLVER; MACKIE, 2001). A falta de alinhamento biomecânico durante as atividades funcionais, especialmente a marcha, acarreta em prejuízos importantes ao aparelho locomotor, já que são forças internas e externas impostas aos músculos e articulações que determinam a remodelagem óssea (GAGE; NOVACHECK, 2001; WARD et al., 2006; CARRIERO et. al. ,2009).

O **TheraTogs®** é uma vestimenta ortótica fabricada por Delta-flex, composta por um tecido ‘respirável’, leve, que é sensível ao velcro. Foi desenvolvido para fornecer uma força passiva suave para corrigir desequilíbrios ou alinhamentos através de uma combinação de um sistema de tronco e membros inferiores, junto com um sistema de tiras externas customizadas ajustáveis de acordo com a necessidade de cada paciente. É sugerido que esse sistema, possa melhorar a estabilidade articular, postura e habilidades de marcha (CUSICK, 2012).

Flanagan et al. (2009) realizaram um estudo com o objetivo de avaliar a efetividade em curto prazo, do uso intensivo de um sistema dinâmico do TheraTogs®, na marcha, equilíbrio, e função em um grupo de crianças com paralisia cerebral diplégicas, classificadas com GMFCS nível 1. Os autores concluíram que, quando usada por um período de 2 meses, 10 a 12 horas por dia, uma vestimenta ortótica individualizada e sistema de tiras, pode melhorar a marcha, equilíbrio, e habilidades funcionais em algumas crianças com PC diplégicas, nível 1 de GMFCS. Algumas dessas melhorias são mantidas por dois a quatro meses mais tarde.

METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizará o delineamento quase experimental, na busca de verificar a relação de causalidade que se estabelece entre as variáveis, isto é, verificar se a variável independente,

utilização de uma órtese dinâmica (TheraTogs®), determina a variável dependente, cinemática angular dos membros inferiores, distribuição de pressão plantar e funcionalidade, buscando um controle rigoroso, no intuito de evitar a interferência de variáveis intervenientes. Será utilizado o modelo pré-teste/pós-teste com grupo controle não equivalente.

Para tanto, esta pesquisa propõe a utilização de dois recursos para análise biomecânica da marcha, quais sejam: uma plataforma de pressão Emed-X, para aquisição de dados referentes à distribuição de pressão plantar (análise cinética), durante a marcha, e o sistema *Spica Technology Corporation*TM composto por duas câmeras de vídeo, sincronizadas, com taxa de amostragem de 200 Hz, para avaliação cinemática dos ângulos articulares dos membros inferiores (quadril, joelho e tornozelo) durante a marcha. A avaliação da funcionalidade será através da aplicação do instrumento Inventário de Avaliação Pediátrica de Disfunção (PEDI). Serão coletados dados referentes à percepção dos responsáveis quanto aos aspectos práticos e aceitação da utilização do dispositivo por suas crianças.

ANÁLISE

Pretende-se obter com este estudo obter dados para a identificação das alterações na marcha das crianças; quantificar os efeitos da utilização da órtese (TheraTogs®) na marcha e na funcionalidade das crianças com paralisia cerebral do tipo diplegia do grupo experimental, verificar evidências científicas que permitam analisar a relevância da utilização e desenvolvimento de tecnologias semelhantes em âmbito nacional, ou mesmo, aumentar o arcabouço de justificativas no sentido de incluir certos produtos de tecnologia assistiva, como o em questão, na lista de equipamentos fornecidos/financiados pelo governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de vestuários ortopédicos dinâmicos flexíveis tem sido sugerida para melhorar a capacidade de estabilizar a postura, corrigir e ou prevenir deformidades, melhorar a funcionalidade e possibilitar ao usuário um padrão funcional mais adequado (BLAIR et. al., 1995). Porém, desconhecemos estudos que adotem como amostra a população brasileira e as evidências documentadas até o momento, são limitadas em função das características metodológicas dos estudos preexistentes. Sendo assim, pesquisas que reforcem os escopos científicos a respeito do tema são de extrema relevância para o desenvolvimento de tecnologias semelhantes em âmbito nacional, ou mesmo, aumentar o arcabouço de justificativas no sentido de desenvolver políticas públicas para aquisição gratuita ou facilitada desses recursos, além de fornecer dados para uma prática baseada em evidências.

REFERÊNCIAS

- BLAIR, E., BALLANTYNE, J.; HORSMAN, S. CHAUVEL, P. A study of a dynamic proximal stability splint in the management of children with cerebral palsy. **Dev Med Child Neurol**, [s.l.], v. 37, p. 544-554, 1995.
- BURTNER, P.A; WOOLLACOTT, M.H; QUALLS, O. Stance balance control with orthoses in a group of children with spastic cerebral palsy. **Dev Med Child Neurol**, [online], v. 41, n. 11, jun., 1999. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10576639>>. Acesso em: 12 maio, 2011.
- CARRIERO, A.; ZAVATSKY, A.; STEBBINS, J.; THEOLOGIS, T.; SHEFELBINE, S. J. Correlation between lower limb bone morphology and gait characteristics in children with spastic diplegic Cerebral Palsy. **Journal of Pediatric Orthopaedics**. [s.l.], v.29, n.01, p.73-79, jan./fev.,2009.
- CUSICK, B. An Overview of components and concepts involved in orthotic prescription for children with cerebral palsy. In: **Report of a Consensus Conference on the Lower Limb Orthotic Management of Cerebral Palsy**. Durhan, N. Carolina: International Society for Prostetic and Orthotics, p. 94-122, 1994.
- _____. **TheraTogs™-the live-in orthotics system you've been waiting for!** Disponível em: www.theratogs.com/descriptions. Acesso em: 05 de janeiro de 2012.
- FINNIE, N.R. **O manuseio em casa da criança com paralisia cerebral**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2000.
- FLANAGAN, A.; KRZAK, J.; PEER, M.; JOHNSON, P.; URBAN, M. Evaluation of short-term intensive orthotic garment use in children who have cerebral palsy. **Pediatric Physical Therapy**, [s.l.], p. 201- 204. 2009.
- GAGE, J.R; NOVACHECK, T.F. An Update on the Treatment of Gait Problems in Cerebral Palsy. **J Ped Orthop Part B**, [s.l.], v. 10, n. 4, 2001.
- GERALIS, E. **Crianças com paralisia cerebral: guia para pais e educadores**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- HUTTON, J.L; COLVER, A.F; MACKIE, P.C. Effect of severity of disability on survival in north east England cerebral palsy cohort. **Arch. Dis. Child**, [s.l.], v. 83, p 463-474, 2001.
- LE BRETON, D. **A antropologia do corpo e da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MATTHEWS, M.J.; WATSON, M.; RICHARDSON, B. "Effects of dynamic elastomeric fabric orthoses on children with cerebral palsy." **Prosth Orthot Internat**, [s.l.], v. 33, n. 4, p. 339-347, dez, 2009.

SANKAR, C.; MUNDKUR, N. Cerebral Palsy- Definition, Classification, Etiology and Early Diagnosis. **Indian J Pediat**, [s.l.], v. 72, Out, 2005.

SCHWARTZMAN, J.S. Paralisia cerebral. **Arq bras Paral Cerebral**. [s.l.], v. 1, n. 1, p. 4-17, set/dez., 2004.

WARD, K.A.;CAULTON,J.M.;ADAMS,J.EMUGHAL,M.Z. Perspective: Cerebral palsy as a model of bone development in the absence of postnatal mechanical factors. **J. Musculoskelet. Neuronal. Interact**. [s.l.], v. 6, n. 2, p. 1554-159, 2006.

ANÁLISE DO PROTOCOLO DE TERAPIA INTENSIVA PEDIASUIT EM UMA CRIANÇA QUADRIPLÉGICA : UM ESTUDO DE CASO

Rafael Cavalli Prestes¹
Raquel Ehlert²
Sonia Aparecida Manacero³

INTRODUÇÃO

Protocolos de terapia intensiva, utilizando órteses dinâmicas, ganham destaque clínico nas inovações em tratamento fisioterapêutico neurofuncional, porém seus efeitos carecem maiores evidências científicas. O objetivo deste estudo foi quantificar as aquisições motoras de uma criança de sete anos de idade com síndrome de Lesch-Nyhan e diagnóstico fisioterapêutico de quadriplegia com distúrbio de movimento tipo coreoatetose, antes e após o protocolo de terapia intensiva Peditasuit. Para tanto, utilizou-se como metodologia um estudo de caso. Tais aquisições motoras foram mensuradas através da escala quantitativa GMFM-66 (Gross Motor Function Measure-66), antes e após a execução do protocolo de tratamento intensivo Peditasuit. Os resultados demonstraram que o paciente obteve ganhos funcionais ao final do tratamento intensivo nas seguintes dimensões da escala GMFM-66: A (deitar e rolar), B (sentar) e E (andar, correr e pular), não apresentando diferenças nas dimensões C (engatinhar e ajoelhar) e D (Em pé).

Palavras-chave: Protocolo de terapia intensiva; fisioterapia neurofuncional, GMFM.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Atualmente existem diversos protocolos de terapias intensivas clínicas que utilizam órteses dinâmicas tipo suit, os quais têm potencializados ganhos no desempenho motor de crianças com alterações neurológicas (ALAGESAN E SHETTY, 2011).

O Peditasuit é um protocolo de tratamento terapêutico intensivo utilizado na reabilitação de pessoas com alterações neurofuncionais. Sendo composto de até 04 horas de terapia por dia, 05 dias por semana, durante 03 ou 04 semanas, conforme a avaliação inicial e particularidades individuais do paciente (CENEFFI, 2012). Durante certo período da terapia diária, utiliza-se a órtese dinâmica

¹ Mestre em Design e Tecnologia (UFRGS), Esp. em Fisioterapia Traumatológica e Ortopédica, Bacharelado em Fisioterapia (ULBRA).

² Mestranda em Inclusão Social e Acessibilidade (FEEVALE), Esp. em Fisioterapia Neurofuncional, bolsista da Universidade Feevale na modalidade aperfeiçoamento científico, Bacharel em Fisioterapia (FEEVALE).

³ Doutoranda em Saúde da Criança (PUCRS), Mestre Ciências da Saúde (PUCRS), Instrutora do Conceito Neuroevolutivo Bobath, Bacharelado em Fisioterapia (UNIMEP).

Suit, a qual é composta de touca, colete, short, joelheira, tênis e um sistema de elásticos ajustáveis às necessidades de cada paciente, configurados para facilitar de movimentos funcionais e/ou inibir de padrões inadequados de movimento (MANACERO et. al., 2012).

O intuito básico do Pediasuit é criar uma unidade de suporte para alinhar o corpo o mais próximo do normal possível, restabelecendo correto alinhamento postural e descarga de peso, que são fundamentais na normalização do tônus muscular, e de funções sensorial e vestibular (PEDROZO, THOMAS e OLIVEIRA 2012).

METODOLOGIA

Esta pesquisa é um estudo de caso de natureza quali quantitativa. Para mensurar as aquisições referentes a função motora grossa da criança antes e após a execução do protocolo de terapia intensiva Pediasuit, utilizou-se a escala quantitativa de avaliação GMFM-66, sendo executada no primeiro e no último dia de tratamento. Além disso, também foram coletados dados qualitativos, utilizando uma ficha de avaliação fisioterapêutica semiestruturada, composta por anamnese, inspeção e campos para avaliação de padrões motores. O protocolo teve início em 03/01/2012 e terminou em 28/01/2012, sendo composto por 4 semanas, 5 dias da semana, com 4 horas de terapia diária, totalizando 80 horas de terapia em 1 mês.

ANÁLISE

No primeiro dia de tratamento, segundo mensuração da avaliação GMFM-66, o paciente obteve um escore de 26,66 com erro padrão de 2,00, indicando que a mesma possui dificuldade em todos os domínios da escala avaliativa. Observou-se ainda na avaliação inicial: grande flutuação de tônus; assimetria postural; atividade voluntária desencadeando movimentos involuntários; dificuldade em estabilizar-se principalmente nas posturas sentado e ortostática (em pé); dificuldade nas trocas posturais, iniciando a passagem de deitado (prono ou supino) para sentado com muita dificuldade; na marcha (com facilitação), se desorganiza, principalmente iniciando pela extensão exagerada do quadril; troca passos utilizando padrão tesoura, com planti-flexão e assimetria (RTCA à D) e disartria.

De acordo com estes dados foi estruturado um plano de tratamento intensivo. Todas as ações terapêuticas utilizadas durante o tratamento tanto nos períodos de utilização do suit (uma hora e meia por dia durante a terapia), quanto nos períodos de não utilização, tiveram como base o Conceito Neuroevolutivo Bobath.

Ao final do tratamento intensivo, foi reaplicada a escala GMFM-66, onde o paciente apresentou um escore de 31,19 com erro padrão de 1,88. Este valor demonstra que o paciente obteve ao final do tratamento melhora nas dimensões A, B e E, não apresentando melhora

significativas nas dimensões C e D. Por fim, foi realizada uma comparação da evolução motora grossa da criança, conforme demonstra o gráfico 1.

Assessment Date	Age	GMFM-66 Score	Standard Error	95% Confidence Intervals		Items Tested	GMFCS	Therapist	Change Score
				Lower	Upper				
28 Jan 2012	7y 2m	31.19	1,88	27,51	34,87	66	Level IV	Raquel Ehlert e Rafael Prestes	4,53
03 Jan 2012	7y 1m	26.66	2,00	22,74	30,58	66	Level IV	Raquel Ehlert e Rafael Prestes	N/A

Case Summary Plot:



Gráfico 1: Comparação entre a avaliação e a reavaliação segundo a escala GMFM-66

Adaptado de Russell et al, 2011.

A melhora dos escores da escala GMFM e da avaliação qualitativa do paciente traduz a melhor estabilidade adquirida em posturas mais altas, além de notável melhora nas trocas posturais de deitado para sentado. Com o passar da terapia o paciente foi capaz de manter-se maior tempo na postura em pé, com menos auxílio e mais estável. A estabilidade na marcha melhorou, tornando possível o treino com o andador sem os acessórios, solicitando maior transferência de peso para os membros inferiores, com apoio dos membros superiores e facilitação do terapeuta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protocolo de terapia intensiva Peditasuit possibilitou a aquisição de ganhos motores relevantes, maior estabilidade e conseqüente diminuição dos movimentos involuntários deste paciente com coreoatetose. Resultando em melhora nas trocas posturais e manutenção das posturas, especialmente o deitar e rolar, sentar e andar. Entende-se ser necessário intensificar esforços para o desenvolvimento de pesquisas relativas ao tema investigado, com delineamentos que produzam um maior nível de evidência científica.

REFERÊNCIAS

- ALAGESAN J; SHETTY A. **Effect of Modified Suit Therapy in Spastic Diplegic Cerebral Palsy - A Single Blinded Randomized Controlled Trial.** Journal of Health and Allied Sciences. 2011.
- CENEFFI. Centro de Estudos e Fisioterapia para Funcionalidade e Integração. **Pediasuit.** Disponível em: http://www.ceneffi.com.br/?page_id=105. Acessado em 20/07/2012.
- PEDROZO,L.; THOMAS,J.;OLIVEIRA,L. Protocolo Pediasuit. In: ASSIS, R.D. **Condutas Praticas em Fisioterapia Neurológica.** Editora Manole, 1 ed., 2012.
- MANACERO S A, et al. **Utilização de Órtese Dinâmica no Tratamento Intensivo em Neurologia.** Revista da ABOTEC. Ano II. Número 3. 2012.

APONTAMENTOS SOBRE DISCRIMINAÇÃO, PRECONCEITO, INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Claudio Cleverson de Lima¹
Orientação: Regina de Oliveira Heidrich²

Palavras-chave: interação, AVA, inclusão, acessibilidade, aprendizagem

INTRODUÇÃO

Estudar as relações inclusivas entre os sujeitos em processos educativos, sejam eles presenciais ou virtuais, implica conhecer a origem deste sujeito, não só como indivíduo num determinado espaço sócio-temporal, mas também como pertencente à um identidade coletiva. Este estudo apresenta e discute o tema da relação entre a formação do Estado e da cidadania no Brasil, objetivando entender a origem do processo político brasileiro que configurou as relações entre Estado e sociedade, gerando um tipo específico de identidade nacional, implicada frequentemente com exclusão social, discriminação e preconceito.

Justifica-se o estudo pelo entendimento de que o processo democrático não pode compatibilizar-se sobre um tecido sociocultural impregnado de preconceitos e discriminação, categorias que configuram relações sociais assimétricas e desiguais e devem ser combatidas. As ações inclusivas devem ser tratadas desde a escola, espaço inclusivo e de formação por excelência, bem como verificar as condições de acessibilidade destes espaços.

Com a utilização der recursos tecnológicos firmando-se como importantes auxiliares dos processos educativos e seu potencial como meio de promoção da aprendizagem, entende-se que as questões de acessibilidade devem também contemplar os processos educativos que ocorrem fora da escola tradicional. Por esse motivo, também será objeto de discussão as questões de acessibilidade na web, particularmente em Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Brasil apresenta um histórico de formação de Estado no qual a criação da identidade nacional não pode ser visualizada fora do contexto histórico-cultural de sua formação como nação

¹ Licenciado em Computação, cursa Especialização em Mídias na Educação pela UFPel – Universidade Federal de Pelotas e Mestrando em Inclusão Social e Acessibilidade pela Universidade Feevale. e-mail:claudiodelima@yahoo.com.br

² Doutora em Pós Graduação em Informática na Educação, docente do Mestrado Profissional em Inclusão Social e Acessibilidade da Universidade Feevale.

(RENAN, 1997). Para Ortiz (2001), um elemento fundamental da construção da identidade nacional brasileira a partir dos anos 30 foi a inserção de símbolos de segmentos populares como definidores da nação, como o futebol e o samba. Contudo, a tendência da identidade nacional que estava sendo criada não era construí-la com os elementos populares, mas sim ocultar as discriminações e distinções classistas e étnicas existentes na época dentro dessas categorias populares,

Candau (2003) confirma que a discriminação e o preconceito são determinadas por realidades historicamente construídas. A conjugação conjunta dessas duas categorias, como se uma só fossem, pelo Imaginário popular, impede de maneira perversa seu reconhecimento e dificultando seu combate, que deveria começar pela educação, pela escola. `

Para Rattner (2002) e Sasaki (2007) a inclusão não pode se restringir apenas à aceitação de alunos na escola ou ao ingresso no mercado de trabalho. A aceitação dos diferentes pelos demais membros sociais e o convívio com a diferença deve ser pensado desde uma perspectiva de identidade, que pode ser (re)construída a partir da educação. Assim, a educação inclusiva, para Mrech (2003) deve entender que todos os sujeitos são diferentes e a escola precisa adaptar-se para atender às necessidades de todos os educandos – com ou sem necessidade especial. A inclusão não significa tornar todos iguais, mas respeitar as diferenças.

Na prática, significa tornar acessíveis para qualquer pessoa todos os sistemas gerais da sociedade, em contraposição à prática de construir “subsistemas separados” exclusivamente para deficientes. Estas mudanças, para Beyer (2006), são uma questão de cultura social e são mudanças fundamentais porque podem garantir não só o acesso do educando com deficiência à escola regular, mas principalmente sua permanência nela

Considerando o potencial interativo que os dispositivos tecnológicos podem proporcionar à promoção da aprendizagem (WEEN e VRAKING, 2009), entende-se que as questões de acessibilidade devem também contemplar os processos na educação online. Um ambiente educacional virtual não deve impor barreiras aos deficientes, mas projetados de maneira a oferecer possibilidades de uso por deficientes visuais, auditivos, pessoas com problemas de locomoção e outros. Nesta perspectiva, a acessibilidade à web oportuniza conteúdos tangíveis a todos, com deficiências permanentes ou temporárias, fazendo com que qualquer pessoa possa acessar, interagir, contribuir e criar conteúdos para disponibilizar na rede, não importando seus limites.

Assim, o W3C (World Wide Web Consortium) é uma entidade que desenvolve e estabelece padrões para a criação e a interpretação dos conteúdos para a internet. Páginas web desenvolvidas segundo esses padrões podem ser acessadas e visualizadas por qualquer pessoa ou tecnologia, independente de hardware ou software utilizados (Nielsen, 2000)..

METODOLOGIA

A pesquisa utilizou-se de revisão bibliográfica sobre o tema, seguida de análise teórica de autores considerados referência no campo da inclusão social e acessibilidade, bem como na área de tecnologia da informação.

ANÁLISE

As mudanças sofridas pela identidade nacional através da história brasileira sempre foram operacionalizadas pelo Estado ou por determinadas categorias dentro dele, de maneira que, sem participação popular, as questões discriminatórias e preconceituosas ficaram inseridas de maneira dissimulada dentro da identidade nacional nascente. Esses estigmas historicamente construídos chegaram até a sociedade atual

Devido ao avanço tecnológico que ocorre na sociedade e na escola, entende-se que implementar a acessibilidade em ambientes virtuais é possibilitar que a comunicação e a interação ocorram nesses ambientes. Na utilização educacional de ferramentas com fins educacionais em AVA é crucial possibilitar que a comunicação e a interação ocorrem nesse ambiente, principalmente no que diz respeito ao discurso dos sujeitos e às suas possibilidades de interação, que no ambiente virtual é a representação de sua personalidade e identidade.

Para tanto, os ambientes virtuais e as páginas web criadas com objetivos pedagógicos devem seguir os padrões de acessibilidade determinadas pela W3C, que garantirá aos sujeitos expressar sua personalidade e identidade e partilhando de uma efetiva inclusão social. Essa proposta, portanto, considera a diversidade e as diferenças, sendo um processo desencadeado e alimentado continuamente por cada cidadão à medida que reconhece, respeita e convive com as diferenças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção democrática no Brasil exige o combate às desigualdades econômicas e sociais, que estão entranhadas na sociedade de maneira difusa, mas fortemente internalizada e sustentada com naturalidade. Na sociedade brasileira, discriminação e preconceito são conjugados perigosamente, eliminando as diferenças entre uma e outra e permitindo a coexistência de ambas de modo sutil, velado e sub-reptício. A sociedade brasileira, hoje, está diante da tarefa de reencontrar o sentido comunitário, interacionista e inclusivo, essencial para o sucesso das ações inclusivas, tanto presenciais quanto virtuais. Que os ambientes virtuais e softwares gerados a partir desta ótica humanística e inclusiva possam representar um local propício para este reaprendizado interativo e, antes de tudo, humano. O resgate da acessibilidade e inclusão universal, com respeito à diversidade, pode começar por aí.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005;

CANDAU, Vera Maria (coord.). **Somos todos igu@is? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MRECH, LENY MAGALHÃES – **Psicanálise e Educação: Operadores de leitura** São Paulo, Editora Pioneira, 1999.

NIELSEN, Jakob. **Projetando websites**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RATTNER, Henrique. **Sobre exclusão social e políticas de inclusão**. In: *Revista Espaço Acadêmico*. Ano II, n. 18, novembro de 2002.

RENAN, Ernest. **Qu'est-cequ'une nation?** Paris: Éditions Mille, 1997. [primeira edição: 1882]

SASSAKI. **O que é Educação Inclusiva?** Faculdade de Educação da Universidade de São

WEEN, W.; VRAKKING, B. **Homo Zappiens: educando na era digital**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: FATORES ASSOCIADOS À QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS

Neivo Bazzanella¹

Descritores: Envelhecimento; Idoso; Qualidade de Vida.

INTRODUÇÃO

O aumento da expectativa de vida é uma realidade mundial, o que acaba influenciando no cotidiano da sociedade, da comunidade, da família e do próprio idoso. É um processo inevitável e dinâmico que está associado a perdas biológicas, socioafetivo e político, além de algumas variáveis consideradas vulneráveis como idade, gênero, raça, classe social e região geográfica. Esses fatores implicam diretamente na expectativa e qualidade de vida (ALENCAR, 2009).

Avaliar qualidade de vida assume uma importante ferramenta para avaliação, pois de uma concepção subjetiva passa para uma quantitativa onde os resultados são utilizados para subsidiar a adotar melhores condutas quanto às práticas assistenciais e intervenções terapêuticas presentes nos serviços de saúde nas diferentes populações e doenças, além de contribuir para a promoção da saúde e das políticas públicas (FREITAS, 2010).

Pelo aspecto multidimensional que a longevidade apresenta, emergem complexas discussões no âmbito da educação, de inclusão, sobre o entendimento do status individual e coletivo do idoso e a forma pela qual ocorre a interação social dessa população (ALENCAR, 2009).

O presente artigo centra-se no tema do envelhecimento populacional e metodologicamente se caracteriza por ser uma revisão bibliográfica. Teve como objetivo realizar uma revisão sistematizada da literatura sobre as diferentes análises da qualidade de vida dos idosos.

QUALIDADE DE VIDA

Para uma melhor interação social dos idosos, os grupos de convivência surgem como facilitadores nesse processo adaptativo da longevidade e envelhecimento. Acredita-se que a participação dos idosos nesses grupos seja um meio de reinserção na sociedade por facilitar um convívio social, adaptar-se a esse processo de modificações e trazer bem-estar individual ou

¹ Enfermeiro Esp. Auditor Interno no Hospital Unimed Nordeste RS localizado no município de Caxias do Sul - RS, mestrando em Inclusão Social e Acessibilidade – Universidade FEEVALE.

coletivamente. Esses fatores contribuem para o idoso reconstruir seu papel social e cultural, fortalecendo sua autonomia e independência (PEREIRA et al., 2011).

Conforme os estudos de Pereira et al., (2011), realizado em Florianópolis – SC. que teve por objetivo estimar a contribuição das condições sócio-demográficas na percepção de qualidade de vida em idosos participantes dos grupos de convivência. A maioria eram idosos feminino 64,5%. Com relação à concepção global de qualidade de vida 73,0% classificam como “muito boa” ou “boa”. Quanto à satisfação com a saúde, 69,5% “muito satisfeito” ou “satisfeito”.

Os exercícios físicos sempre estiveram associados ao bem estar geral, pois auxilia as pessoas a manterem um maior vigor, melhorar o desempenho em diversas funções e atividades e também proporcionar qualidade de vida à medida que envelhecem.

Conforme revisão sistematizada da literatura sobre o impacto da prática regular de atividade física na qualidade de vida dos idosos, Oliveira et al. (2010) a partir da análise dos artigos selecionados para esta revisão, relata que a participação dos idosos em alguma atividade física melhora a qualidade de vida.

É evidente o crescimento da população idosa em ritmo acelerado a nível mundial, o que acaba implicando numa série de consequências em suas vidas. Há também problemas familiares, por negligência ou por alguns membros da família não estarem em condições de assumir os cuidados com esse idoso, por consequência acabam encaminhando-o às instituições denominadas como geriátricas, casas de repouso ou instituições de longa permanência para idosos, sendo que o Brasil não está estruturado para receber essa demanda (FREITAS e SCHEICHER, 2010).

Nos estudos de Freitas e Scheicher (2010) foi avaliada a qualidade de vida de idosos institucionalizados numa cidade do interior de São Paulo. Observou-se predominância do sexo feminino. Geralmente essas instituições de longa permanência ofertam uma vida monótona aos idosos por não ter atividades suficientes para suprir as necessidades diárias. Esses resultados propiciam supor que essas instituições possam tornar esses idosos mais dependentes e incapacitados. São poucos os estudos em qualidade de vida de idosos institucionalizados.

É relevante produzir pesquisas que abordem o envelhecimento sob novas óticas, os estudos na sua maioria tratam sobre os idosos que vivem em ambientes urbanos e poucos os que abordam os idosos no ambiente rural. Para fazer essa diferenciação é necessário caracterizar o ambiente rural como municípios que possuem menos de 25 mil habitantes, o que corresponde aproximadamente 75% do total dos municípios brasileiros e que residem cerca de 40 milhões de pessoas, esses municípios são essencialmente agrários, onde se desenvolvem atividades de agricultura e pecuária (ALENCAR et al., 2010).

Conforme Alencar et al. (2010) em seu estudo que objetivou avaliar e comparar a qualidade de vida de idosos residentes em ambientes urbano e rural no interior do Ceará, observou que as amostras dos idosos residentes tanto na área urbana quanto rural apresentaram níveis iguais. Nesta amostra, o fato de residir em áreas diferentes não esteve associado a melhores níveis de qualidade de vida.

Esses resultados sugerem que a qualidade de vida possa sofrer influências de outros fatores ou que as pessoas possam ter uma percepção bem mais subjetiva a respeito da condição de ter ou não qualidade de vida (ALENCAR et al., 2010).

Pensando na função do lazer que é uma tentativa de fazer com que a pessoa se desligue temporariamente de suas obrigações, Mori e Silva (2010), através de sua pesquisa tenta oferecer aos sujeitos uma nova experiência, a oportunidade de sentir a sensação de estar livre de suas rotinas e obrigações e por consequência manifestar seus sentimentos e emoções.

Os resultados da pesquisa após o projeto de intervenção apontou para a necessidade do lazer no meio social, e de forma unanime entendem que se o lazer lhe fosse proporcionado no decorrer de suas vidas, teriam uma vida com mais alegria, saúde e bem estar (MORI e SILVA, 2010).

De acordo com Trentini et al. (2006), as características sociodemográfica do estudo, realizado em Porto Alegre – RS, aponta que o grupo de cuidadores tem idade média de 51,5 anos predominantemente composto por pessoas casadas, que possuem trabalho atual. O grupo dos idosos possui idade média de 75,3 anos e se distribui de forma homogênea entre casados e viúvos, e na sua maioria são aposentados (TRENTINI et al., 2006).

Quando questionados “O quanto você considera que conhece a pessoa de quem você cuida?”, 88,9% dos cuidadores responderam *muito e completamente*. Referente à questão “Como é a qualidade de seu relacionamento com a pessoa de quem você cuida?”, 96,3% responderam muito boa ou boa. Esses resultados sugerem para uma possível intimidade entre os cuidadores e os idosos, o que é de fundamental importância para a validade das estimativas obtidas (TRENTINI et al., 2006).

Questionamento referente à qualidade de vida de forma geral, os cuidadores apresentaram percentuais mais baixos se comparados com a percepção do próprio idoso. Essa tendência foi observada em todos os domínios, físico, psicológico, nível de independência, relacionamentos sociais, meio ambiente, espiritualidade/religião, da avaliação da qualidade de vida geral (TRENTINI et al., 2006).

Analisando os resultados obtidos percebe-se que os mesmos apontam para uma provável tendência do cuidador em perceber a qualidade de vida do idoso como inferior à própria percepção

do idoso. No entanto, todos os domínios se correlacionam (TRENTINI et al., 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preocupar-se com a qualidade de vida da população deve estar pautado sob uma ótica muito mais ampla, do que apenas atuar no controle de sintomas, na diminuição da mortalidade ou no aumento da expectativa de vida.

A integração social na terceira idade é uma das estratégias para alcançar a qualidade de vida, pois fornece suporte psicológico e capacidade para entender e aceitar o seu processo de envelhecimento, como também a do outro.

O período atual, mais do que qualquer outro, apresentou significativas mudanças sociais, na saúde pública mundial e no aumento da expectativa de vida. Esse novo contexto apresenta-se como um dos maiores desafios à sociedade, pois demanda reflexões para adoção de programas e políticas públicas que atendam essa população.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Maria do Socorro Silva; CARVALHO, Cecília Maria Resende Gonçalves de. O envelhecimento pela ótica conceitual, sociodemográfica e político-educacional: ênfase na experiência piauiense. *Interface (Botucatu), Botucatu*, v.13, n.29, Jun 2009.
- ALENCAR, Nelyse de Araujo; ARAGÃO, Jani Cleria Bezerra; FERREIRA, Marcia de Assunção; DANTAS, Estélio Henrique Martin. Avaliação da qualidade de vida em idosos residentes em ambientes urbano e rural. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.* Rio de Janeiro, RJ. 2010; 13(1): 103-109.
- ALEXANDRE, Tiago da Silva; CORDEIRO, Renata Cereda; RAMOS, Luiz Roberto. Factors associated to quality of life in active elderly. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, n.4, Aug. 2009 .
- BORGES, Paula Lutiene de Castro e et al . Perfil dos idosos frequentadores de grupos de convivência em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.24, n.12, Dez. 2008 .
- CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. *Rev. Bras. Estud. Popul.*, São Paulo, v.27, n.1, Jun. 2010.
- FREITAS, Mariana Ayres Vilhena de; SCHEICHER, Marcos Eduardo. Qualidade de vida de idosos institucionalizados. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.* Rio de Janeiro, RJ. 2010; 13(3): 395-401.
- FLECK, Marcelo Pio de Almeida & Colaboradores. A avaliação de qualidade de vida: guia para profissionais da saúde. Porto Alegre, RS. Artmed, 2008.
- GOMES, Sandra; MUNHOL, Maria Elisa; DIAS, Eduardo (coordenação geral Áurea Eleotério Soares Barroso). Políticas públicas para a pessoa idosa: marcos legais e regulatórios. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta, 2009.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Acesso em 06 jun.2012. Disponível:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>
- KALACHE, Alexandre. O mundo envelhece: é imperativo criar um pacto de solidariedade social. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.13, n.4, Aug. 2008.
- MORI, Guilherme; SILVA, Luciene Ferreira da. Lazer na terceira idade: desenvolvimento humano e qualidade de vida. *Motriz, Rio Claro*, v.16, n.4, p.950-957, Out./Dez., 2010.
- OLIVEIRA, Aldolan Cunha de; OLIVEIRA, Núcia Macêdo Diniz; ARANTES, Paula Maria Machado; ALENCAR, Mariana Asmar. Qualidade de vida em idosos que praticam atividade física: uma revisão sistemática. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.* Rio de Janeiro, RJ. 2010; 13(2): 301-312.
- PEREIRA, Keila Cristina Rausch; ALVAREZ, Angela Maria; TRAEBERT, Jefferson Luiz. Contribuição das condições sociodemográficas para a percepção da qualidade de vida em idosos. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.* Rio de Janeiro, RJ. 2011; 14(1): 85-95.
- PEREIRA, Renata Junqueira et al . Contribuição dos domínios físico, social, psicológico e ambiental para a qualidade de vida global de idosos. *Rev. Psiquiatr. Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v.28, n.1, Abr. 2006.
- TRENTINI, Clarissa Marcelli; CHACHAMOVICH, Eduardo; FIGUEIREDO, Michelle; HIRAKATA, Vânia Naomi; FLECK, Marcelo Pio de Almeida. A percepção de qualidade de vida do idoso avaliada por si próprio e pelo cuidador. *Estudos de Psicologia*. 2006; 11(2): 191-197.

ACESSO OU ACESSIBILIDADE NA SAÚDE?

Lívia Biasuz Machado¹

Lisiane Machado de Oliveira Menegotto²

Palavras chave: Acessibilidade. Acesso à saúde. Inclusão social.

INTRODUÇÃO

O termo acessibilidade é discutido em várias áreas técnicas. Cada área apresenta definições de acordo com a linha de seus teóricos e esta é ajustada aos objetivos principais de cada estudo em execução. A discussão sobre acesso ou acessibilidade na saúde é de extrema relevância e justifica-se no sentido de problematizar a melhoria do atendimento na saúde pública. Diante deste exposto e pelas vivências na assistência em saúde pública, o presente estudo propõe-se a discutir sobre a temática do acesso e da acessibilidade e sua relevância no que se refere ao atendimento ao usuário da atenção primária em saúde.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: CONCEITO DE ACESSO E ACESSIBILIDADE

Na área da saúde, o termo acessibilidade é empregado como representação das condições de mobilidade facilitadas ao usuário portador de alguma deficiência física que necessita de mobilidade apropriada. Esta palavra é substituída pelo termo “acesso” quando referencia situações mais amplas, que contemplam a necessidade em “acessar” algo maior que simplesmente mobilidade, por exemplo, determinados serviços de saúde (STARFIELD, 2004; CAMPOS, 2008).

Donabedian (1973), que utiliza o termo acessibilidade ao invés de acesso, descreve a existência de dois aspectos que envolvem, neste caso acessibilidade na saúde: os aspectos geográficos e os aspectos sócio-organizacionais. Se nos detivermos aos aspectos geográficos contemplaremos uma das maiores problemáticas referentes à qualidade de acesso na saúde, a cobertura dos serviços de saúde. Esta engloba questões referentes à localização geográfica das unidades básicas no que diz respeito à necessidade, área vulnerável, facilidades de acesso, referência e centralidade. Ainda para Donabedian (1973) e compartilhada por Sanchez e Ciconelli

¹ Enfermeira Especialista em Saúde Pública (UFRGS), Mestranda em Inclusão Social e Acessibilidade da Universidade Feevale/RS. Professora do curso de graduação em Enfermagem Feevale/RS.

² Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS). Docente do Curso de Psicologia e do Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade da Universidade Feevale.

(2012), o termo acessibilidade englobaria a cobertura do serviço à população e se esta oferta responderia às necessidades desta população considerando o momento desta necessidade.

Segundo o Ministério da Saúde (2005), a qualidade deste acesso depende de vários fatores, além das capacidades estruturais e físicas apresentadas anteriormente. Starfield (2004) compartilha deste entendimento quando menciona os atributos essenciais da Atenção Primária em Saúde (APS) que devem ser contemplados no atendimento ao usuário do SUS e que definem um futuro de qualidade das ações a ele direcionadas: acesso de primeiro contato, integralidade do cuidado, longitudinalidade e coordenação do cuidado. Segundo a mesma autora estes atributos garantem acesso, pois o profissional de saúde fica mais sensibilizado às questões sociais e da dimensão subjetiva do sujeito. De acordo com o exposto acima, McIntyre e Mooney (2007) concordam que as desigualdades em saúde, as quais exigem dos profissionais uma maior sensibilidade e percepção da subjetividade, envolvem políticas públicas que estão presentes no mundo todo.

Conforme Aday e Andersen (1974), o acesso aos serviços de saúde leva em consideração características comuns compartilhadas por outros autores, como Ronald e Newman (1973), como as características da população e a disponibilidade organizacional e geográfica. Ambos concordam que elas se direcionam para uma esfera mais política que puramente operacional. Donabedian (1973) enfatiza o termo acessibilidade como uma função do tempo, sendo esta a relação entre o distanciamento do serviço e do usuário. Para Penschansky e Thomas (1981), este conceito está caracterizado mais comumente como “satisfação” pelo serviço. Hoje, os fatores relacionados ao acesso, ainda incorporam as questões organizacionais, estruturais, populacionais e de satisfação (BRASIL, 2005). Há uma interação entre o serviço e o usuário fortemente integrada nas questões de retorno, chamadas de *feedback*, ou mesmo de “escuta qualificada” no intuito de detectar fatores que promovem indicadores para a melhoria da qualidade dos serviços (SANCHEZ e CICONELLI, 2012). McIntyre e Mooney (2009) apresentam alterações referentes ao conceito de acesso, levando em consideração a questão populacional, mas sob o viés do nível educacional, da bagagem cultural e das crenças. O discurso considera o indivíduo como protagonista de ações de prevenção, promoção e autocuidado em saúde (STARFIELD, 2004). Nessa perspectiva, os profissionais, como facilitadores desta interação, reconhecem as demandas e as conduzem para a tomada de decisão que melhor contemple melhorias na qualidade de vida (TRAVASSOS e MARTINS, 2004).

METODOLOGIA

O presente estudo descritivo propõe-se a abordar a temática, referenciando os achados encontrados através da busca de dados em artigos e livros. A análise e interpretação dos achados

levará em consideração o cenário em que a saúde brasileira se encontra, assim como o contexto social em que os dados foram apresentados pelos autores.

ANÁLISE DOS DADOS

Os princípios da Atenção Primária em Saúde, segundo Starfield (2004), envolvem a integralidade da atenção, a substituição da saúde pela doença, a resposta às necessidades e a qualidade. Analisando estes princípios sob a ótica do deficiente que necessita de inclusão, o terceiro princípio “resposta às necessidades” demonstra onde está o atual e problema da saúde pública. Estaria o SUS considerando as necessidades da população nas suas mínimas particularidades? Como poderemos contemplar a este sujeito ser protagonista na construção de sua “liberdade individual” enquanto ser hígido se os próprios profissionais de saúde não estão abertos à oferta de serviços adequados? De que maneira o SUS conseguirá atingir usuários que precisam de condições especiais para atendimento? Os direitos sociais são esquecidos e desta forma ferem o princípio da equidade.

Muitos são os conceitos que pretenderam definir e diferenciar o termo acesso de acessibilidade, não sendo ainda um assunto esgotado. Novas discussões com olhar criterioso, como humanização, são necessárias. As maiores dificuldades à inclusão social são os aspectos estruturais e de deslocamento ao sistema de saúde. Área física e carência de profissionais refletem na qualidade do atendimento ao público usuário do sistema. Cabem as políticas públicas a melhoria física que contemple a alterações e adaptações às diferenças, possibilitando atendimento de forma igualitária e com respeito às diferenças sociais, culturais, étnicas e físicas. Mudanças são possíveis através de normatização das políticas públicas, pensadas sob a ótica da inclusão.

REFERÊNCIAS

- ADAY, L. A. ANDERSEN, R. A framework for the study of Access to medical care. *Health Serv Res.* 1974;9(3):208-20.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Avaliação para melhoria da qualidade da estratégia saúde da família.** Ministério da Saúde – Brasília: MS, 2005.
- CALDAS, C. P. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. *Cad Saude Publica.* 2003;19(3):733-81.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et. al. **Tratado de Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.
- CASTRO, Shamyry Sulyvan et. al. Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência. *Rev Saude Publica* 2011; 45(1):99-105.
- DONABEDIAN, A. Aspects of medical care administration: specifying requirements for health care. Cambridge: Harvard University; 1973.
- FORTES, PAC. A equidade no sistema de saúde na visão de bioesteticistas brasileiros. *Rev Assoc Med Bras.* 2010;56(1):47-50.
- McINTYRE, D. MOONEY, G. **The economics of health equity.** New York: Cambridge University; 2007.
- NAGAI, R. et. al. Conhecimentos e práticas de adolescentes na prevenção de acidentes de trabalho: estudo qualitativo. *Rev Saude Publica.* 2007;41(3):404-11.
- Organização Mundial da Saúde – OMS. World Health Organization (WHO) – Sustainable health financing, universal coverage and social health insurance. Genebra, 2010.
- PECHANSKY, R. THOMAS, W. J. The concept of Access: definition and relationship to consumer satisfaction. *Med Care.* 1981;19(2):127-40.
- RONALD, A. NEWMAN, J. F. Societal and individual determinants of medical care utilization in the United States. *Milbank Mem Fund Q Health Soc.* 1973;51(1)95-124.
- SANCHEZ, Raquel Maia; CICONELLI, Rozana Mesquita. Conceitos de acesso à saúde. *Rev Salud Publica.* 2012;31(3):260-8.
- STARFIELD, Bárbara. Atenção Primária. **Equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia.** Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2004.
- TRAVASSOS, C. MARTINS, M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. *Cad Saude Publica.* 2004;20(2):190-8.

POLÍTICAS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA: O MITO DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Ana Patrícia Barbosa Dutra – Universidade FEEVALE¹

PALAVRAS CHAVE: Representação Social. Inclusão/Exclusão Social. Proteção Integral.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a analisar as políticas de proteção à infância, a partir das transformações jurídicas dadas através dos novos arranjos políticos, econômicos e sociais, nas estruturas do Estado brasileiro, que refletem na construção da cidadania e da proteção integral de crianças e adolescentes. . O objetivo é correlacionar o problema da exclusão-inclusão às transformações doutrinárias na formação do Estado brasileiro e seus impactos nas instituições voltadas ao atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, em especial na Fundação de Assistência Socioeducativa FASE/RS. A problemática de pesquisa procura compreender a representação social da aplicabilidade das medidas socioeducativas de privação de liberdade, a partir da passagem da Doutrina de Situação Irregular, que embasava o Código de Menores, para a Doutrina de Proteção Integral, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. A hipótese de trabalho postula que na prática, o que se percebe, é uma estreita relação entre os modelos, evidenciando uma forma de pensar a realidade cotidiana, diretamente relacionada com a maneira como os indivíduos e grupos criam sua bagagem cultural, através de seus códigos, símbolos, valores e ideologias, definindo assim a representação social. A construção teórica respaldou-se na literatura especializada sobre o tema, a saber: O conceito de *Representação Social* será abordado a partir da obra de Moscovici (1989); A problematização acerca das categorias *inclusão/exclusão social* estará ancorada em Martins (2008) e o debate acerca da *cidadania e proteção integral* estará em sintonia com Carvalho (2011).

2. METODOLOGIA

O presente trabalho se propõe a analisar elementos históricos e culturais da construção da cidadania de crianças e adolescentes, a partir da formação do Estado brasileiro. A referida análise é

¹ Mestranda em Inclusão Social e Acessibilidade/FEEVALE. Vinculada a linha de pesquisa Políticas e Processos de Inclusão Social. Assistente Social – Docente Universidade Luterana do Brasil – ULBRA/RS.

balizada pela literatura especializada no assunto. A fim de atingir tal objetivo, utiliza-se da metodologia de pesquisa bibliográfica classificada por GIL (2010) como aquela elaborada por material bibliográfico já publicado referente ao pensamento de determinado autor e analisar as posições diversas com relação ao tema.

3. AVANÇOS DOUTRINÁRIOS: OS REFLEXOS NA CONTEMPORANEIDADE

Na contemporaneidade, muito se tem falado sobre os direitos sociais de crianças e adolescentes, principalmente após a criação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que instaura uma nova ordem jurídica e social, assegurando a este segmento da população total e absoluta prioridade, por serem pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e, portanto, sujeitos de direitos.

Apesar do ECA ser o principal instrumento para a garantia desses direitos, as transformações doutrinárias, a partir da passagem da Doutrina de Situação Irregular, para a Doutrina de Proteção Integral, remontam diferentes tempos históricos, sofrendo diretamente a influência de instituições jurídicas, que podem determinar a forma estrutural da sociedade. Conforme Santos (2010), é a partir de Weber que se pode analisar a influência de outras instituições, como as jurídicas e religiosas, na estrutura social, contrariando Marx, que se referia apenas ao determinismo econômico. Neste sentido, o mesmo autor refere sobre a criação do Estado brasileiro, que antecede a formação da sociedade, e que se constrói fundamentalmente através de base jurídica.

Dadas as características de nossa colonização portuguesa no século XV, teremos, primeiramente, no Brasil, a criação do Estado e, posteriormente, a formação da sociedade brasileira. De fato, o Estado, no Brasil, como uma importação lusitana, configurou-se como uma entidade anterior, forte e robusta, que vai, paulatinamente, amalgamando essa nova sociedade, portanto, criando-a. (2010, p. 73).

Neste sentido, pode-se analisar que cada fase jurídica corresponde a transformações na sociedade e como refere Sorj (2000), em cada tempo histórico, as narrativas passam a valorizar certas dimensões e atores esquecidos, como no caso de crianças adolescentes, conforme as diversas formas legais de tratamento dado ao longo dos tempos.

Percebe-se que os avanços legais são inegáveis, porém, não podemos deixar de analisar os diferentes contextos históricos em que ocorrem e que se relacionam diretamente às configurações sociais que os determinam e a construção da cidadania, pois conforme refere Carvalho (2011), este é um fenômeno complexo e historicamente definido.

4. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: REBATIMENTOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO SOCIAL

No que diz respeito a medida socioeducativa de privação de liberdade, presente em tanto na

Doutrina de Situação Irregular, que embasava o Código de Menores, quanto na Doutrina de Proteção Integral, que preconiza o ECA, torna-se fundamental refletir sobre a representação social de sua aplicabilidade e relação com a inclusão/exclusão social de crianças e adolescentes, compreendendo os aspectos socioculturais presentes na privação de liberdade, onde crianças e adolescentes, ao longo da história da humanidade, sofrem diversas formas de violação de direitos.

Antes de falarmos em inclusão social é necessária a compreensão das situações excludentes ou includentes que comportam esses sujeitos e quais os critérios usados para incluí-los ou excluí-los, analisando os fenômenos sociais a partir de sua intencionalidade.

Podemos analisar a intencionalidade das instituições voltadas ao atendimento de adolescentes privados de liberdade, onde se perpetuam práticas arraigadas na sociedade, e que evidenciam que estas instituições possuem mecanismos e características semelhantes, demonstrando uma fragilidade em seu sistema funcional, ao longo dos tempos. Para Sorj:

A história social, cultural e política do Brasil aponta para dois mecanismos ou características da dinâmica de seu sistema institucional: por um lado, a fragilidade e rápida obsolescência a que são condenadas as novas instituições pela tendência de gerar vazios – na linha de comando, na aplicação efetiva de funções – ou a decadência – por falta de recursos materiais ou políticos de sustentação ou por uso patrimonialista – e, por outro lado, a enorme disposição e flexibilidade na criação de novas alternativas, geradas muitas vezes para ocupar velhas instituições. (2000, p. 24).

Os avanços nos atendimentos, dados a partir da Doutrina de Proteção Integral, que norteia a nova instituição (FASE), se dá rapidamente de forma legal, mas lentamente na prática, tendo em vista que a história institucional, carrega consigo a mesma cultura da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor -FEBEM, que por sua vez continuou a reproduzir a violência e o desrespeito que imperavam no Serviço de Atendimento ao Menor -SAM, evidenciando a bagagem histórica e cultural que se perpetuam nestas instituições e que representam socialmente o contexto no qual se situam grupos e pessoas. A partir do conceito de Moscovici (1989), originário da sociologia de Durkheim, podemos compreender a representação social como sendo:

Uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhe concernem. O social intervém de várias formas: pelo contexto concreto no qual se situam grupos e pessoas, pela comunicação que se estabelece entre eles, pelo quadro de apreensão que fornece sua bagagem cultural, pelos códigos, símbolos, valores e ideologias ligadas às posições e vinculações sociais específicas. Em outras palavras, a representação social é um conhecimento prático, que dá sentido aos eventos que nos são normais, forja as evidências da nossa realidade consensual e ajuda a construção social da nossa realidade. (SÊGA, 1990, p. 128-129).

Neste sentido, à representação social das instituições voltadas ao atendimento de

adolescentes em privação de liberdade, podem ser analisadas a partir de Martins (2008, p.11), ao referir que “a sociedade que exclui, é a mesma que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação”, sendo estas instituições vistas muito mais a partir de uma lógica de dissociar, do que de incluir, de representar do que de ressocializar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o avanço no embasamento doutrinário, no que diz respeito à privação de liberdade, o que se percebe na prática, é uma estreita relação entre o modelo anterior do Código de Menores e o atual do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que os adolescentes são colocados em situação de total segregação, pois privados de liberdade, não há como falar em garantia de direitos, em dignidade e respeito, nem sequer em inclusão social, tendo em vista a total exclusão a qual se encontram e que para falar em inclusão precisamos minimamente de um estado de inclusão, que não condiz com a privação de liberdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. São Paulo: Saraiva, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 14^a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SANTOS, Everton Rodrigo. Poder e Dominação no Brasil: a Escola Superior de Guerra (1974-1989). Porto Alegre: Sulina; Novo Hamburgo: Feevale, 2010.

SÊGA, Rafael Augustus. O Conceito de Representação Social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>.

SORJ, Bernardo. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

ESPORTE E SOCIEDADE: A CONSTRUÇÃO DE VALORES NA PRÁTICA ESPORTIVA EM PROJETOS SOCIAIS

Prof. Esp. Éderson Alexandre Bickel¹

Prof. Dr. Márcio Geller Marques²

Profa. Dra. Geraldine Alves Dos Santos³

Universidade Feevale

INTRODUÇÃO

No cotidiano, nos mais diferentes pontos de encontro de sociabilidade dos espaços esportivos, tanto públicos (escolas, parques, praças) quanto privados (academias, escolinhas de esportes, ginásios), a prática esportiva produz uma série de valores no seu contexto. Liderança, trabalho em equipe, respeito às regras, são alguns exemplos de valores que são vivenciados, muitas vezes indiretamente, quando há a intervenção de algum profissional de Educação Física, com a intenção de provocar a produção destes valores nos participantes da atividade física.

Neste contexto, os programas e projetos sociais são fundamentais na construção da cidadania, da criação de oportunidades para crianças e jovens excluídos, criando assim, uma perspectiva de futuro melhor. Possibilitar que crianças e jovens vivenciem atividades esportivas, pedagógicas, alimentação balanceada, e, acima de tudo, o direito de poder brincar e se divertir, se sociabilizar com demais crianças, criar vínculos de amizade, afastando-as e as conscientizando do perigo das drogas, são alguns dos objetivos dos projetos sociais oferecidos por governos e instituições.

A sociabilidade, ou seja, a troca de vivências, enriquece nossa vida, nos faz enxergar para além de nós mesmos. Ajudar um companheiro, desafiar nossos limites, superar obstáculos, são alguns dos acontecimentos vivenciados durante a prática esportiva. Mas, infelizmente, em muitos centros urbanos estas vivências estão cada vez mais raras, por diversos fatores: violência, falta de espaços adequados, trabalho infantil ou na adolescência, como também, a presença do mundo virtual na sociedade de hoje, que afasta as crianças de atividades esportivas para deixá-las horas em frente ao computador em jogos, redes sociais e sites de relacionamento. “Nos tempos de crises culturais a imagem do homem é a primeira a ficar abalada. O homem sente-se perdido e em perigo” (SANTIN, 1993, p. 20).

O esporte pode intervir na realidade da sociedade ao demonstrar que, durante um jogo ou uma aula, todos são iguais. Existe a autoridade no jogo, o juiz ou o professor que faz cumprir as

regras e, no restante, todos os participantes são iguais, ganhando aquele que souber ser mais habilidoso, mais inteligente, o que treinou com mais dedicação e não por ter alguma vantagem fora do jogo, tornando o jogo desigual. Rubio (2001) comenta que na Europa e nos Estados Unidos o esporte está sendo reconhecido, não só como uma atividade saudável para quem compete, mas principalmente porque o esporte está sendo visto como uma oportunidade de engajamento das pessoas na reflexão e na discussão sobre os valores e as relações sociais.

A preocupação de promover uma educação para valores, rejeitando qualquer ato que leve a uma situação de desconstrução dos seus alunos como seres humanos deve ser prioridade para qualquer educador ou órgãos e empresas que tem como objetivo a educação. “Os valores morais são a base de uma determinada sociedade e se radicam nos mores ou normas que a sociedade estabeleceu” (MOSQUERA, STOBÄUS, 1984, p. 59).

A pesquisa abordou um tema complexo, que é a discussão dos valores na sociedade e na educação. Um tema subjetivo, com alta relevância, principalmente para a educação, que, juntamente com a família e instituições religiosas são responsáveis pela formação de nossas crianças, do caráter, da percepção de valores na sociedade. Através de entrevista semiestruturada com professores do Programa Segundo Tempo da cidade de Taquara realizou-se um estudo de delineamento qualitativo, com o objetivo de compreender como são percebidos os valores no esporte e na Educação Física na visão destes professores.

MÉTODO

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa de delineamento qualitativo e descritivo. O instrumento utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturada com 10 (dez) professores do Programa Segundo Tempo da cidade de Taquara, Rio Grande do Sul.

Este programa se constitui em oferecer à crianças de 07 (sete) aos 17 (dezesete) anos, atividades esportivas e pedagógicas no turno inverso da escola, 3 (três) vezes por semana. O questionário foi entregue em dezembro de 2011, último mês do programa na cidade de Taquara. Todos os professores foram informados previamente sobre os objetivos do estudo, leram e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Foi utilizado o método de análise de conteúdo de acordo com Laurence Bardin (2003).

VALORES DO ESPORTE PARA A SOCIEDADE

Atualmente, a grande maioria dos professores concorda que o esporte pode ser uma ferramenta importante para transformar a sociedade. “É quase incalculável o benefício que o esporte

proporciona à sociedade”, como diz um professor entrevistado para este estudo, enquanto que outro relata que “crianças ocupadas e longe da violência e da drogadição, o esporte vira uma ferramenta muito importante”. Na realidade em que vivemos nos dias atuais, realizar uma atividade esportiva contribui para esquecermos os problemas, nos afastar dos vícios, bem como, melhorar nossa saúde.

As crianças e os adolescentes são influenciados de diversas formas na sociedade, pela internet, televisão, amigos, família, religião, entre tantas outras formas que contribuem para a formação de seu caráter, de sua índole, assim “também o esporte moderno pode ser interpretado como instituição ‘disciplinadora’ do corpo” (BRACHT, 2005, p. 46). Corroborando com a ideia de que vários fatores influenciam na construção do ser humano, Chaves (2004) ressalta a importância de ficarmos atentos com os valores transmitidos para os nossos jovens. Devemos proporcionar-lhes uma reflexão crítica sobre aquilo que lhes é passado, pois os valores são introjetados e podem contribuir para a construção de sua identidade, personalidade e do cidadão crítico ou alienado e passivo na sociedade, ou seja, um sujeito participativo ou um mero expectador da sociedade em que vive.

Um dos maiores benefícios que o esporte proporciona é a transmissão das experiências de dentro do esporte para a sociedade. Como diz um dos professores entrevistados: “Os valores ajudam as pessoas. O perder e ganhar, trabalho em equipe, respeito com os demais”. Outro participante ressaltou que os valores são transmitidos, tanto os positivos como os negativos. Bracht (1997) comenta que a socialização das pessoas se dá através da internalização de valores e das normas e regras de conduta da sociedade em que pertence e convive com os demais integrantes.

DIFERENTES FORMAS DE TRABALHAR OS VALORES NO ESPORTE

Para que os valores sejam respeitados e vivenciados na nossa sociedade, eles devem ser instigados pelos agentes formadores: pais, professores, autoridades. Na escola, em específico, nas aulas de Educação Física ou em projetos esportivos, bastante utilizado é o trabalho em grupo, a inclusão, a conversa depois das atividades, feedback, até mesmo a construção de cartaz pelos alunos, conforme o relato do professor entrevistado.

Outro professor comenta como trabalha a questão dos valores em suas aulas: “Sim, são trabalhadas situações de ajuda mútua, participação, respeito, disciplina, tudo para criar um bom cidadão”. A resposta deste entrevistado remete à transferência dos valores no esporte para a sociedade, uma vez que, através das aulas deste professor, as atividades são realizadas “[...] para criar um bom cidadão”.

A educação de valores tem como papel fundamental, formar o seu aluno para as diversas situações de sua vida. Através da Educação Física, pode-se trabalhar questões no esporte, na

participação de atividades e brincadeiras que arremeterão para questões sociais. A honestidade em uma saída de bola, saber brincar *sem roubar*, jogar sem violência, são pontos que podem ser trabalhados pelo professor e, desta forma, relacionar estas situações que ocorrem durante a atividade com a vida de cada um. Chaves (2004) alerta que se a escola não se manifestar de forma antagônica a determinados desvalores passados aos alunos e ficar submissa e submetida à outros interesses que não tenham cunhos educativos, desvia-se da sua função prioritária de formar o cidadão íntegro, ético e consciente de suas ações. Do mesmo modo que o professor deve instigar seus alunos para a construção de valores que contribuirão para uma vida em sociedade de seus alunos, ele deve também estar atento quando desvalores começam a aparecer nas atividades durante sua aula.

O jogo em si, é uma ótima estratégia para se refletir as combinações, o respeito aos interesses do grande grupo, do agir dentro de uma equipe. Brandão salienta que: “para que haja o jogo, é preciso respeitar as regras, e respeitá-las significa atender ao que é permitido e ao que é proibido” (2003, p. 36). Para poder participar da atividade, o indivíduo deve entender que precisa respeitar as regras que organizam o jogo, necessariamente precisa ouvir os demais participantes, como também, entender que não está sozinho, ele é somente mais um dentro do jogo.

O MODO COMO O GOVERNO SE APROPRIA DO ESPORTE NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE

Na opinião de alguns professores entrevistados, o Governo não está fazendo o suficiente, ou se está, o faz à curto prazo. Um entrevistado relatou que “no papel eles garantem tudo perfeitamente, mas na prática, os projetos elaborados por eles não funcionam corretamente”. Outro foi mais enfático ao dizer que “o governo está sempre em débito com a sociedade”. Já alguns professores relataram que o governo está fazendo o suficiente, através de programas como o Segundo Tempo, Mais Educação, entre outros, mas que também depende dos gestores destes programas. Na opinião de outro professor, “o Governo está fazendo e fará muito mais”, relatando uma boa perspectiva quanto à programas que tem o foco na área social.

Unanimidade entre as respostas dos professores entrevistados, o Programa Segundo Tempo é construtor de valores. Como diz um deles: “O encaminhamento a ser dado é a permanência destas políticas com o objetivo de, além de construir, fazer com que estes valores sejam ainda mais internalizados pelos praticantes, afim de incorporar pelo aluno estes valores para a sociedade brasileira”. Santin (1993) relata que todo esforço para se construir um mundo novo e mais justo só terá êxito se conhecer o seu sistema de valores que o inspira e, para haver mudança, precisa-se construir uma nova proposta de sistema de valores. Somente assim se passará do discurso para a

prática.

Um dos entrevistados aponta que: “[...] o empenho, cobrança, fiscalização e a cooperação é falha demais. O Governo Federal monta bons projetos, mas as cidades que decidem empregar esses projetos pensam mais na verba do que nos valores que podem ser passados para os alunos”. Outro entrevistado lembra do compromisso do professor: “O Programa é bem estruturado na sua organização física. Porém, como sempre, cabe aos profissionais atuantes diretamente com as crianças saber inserir estes conteúdos atitudinais em suas aulas.” Como refere Silva (1988), já está mais do que na hora de nos preocuparmos com os valores em nossa prática educativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa realizada podemos concluir que o esporte, tanto para alunos, atletas, praticantes por lazer, quanto para professores e técnicos, influencia a vida de cada praticante positivamente pelo bem social, psicológico e pela saúde física. Os aprendizados vivenciados no esporte são transferidos para a sociedade, com o incentivo do Governo através de programas federais que utilizam o esporte para incluir crianças e jovens na sociedade, exercendo sua cidadania, trabalhando valores, assim como, políticas públicas que utilizam o esporte como meio de intervenção social.

A partir de uma boa elaboração da aula, o professor ou treinador, pode dar atenção especial através da intencionalidade educativa à contribuição social da atividade esportiva para seus alunos e atletas. Através da reflexão de todos que praticam atividades físicas, seja na escola, no lazer ou em competições, pode-se valorizar aspectos que favoreçam o bom convívio entre os participantes do esporte. Para isso, professores e gestores de programas educativos devem estar atentos às suas aulas, seus projetos, para que garantam que uma boa educação seja elaborada.

Sociabilizar crianças e jovens, incluí-los na sociedade, construir uma consciência sobre o perigo e os malefícios das drogas, promover a construção de valores na vida destes alunos, são tarefas importantes de professores na busca de um futuro melhor para nossas crianças. Através de programas, projetos à longo prazo, bem gerenciados e fiscalizados, podemos construir uma sociedade mais justa e fraterna, com o empenho de professores que se dediquem pela causa social, assim como os gestores destes programas, com a participação de nossos governantes.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal: Porto, 2003.

BRACHT, Valter. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Editora Magister, 2ª edição, 1997.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Ijuí: Editora Unijuí, 3ª edição, 2005.

BRANDÃO, Claudio. **Bioética na Educação Física**. Maceió: Edições Catavento, 2003.

CHAVES, Walmer Monteiro. **Cultura, valores e Educação Física escolar**. VIII EnFEFE – Encontro Fluminense de Educação Física Escolar, 2004. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/cultura-valores-educacao-fisica-escolar>>. Acesso em: 09 de julho de 2010.

MOSQUERA, Juan José Mouriño; STOBÄUS, Claus Dieter. **Psicologia do esporte**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1984.

RUBIO, Katia. **O imaginário esportivo contemporâneo: o atleta e o mito do herói**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

SANTIN, Silvino. **Educação Física outros caminhos**. Porto Alegre: EST / ESEF - Escola Superior de Educação Física – UFRGS, 2ª Edição, 1993.

SILVA, Sônia Aparecida Ignacio. **Valores em educação: o problema da compreensão e da operacionalização dos valores na prática educativa**. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1988.

Universidade: UNIVERSIDADE FEEVALE.

Pós-graduação: Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade.

Autor Principal: Roberto João Favero Junior.

Coautor: Prof. João Carlos Jaccottet Piccoli, PhD.

Título do Trabalho: Avaliação da qualidade de vida em pacientes idosos com Insuficiência Cardíaca Crônica Tratados pelo SUS do município de Guaporé – RS.

RESUMO

Com o aumento da expectativa de vida da população e a necessidade de pesquisa a respeito da qualidade de vida relacionada à saúde desta população idosa, a presente pesquisa pretende responder ao seguinte problema: Qual é a percepção de pacientes idosos portadores de insuficiência cardíaca crônica sobre a sua qualidade de vida relacionada à saúde no SUS de Guaporé, RS? Tendo como objetivo geral, verificar a percepção de pacientes idosos portadores de Insuficiência Cardíaca Crônica sobre a sua qualidade de vida relacionada à saúde, no SUS de Guaporé, RS, onde o objetivo específico será avaliar a qualidade de vida relacionada à saúde da amostra do estudo nos domínios Capacidade Funcional, Aspectos Físicos, Dor, Estado Geral de Saúde, Vitalidade, Aspectos Sociais, Aspecto Emocional, Saúde Mental e comparando a qualidade de vida relacionada à saúde da amostra separada por gênero, o instrumento a ser utilizado para a coleta de dados desta pesquisa será o questionário Medical Outcomes Study 36 – Item short – form health survey (Sf – 36), que contém 36 itens, englobados em 8 escalas ou componentes: Capacidade funcional , aspectos físicos, dor, estado geral da saúde, vitalidade, Aspectos sociais , aspectos emocionais e saúde mental.

Projeto de pesquisa: Qualidade de vida no trabalho de funcionários do setor administrativo de uma empresa de avicultura do Vale do Rio Caí, RS

***Marcos Vinícius Zirbes (Feevale)**

****João Carlos Jaccottet Piccoli (Feevale)**

Palavras-chave: Avicultura; Qualidade de vida no trabalho.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, a qualidade de vida no trabalho - QVT tem sido uma temática que vem se tornando cada vez mais uma preocupação para as empresas, por sua relação entre condições adequadas de trabalho e produtividade. Assim, se a empresa não oferecer condições adequadas, terá funcionários sem motivação para alcançar suas metas (REGO et al., 2003; FRANÇA, 2004).

A QVT pode ser compreendida como um programa que visa facilitar e satisfazer às necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades dentro de sua organização, levando em consideração que as pessoas são mais produtivas quando estão mais satisfeitas e envolvidas com seu trabalho. Para Feigenbaum (1994) ela está baseada no princípio de que o comprometimento com a qualidade ocorre de forma mais natural nos ambientes em que os funcionários se encontram intrinsecamente envolvidos nas decisões que influenciam diretamente suas atuações.

A definição do termo qualidade de vida no trabalho foi inicialmente estabelecido com base na percepção e reação das pessoas sobre o seu trabalho, resultando com isso em uma vivência pessoal e abrangente. Posteriormente, passou a conceber uma abordagem ou um método, passando a ser definida em termos de técnicas usadas para reformular o trabalho, visando o enriquecimento de tarefas e cargos, grupos de trabalho autônomos, comissões e outros. Logo, transformou-se em um tipo de movimento, uma ideologia a ser promovida em função de positivos valores sociais, destacando temas como "democracia industrial" e "administração participativa". Por fim, QVT foi considerada como um conceito globalizado que abrange todos os tipos de programas e perspectivas focados a problemas de qualidade, insatisfação de empregados e competição externa (PAIVA; COUTO, 2008).

Segundo França (1997), a Qualidade de Vida no Trabalho ocorre a partir do momento em que se considera a empresa e as pessoas como um todo, isto é, sob um enfoque biopsicossocial. Complementando a citação anterior, a autora descreve que este aspecto representa o fator diferencial para a realização de diagnósticos, campanhas, criação de serviços e implantação de projetos direcionados à preservação e desenvolvimento das pessoas no ambiente de trabalho na empresa.

Atualmente, a área nutricional destinada à avicultura alcançou expressivos avanços tecnológicos, não apenas no que diz respeito a automação ou mecanização, mas também, na genética e no manejo, tornando a avicultura brasileira algo capaz de romper e expandir as fronteiras do mercado agroindustrial em proporções internacionais (NAZARENO et al., 2011). Números expressivos no setor de produção e exportação alcançados nos últimos anos acarretaram um destaque positivo na avicultura brasileira, não só pela geração de renda, mas também, por ofertar à população um tipo de produto de alta qualidade (MENEGALI et al., 2009).

Na criação de frangos de corte, o ambiente no qual os trabalhadores estão inseridos é composto por diversos fatores, dentre estes, os químicos, biológicos e físicos (CARVALHO et al., 2011). Dependendo do sistema de manejo adotado, os fatores aos quais os trabalhadores estão expostos podem se tornar danosos à saúde, sendo os mesmos, considerados, muitas vezes como os principais causadores de risco para a saúde destes funcionários (MIRAGLIOTTA et al., 2006; NÄÄS et al., 2007; MENEGALI et al., 2009; VIGODERIS et al., 2010). Complementando, Carvalho et al. (2011) descrevem que durante o manejo interno de frangos e atividades que venham exigir constantemente demandas físicas, os trabalhadores estão mais propensos a executarem atividades em posturas inadequadas com elevados níveis de esforço.

A partir do contexto apresentado, idealizou-se a presente investigação que pretende responder ao seguinte problema: Qual é a percepção sobre a qualidade de vida relacionada ao trabalho dos funcionários do setor administrativo de uma empresa de avicultura do Vale do Rio Caí, RS?

Na presente pesquisa, justifica-se a intenção de contribuir, no que diz respeito à sensibilização dos gestores e funcionários sobre a importância da qualidade de vida no trabalho.

Em consequência da realização desta pesquisa, busca-se, desenvolver e qualificar as bases de dados científicas sobre o tema qualidade de vida no trabalho e sensibilizar da importância de se pesquisar cada vez mais sobre o assunto, aumentando, assim, a qualidade e a quantidade de futuras pesquisas sobre QVT.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

QUALIDADE DE VIDA

O conceito de qualidade de vida (QV) varia entre os indivíduos, isto acontece devido a sua subjetividade e multidisciplinariedade (REIS JÚNIOR; PILATTI, 2008). Para Minayo (2000), qualidade de vida é uma percepção pessoal, baseada no grau de satisfação encontrado na vida social, no ambiente no qual a pessoa vive, na vida amorosa e na vida pessoal, sendo que, a síntese de todos estes fatores resulta em conforto e bem-estar. Informações no estudo de França (2004) denota que o significado para o termo QV não se limita em apenas um conceito, sendo este, composto por inúmeras vivências que irão resultar um conceito ímpar de qualidade de vida. Em conformidade com descrições anteriores, Minayo (2000) relata que o termo QV é algo de extrema grandeza, baseado em diferentes vivências, experiências e conhecimentos vividos pelo indivíduo em diferentes momentos, culminando com uma construção social marcada pela relatividade cultural.

A definição de qualidade de vida em um único conceito fechado e absoluto ainda não foi possível de ser estabelecido, ressalte-se a sua subjetividade que é baseada em impressões pessoais de cada indivíduo, produto resultante de diferentes experiências vividas por cada pessoa (GASPAR, 2001). A afirmação anterior demonstra que a qualidade de vida tem sua variação de uma forma bastante pessoal, resultante da variedade de experiências vivenciadas por cada indivíduo. Para Santos et al. (2002), uma qualidade de vida satisfatória deve abranger condições para que o indivíduo venha a desenvolver suas potencialidades plenamente.

A preocupação com a qualidade de vida (QV) já é bastante antiga, tendo surgido com Sócrates por volta de 400 a.C. (ANDUJAR, 2006). O termo qualidade de vida foi pela primeira vez utilizada pelo presidente norte americano Lyndon Johnson em um discurso no ano de 1964, em que mencionava que os objetivos de uma nação não poderiam ser mensurados através dos rendimentos bancários, e que estes, só poderiam ser mensurados

através da qualidade de vida que tais alterações monetárias pudessem proporcionar às pessoas (FLECK et al., 1999).

Atualmente, existem três tipos distintos de concepções para o termo QV, estando estas baseadas e relacionadas com os pensamentos e ações individuais, sendo, de natureza comportamental: relacionada as opções de vida e hábitos rotineiros; de natureza biomédica, relacionada diretamente com à saúde de um modo geral; e de natureza governamental e social, tendo relação com ações de cidadania e com a participação dos indivíduos perante a sociedade (REIS JÚNIOR; PILATTI, 2008). Estes três tipos de concepções estão diretamente relacionadas com a capacidade de cada pessoa desenvolver melhores níveis de QV, bem como, de entender quais são os fatores ponderantes para se atingir tal objetivo (GORDIA, 2008).

Segundo Minayo (2000) existem três aspectos que influenciam a percepção e o correto discernimento do conceito de QV, sendo estes o contexto sócio-cultural, relacionado aos valores pessoais e as tradições, o período histórico no qual o indivíduo pertence, referente ao momento econômico, social e tecnológico, e a diferentes classes sociais, devido aos diferentes conceitos que nelas são desenvolvidos. No entanto, a autora acrescenta que tais inconstâncias não impedem que um conceito mais generalizado de QV venha a ser desenvolvido, porém, este pode sofrer influências do estilo de vida do mundo ocidental, mais urbanizado, com maior poder aquisitivo, associado a certos valores mais consumistas, que vislumbram viagens, carros, computador, conforto, uso de tecnologias que reduzem o trabalho manual, entre outras comodidades da atualidade.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Com a ocorrência de sucessivas manifestações trabalhistas no século XX pesquisadores de diferentes áreas sentiram-se impulsionados a pesquisar sobre a qualidade de vida inserida no âmbito empresarial, resultando com isto em um novo indicador decorrente da qualidade de vida, denominado este como qualidade de vida no trabalho - QVT (PEDROSO; PILATTI, 2010).

Para França e Albuquerque (1996) a qualidade de vida no trabalho é um conjunto de fatores que busca a plenitude de seus funcionários dentro ou fora do ambiente empresarial, identificando constantemente, melhorias a serem feitas, bem como, inserindo inovações estruturais, tecnológicas e gerenciais que propiciam cada vez mais o desenvolvimento

humano. Embora o tema qualidade de vida no trabalho e suas pesquisas possam parecer algo bastante recente, esta preocupação já se faz presente há séculos, destacando-se a lei das alavancas, criada por Arquimedes em 287 AC, visando diminuir o esforço físico dos trabalhadores braçais daquela época (FRANÇA JÚNIOR; PILATTI, 2004). A partir da década de 1970 a qualidade de vida no trabalho passa a ser pesquisada em diversos países, sendo que no Brasil, de acordo com Ayres e Silva (2004), apenas na década de 1980 é que surgiram os primeiros estudos sobre a QVT, porém estes sofriam fortes influências sobre os modelos utilizados em estudos internacionais.

Com a existência de uma jornada de trabalho excessiva, cansaço proveniente de esforços físicos e a falta de higiene e inadequação fabril foram fatores que contribuíram cada vez mais para tornar o trabalho cada vez mais desumano e degradante, acarretando com isso em elevados números de acidentes ocorridos dentro do ambiente de trabalho, bem como, o surgimento dos mais variados tipos de doenças (PILATTI, 2007). A visão de que o homem é um ser biopsicossocial refletiu dentro do ambiente de trabalho, fortalecendo com isso a relação de que a qualidade de vida do funcionário está diretamente relacionada com o seu desempenho no trabalho (PEDROSO; PILATTI, 2010). Complementando sua idéia, Pedroso e Pilatti, (2010) afirmam que existe uma direta relação entre a qualidade de vida no trabalho e a produtividade, porém, muitas vezes ocorrem limitações na mensuração daquela, por se tratar de uma percepção subjetiva, podendo então, destoar da real qualidade de vida no trabalho da população avaliada. Este tipo de limitação se faz presente em qualquer instrumento que mesure a qualidade de vida no trabalho, pelo fato de a subjetividade não poder ser avaliada isoladamente.

Segundo Pedroso e Pilatti, (2010) o ambiente de trabalho pode manifestar uma contradição, podendo haver em cenários distintos da mesma cidade ambientes que proporcionam alta tecnologia, produção de riquezas e melhoria na qualidade de vida, versus, condições subumanas, sofrimentos e doenças para os trabalhadores. O cenário da atualidade propiciou uma maior preocupação com a qualidade de vida, tornando esta uma crescente fonte de pesquisa nos últimos anos (PEDROSO; PILATTI, 2010).

Segundo Areias e Comandule (2006) a tecnologia, ao mesmo tempo que salvou o homem da realização de muitos trabalhos braçais perigosos e pesados, acabou por desenvolver uma nova visão de trabalho diversificado, aumentando cada vez mais o número de pessoas desempregadas que acabaram por se sujeitar a realizar trabalhos em condições irregulares que terminam por acometer o seu bem-estar e a sua saúde. Para Pilatti (2007),

muitas vezes, os avanços da tecnologia e a QVT não são temas que convergem, pois a evolução tecnológica não é necessariamente um fator que elevará a QVT, porém, em alguns casos os trabalhadores braçais podem ser mais privilegiados do que os que trabalham em áreas de utilização do conhecimento intelectual, estando sujeitos estes a sobrecargas impostas pelo excesso de trabalho demandado pela evolução da tecnologia, reduzindo com isso o seu tempo destinado para o lazer. Conforme Reis Júnior e Pilatti (2008), pesquisadores da área da QVT intensificam seus esforços na busca de um conceito mais direcionado para este termo, que ainda se encontra amplo e subjetivo, atentando para todos os tipos de elementos que possam influenciar sobre as condições de vida dentro e fora do local de trabalho.

O ser humano despende nos dias de hoje, aproximadamente 9 a 10 horas diárias dedicadas ao trabalho, mesmo sabendo que seu expediente diário para tal seja de 8 horas, somando a estas o tempo dos intervalos e deslocamentos, culminando por trabalhar na maioria das vezes mais tempo do que realmente deveria (RUGISKI; PILATTI, 2007). A necessidade de se obter uma produção cada vez maior, para juntamente, se obter realização pessoal foi pesquisada por Pilatti (2007) que concluiu ser a valorização humana algo incompatível com o mundo empresarial, pois, é necessário aumentar a produção em um menor espaço de tempo, diminuir cada vez mais os custos gerados e, se obter ao mesmo tempo, maiores padrões de qualidade, exigindo com isso, uma qualificação e especialização dos funcionários cada vez mais elevada.

MÉTODOLOGIA

CARACTERIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva de corte transversal. O caráter descritivo será contemplado, pois, pretende-se descrever a realidade investigada, sem modificá-la; será de corte transversal porque será feita uma avaliação coletada em um único momento, sem seguimento (PEREIRA, 2000).

POPULAÇÃO-ALVO E AMOSTRA

A população-alvo da presente pesquisa será composta por 100 funcionários do setor administrativo de uma empresa de avicultura do Vale do Rio Caí, no RS. A amostra será

composta por conveniência, totalizando 75 funcionários pertencentes ao setor administrativo da empresa. Serão excluídos os gestores da empresa devido ao potencial conflito de interesse, eliminando-se o possível viés da investigação.

A amostra será finalizada após os participantes da pesquisa terem sido esclarecidos, estarem de acordo e terem assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A presente pesquisa utilizará o instrumento *Total Quality of Work Life* (Qualidade de Vida no Trabalho Total) – TQWL 42, Questionário de avaliação da qualidade de vida no trabalho, sendo tal instrumento, validado cientificamente e objetivado para este tipo de avaliação quantitativa. Vale ressaltar que o TQWL 42, em sua validação obteve o coeficiente alfa de Cronbach de valor $\alpha=0,8568$, o que permite afirmar que tal instrumento apresenta elevada consistência interna.

O questionário em questão é composto por 47 (quarenta e sete) questões, destas, 5 (cinco) são destinadas para dados pessoais da amostra a ser avaliada e as demais 42 (quarenta e duas) são divididas igualmente em grandes domínios, sendo estes: Biológico/Fisiológico, Psicológico/Comportamental, Sociológico/Relacional, Econômico/Político e Ambiental/Organizacional. Estes domínios são compostos por subdomínios, dentro dos quais foram agrupadas as questões (PEDROSO; PILATTI, 2010).

Este instrumento foi nomeado como TQWL-42, onde sua sigla TQWL faz referência à abreviatura de *Total Quality of Work Life* (Qualidade de Vida no Trabalho Total), e o número 42 (quarenta e dois) tem como significado o número de questões por ele avaliadas. A palavra “Total” neste instrumento enfatiza a qualidade de vida no trabalho sendo avaliada de uma forma generalizada, ou seja, não se delimitando em apenas um aspecto específico (PEDROSO; PILATTI, 2010).

PLANO DE COLETA DE DADOS

Primeiramente, foram estabelecidos contatos com a empresa para apresentar o projeto e solicitar a permissão de nela conduzir a pesquisa. Após obtida a permissão e a declaração de instituição coparticipante assinada e carimbada pelo responsável da empresa, o

projeto foi aprimorado e submetido à qualificação junto a Universidade Feevale, bem como, será encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Feevale.

Após a qualificação do projeto e a sua aprovação junto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Feevale será iniciada a coleta dos dados pertinentes a esta pesquisa.

Dentro do âmbito empresarial, o qual será realizada a coleta dos dados, serão explicados os objetivos e métodos a serem utilizados para os sujeitos avaliados. No exato momento em que os participantes entenderem e concordarem em participar desta pesquisa, estes irão assinar voluntariamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), momento em que a amostra será finalmente composta.

Os participantes desta pesquisa poderão desistir a qualquer momento do estudo, sem implicar ou sofrer qualquer tipo de ônus para os mesmos.

Os dados coletados serão apresentados de maneira anônima, preservando-se, assim, as informações pessoais e a privacidade de cada participante. Estes dados serão arquivados por um período de cinco anos, sendo estes, descartados após tal prazo.

TRATAMENTO ESTATÍSTICO

Após o processo de coleta, os dados serão tabulados e submetidos à análise através de estatística descritiva e cálculo de frequências. Os dados serão, primeiramente, submetidos ao teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov ($\alpha = 0,05$) para se determinar se os testes estatísticos a serem utilizados serão do tipo paramétrico ou não paramétrico. Os dados serão submetidos ao pacote estatístico SPSS versão 17.0.

REFERÊNCIAS

- ANDUJAR, A. M. **Modelo de qualidade de vida dentro dos domínios bio-psico-social para aposentados**. 2006. 206 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- AREIAS, M. E. Q.; COMANDULE, A. Q. **Qualidade de vida, estresse no trabalho e síndrome de burnout**. In: GONÇALVES, A.; GUTIERREZ, G. L.; VILARTA, R. (Org.). *Qualidade de vida e fadiga institucional*. Campinas, IPES Editorial, 2006.
- AYRES, K. V.; SILVA, I. P. **Stress e Qualidade de Vida no Trabalho: a percepção de profissionais do setor de hotelaria**. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, 4., 2004, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: ISMA-BR, 2004.
- CARVALHO, C. C. S.; SOUZA, C. F.; TINÔCO, I. F. F.; VIEIRA, M. F. A.; MINETTE, L. J. Segurança, saúde e ergonomia de trabalhadores em galpões de frangos de corte equipados com diferentes sistemas de abastecimento de ração. **Eng. Agríc.**, Jaboticabal, v. 31, n. 3, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69162011000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2011.
- FEIGENBAUM, Armand V. **Controle de qualidade total**. 40. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.
- FLECK, M. P. A.; LEAL, O. F.; LOUZADA, S.; XAVIER, M.; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 21, n. 1, mar. 1999. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000100006&lng=en&nrm=iso>. Access on: 23 July 2011.
- FRANÇA, A. C. L. **Qualidade de vida no trabalho - QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2004.
- FRANÇA, A. C. L. Qualidade de vida no trabalho: conceitos, abordagens, inovações e desafios nas empresas brasileiras. **Rev. Bras. de Méd. Psicossoc.**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 79-83, abr./maio/jun. 1997.
- FRANÇA, A. C. L.; ALBUQUERQUE, L. G. **Indicadores empresariais de qualidade de vida no trabalho: Esforço empresarial e satisfação dos empregados no ambiente de manufaturas com certificação ISO 9000**. 1996. 296 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Administração, Universidade de São Paulo.
- FRANÇA JÚNIOR, N. R.; PILATTI, L. A. **Gestão de qualidade de vida no trabalho (GQVT): modelos que os líderes e gestores podem utilizar para propiciar uma melhor qualidade de vida no trabalho**. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 11, 2004, Bauru. Anais. Bauru: UNESP, 2004.
- GASPAR, C. A. F. **Qualidade de vida de trabalhadores que participam de práticas externas de cidadania empresarial: possibilidades de transformações individuais e coletivas**. 2001. 188 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- GORDIA, A. P. **Associação da atividade física, consumo de álcool e índice de massa corporal com a qualidade de vida**. 2008. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba.
- MENEGALI, I.; TINÔCO, I.F.F.; BAÊTA, F.C.; CECON, P.R.; GUIMARÃES, M.C.C;

CORDEIRO, M.B. Ambiente térmico e concentração de gases em instalações para frangos de corte no período de aquecimento. **Rev. Bras. de Eng. Agr. e Amb.** v. 13, p. 984-990, 2009. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbeaa/v13s0/v13s0a22.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2010.

MINAYO, M. C. S. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Rev. Ciên. e Saú. Col.**, v. 5, n. 1, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100002. Acesso em: 29 maio 2012.

MIRAGLIOTTA, M.Y.; NÄÄS, I.A.; MANZIONE, R.L.; NASCIMENTO, F.F. Spatial analysis of stress conditions inside broiler house under tunnel ventilation. **Rev. Sci. Agr.**, v.63, n.5, p.426-432, Sep./Oct. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/sa/v63n5/31401.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2010.

NÄÄS, I.A.; MIRAGLIOTTA, M.Y.; BARACHO, M.S.; MOURA, D.J. Ambiência aérea em alojamento de frangos de corte: poeira e gases. **Eng. Agr.**, Jaboticabal, v.27, n.2, p.326-335, maio/ago. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/eagri/v27n2/a01v27n2.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2010.

NAZARENO, A. C.; PANDORFI, H.; GUISELINI, C.; VIGODERIS, R.; PEDROSA, E. Bem-estar na produção de frango de corte em diferentes sistemas de criação. **Eng. Agríc.**, Jaboticabal, v. 31, n. 1, fev. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69162011000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2011.

PAIVA, K. C. M.; COUTO, J. H. Qualidade de vida e estresse gerencial "pós-choque de gestão": o caso da Copasa-MG. **Rev. Adm. Públ.**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000600008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul. 2011.

PEDROSO, B; PILATTI, L. A. **Desenvolvimento do TQWL-42: Um instrumento de avaliação da qualidade de vida no trabalho.** 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa.

PEREIRA, M. G. **Epidemiologia: teoria e prática.** Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2000.

PILATTI, L. A. Qualidade de vida e trabalho: perspectivas na sociedade do conhecimento. In: GONÇALVES, A.; GUTIERREZ, G. L.; VILARTA, R. (org.). **Qualidade de vida e novas tecnologias.** Campinas: IPES Editorial, 2007.

REIS JÚNIOR, D. R; PILATTI, L. A. **Qualidade de vida no trabalho: construção e validação do questionário QWLQ-78.** 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa.

REGO, A.; MOREIRA, J. M.; FELÍCIO M. J.; SOUTO, S. As melhores organizações para trabalhar: um domínio específico de aplicação da responsabilidade social das empresas. **Pap. de éti., econ. y direc.**, n. 8, 2003.

RUGISKI, M; PILATTI, L. A. **Qualidade de vida: Inter-relações do tempo livre para os colaboradores de uma multinacional do ramo de alimentos.** 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa.

SANTOS, S. R.; SANTOS, I. B. C.; FERNANDES, M. G. M.; HENRIQUES, M. E. R. M. Qualidade de vida do idoso na comunidade: aplicação da Escala de Flanagan. **Ver. Latin.-Americ. de Enferm.**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 6, p. 757-754, nov./dez. 2002.

VIGODERIS, R.B.; CORDEIRO, M.B.; TINÔCO, I.F.F.; MENEGALI, I.; SOUZA JÚNIOR, J.P.; HOLANDA, M.C.R. Avaliação do uso de ventilação mínima em galpões avícolas e de sua influência no desempenho de aves de corte no período de inverno. **Rev. Bras. de Zoot.**, v. 39, n. 6, p.1.381-1.386, 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbz/v39n6/30.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2010.

Rompendo barreiras: A Internet como facilitadora na busca de estudos validados

Breaking down barriers: The Internet as a facilitator in the search of studies validated

***Marcos Vinícius Zirbes (Feevale)**

**** Patrícia Bradalise Scherer Bassani (Feevale)**

***** Sandra Portella Montardo (Feevale)**

Palavras-chave: Inclusão digital; Internet; Qualidade de vida no trabalho.

INTRODUÇÃO

O Brasil na atualidade vem agregando grandes avanços na inclusão digital e no acesso da população à Internet, embora os números ainda mostrem grandes diferenças, estabelecidas estas conforme as regiões, o nível de escolaridade e as classes sociais. Estes avanços são um resultado do aumento significativo no número de residências que possuem computadores e pessoas com acesso a internet, seja este acesso residencial, no âmbito de trabalho, no ambiente escolar e também em lan houses, sendo estas, facilitadoras da inclusão digital nas periferias das grandes cidades (WAGNER, 2010).

A inclusão social consiste em ter acesso e disponibilidade às diferentes tecnologias computacionais, especialmente o acesso à internet, visando com isso a construção do conhecimento e a consolidação da autonomia. Pode-se afirmar que esta vem crescendo e ao mesmo tempo, evidenciando-se como um grande instrumento de cidadania nas modernas sociedades urbano-industriais (VILELA JÚNIOR, 2004).

Algo bastante desestimulante é que o Brasil é atualmente um dos detentores da conexão banda larga mais cara do mundo, concentrando esta tecnologia em grandes centros e zonas ricas do país. Isto muitas vezes ocorre porque o governo não tenciona disputar mercado nas grandes capitais brasileiras e nos bairros mais ricos, pois nestes locais, é grande a demanda de provedores que oferecem estes serviços. Entretanto, com isso, o interior do país se torna cada vez mais esquecido, deixando bastante remota a possibilidade do acesso à educação à distância e os avanços

tecnológicos, extinguindo a possibilidade de obtenção do conhecimento científico produzido nos grandes centros (SANTOS, 2010).

Para SORJ (2003), embora o número de escolas e de crianças com acesso a computadores sejam baixos, a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) desempenha um papel importantíssimo no que diz respeito a planos para melhorias na educação brasileira. Segundo SORJ e GUEDES (2005), a internet esta se transformando em um dos principais espaços públicos para troca de informações. Isto possibilita cada vez mais a utilização desta para a realização de pesquisas acadêmicas sobre diferentes temáticas e assuntos, bem como, aumentando a agilidade da obtenção de informações e de diferentes conhecimentos.

O objetivo principal deste artigo, por meio de revisão sistemática, é evidenciar a importância da internet como principal instrumento de busca de artigos validados em diferentes bases de dados, sensibilizando e exibindo sua precisão e acessibilidade na busca de trabalhos de diferentes temáticas, neste caso, a diferença dos números de publicações entre qualidade de vida (QV) e qualidade de vida no trabalho (QVT) na língua portuguesa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

INCLUSÃO DIGITAL

A inclusão digital vai muito além de ter apenas acesso a computadores ligados à internet, é necessário saber utilizar destas ferramentas para as mais variadas atividades, sendo estas classificadas em três diferentes patamares, segundo sua relação com o exercício da cidadania. No primeiro nível emerge a internet, destacando as redes sociais, permitindo a comunicação e interação entre as pessoas, potencializando com isso formas de interações sociais variadas. Num segundo nível, destaca-se a viabilização da internet em obter informações e sua utilização para serviços de interesse público. Num terceiro nível, a inclusão digital gerou e disponibilizou grandes volumes de conteúdos, através de variadas formas informatizadas, como informações digitalizadas, desenvolvimento de páginas da web, blogs e conteúdos multimídia (WAGNER, 2010).

Apesar da internet ser uma ferramenta importantíssima e indispensável nos dias de hoje, a conexão banda larga no Brasil ainda continua cara, possui na maioria das vezes baixa velocidade e encontra-se concentrada em regiões detentoras de elevadas rendas. Pode-se discernir que a ocorrência disto se deve ao baixo número de empresas que fornecem estes serviços, sendo que,

apenas 3 empresas detêm 86% de todo o mercado brasileiro e estão direcionadas a atender as demandas das classes A e B, porém, mesmo assim, a velocidade destas bandas em 90% dos casos não passam de 1 megabyte. Estas diferenças se mostraram ainda mais evidentes com a ampliação da classe C que passou de 43% em 2003 para 53,6% em 2009, e já se encontra como a maior classe da população brasileira, mas infelizmente, para esta ainda não há disponibilidade de serviços na atualidade (SANTOS, 2010).

Pesquisas realizadas anualmente sob coordenação do Comitê Gestor da Internet, revelam que desde 2005 aumentaram não só o número de pessoas com acesso a computadores com internet, mas também o crescimento das habilidades dentro da população. Estas pesquisas revelaram que, entre 2005 e 2009, o percentual de pessoas que são capazes de utilizar algum mecanismo de busca na Internet subiu de 27% para 45%, bem como, o percentual de pessoas aptas a utilizar uma planilha eletrônica aumentou de 18% para 28%. É também importante observar que em 2009, 34% das pessoas declararam ter obtido suas habilidades no uso de computadores e da Internet de forma autodidata, bem como, outros 22% de pessoas admitiram terem adquirido habilidades seu colegas, parentes e amigos, totalizando com isso um total de 56% de pessoas que obtiveram habilidades de maneira informal. O percentual de pessoas que obtiveram habilidades com cursos de treinamento, sejam estes, gratuitos ou pagos, alcançou razoáveis 25%, e apenas 8% das pessoas declararam terem obtido suas habilidades através de instituições formais de ensino (WAGNER, 2010).

Perante o cenário mundial, pode-se dizer que o Brasil ocupa posição intermediária no acesso às tecnologias computacionais, e como já era esperado, a exclusão digital é um reflexo claro da exclusão social que vivemos em nossa sociedade (VILELA JÚNIOR, 2004). A pesquisa TIC Domicílios de 2009 constatou que os resultados dos programas de incentivo do Governo Federal para a aquisição de computadores, evidenciando com isso uma queda nos centros pagos de acesso a este tipo de equipamento. Contatou-se que em 2008, cerca de 46% dos brasileiros utilizavam esses locais e serviços, sendo que, este percentual caiu para 42% no ano de 2009, o que evidenciou o crescimento de computadores nos domicílios, passando de 47% em 2008 para 54% em 2009. O acesso à Internet no âmbito residencial mostrou um crescimento de 6% entre esses anos, sendo de 42% em 2008 e 48% em 2009. Outro dado bastante importante na utilização da internet no Brasil fica encargo dos jovens. Dos avaliado com idades entre 10 e 15 anos, 63% destes possuem acesso à internet, sendo que, este número passa para 68% nos entrevistados com idades entre 16 e 24 anos, 51% entre as pessoas com idades entre 25 e 34 anos, 16% entre as pessoas com idades entre 45 e 59 anos. Comparados com a edição da TIC Domicílios de 2008, estes resultados de 2009 mostraram aumento em todas as faixas etárias, sendo que os valores do ano de 2008 foram de 53%, 61%, 41%

e 13%, respectivamente (SANTOS, 2010).

A inclusão digital é uma geradora de autonomia quando empregada corretamente, sendo que, para Villela Júnior (2004) é indiscutível que tal autonomia é um grande e decisivo passo no processo da melhoria da qualidade de vida do indivíduo, acreditando-se com isso que, a construção do conhecimento seja um fator chave para a consolidação de comunidades mais saudáveis.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Com a ocorrência de sucessivas manifestações trabalhistas no século XX estudiosos de várias áreas foram impulsionados a pesquisar sobre a qualidade de vida no ambiente de trabalho, esta que indiretamente resulta na sua variável de origem, a qualidade de vida, resultando em um novo indicador que é a qualidade de vida no trabalho (PEDROSO; PILATTI, 2010).

Embora o tema qualidade de vida no trabalho e suas pesquisas possam parecer algo bastante recente, esta preocupação já se faz presente em séculos anteriores, podendo-se destacar a lei das alavancas, criada por Arquimedes em 287 a.C., visando diminuir o esforço físico dos trabalhadores (FRANÇA JÚNIOR; PILATTI, 2004). A partir de 1970 a qualidade de vida no trabalho passa a ser pesquisada em diversos países, sendo que no Brasil, de acordo com Ayres et al. (2004), apenas na década de 1980 é que surgiu uma atenção especial por esta área.

Excesso da jornada de trabalho, fadiga decorrente de esforços, falta de higiene e inadequação fabril foram fatores que contribuíram para deixar o trabalho cada vez mais impróprio, culminando com isso, um número elevado de acidentes de trabalho e ploriferações de doenças (PILATTI, 2007). Segundo Pedroso e Pilatti, (2010) existe relação entre a qualidade de vida no trabalho e a produtividade, porém, muitas vezes ocorrem limitações na mensuração da qualidade de vida no trabalho por esta se tratar de uma percepção subjetiva, podendo então, destoar da real qualidade de vida no trabalho da população avaliada. Esta variável subjetiva esta presente em qualquer instrumento de avaliação da qualidade de vida no trabalho, não podendo ser mensurada isoladamente.

MÉTODO

Para realização deste artigo, foi empregado o método de revisão sistemática de literatura, com o objetivo principal de evidenciar a importância da internet como principal instrumento de busca de artigos validados em diferentes bases de dados, sensibilizando e exibindo sua precisão e

acessibilidade na busca de trabalhos de diferentes temáticas, neste caso, a diferença dos números de publicações entre qualidade de vida (QV) e qualidade de vida no trabalho (QVT) na língua portuguesa.

Para a realização das buscas dos artigos científicos, foram utilizadas 4 (quatro) diferentes bases de dados, definidas por comodidade, sendo estas, MEDLINE; PubMed, SciELO (Scientific Electronic Library Online) e ScienceDirect. Nesta pesquisa foram realizadas buscas de artigos científicos com a utilização das seguintes palavras-chave: “Qualidade de vida” e “Qualidade de vida no trabalho”, Para os artigos científicos serem incluídos nesta revisão sistemática, os mesmos deveriam conter algumas das palavras-chave acima citadas em sua concepção.

RESULTADOS

Verificou-se que na base de dados MEDLINE, o resultado da busca sobre o termo “Qualidade de vida” encontrou 101573 artigos, sendo que, na mesma base de dados o resultado da busca pelo termo “Qualidade de vida no trabalho” foram de 1055 artigos. Na base de dados PubMed, encontrou-se apenas 3 artigos sobre “Qualidade de vida” e não foi encontrado nenhum artigo sobre “Qualidade de vida no trabalho”. Na base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), a busca por “Qualidade de vida” resultou em 896 artigos, sendo que o resultado da busca por “Qualidade de vida no trabalho” foram de 9 artigos. Na base de dados ScienceDirect, foram encontrados 319 artigos sobre “Qualidade de vida” e 87 artigos sobre “Qualidade de vida no trabalho”.

Conforme dados mostrados acima, fica evidente que a internet possibilita buscas direcionadas e rápidas sobre os mais variados temas e assuntos, independente da área destas pesquisas.

DISCUSSÃO

O Brasil tem despendido um grande esforço para implantar o acesso à Internet todas as escolas públicas do país, em todas as regiões, mesmo estando estas em locais de difícil acesso. O Plano Nacional de Banda Larga, em discussão neste início de 2010, deve tornar o acesso mais rapidamente, bem como, possibilitar acesso de melhor qualidade, porém, não adiantará de nada se os professores ou instrutores destas escolas não forem capazes de transmitir aos alunos as habilidades básicas para o uso dos computadores e da Internet disponibilizada, pois o papel da

escola é propiciar a inclusão digital em sua plenitude, ou seja, disponibilizando aos alunos os recursos necessários para que estes exerçam sua plena cidadania, e não utilizem a internet apenas para a comunicação em redes sociais. A inclusão digital necessita estar inserida na vida escolar, especialmente nas escolas públicas, o que será possível no exato momento em que os professores estiverem devidamente habilitados e forem capazes de utilizar a internet como uma forma mais avançada de ensino, sendo que para isso, fica necessário o treinamento e a disponibilização de conteúdos didáticos de boa qualidade através do próprio computador da escola conectado à Internet, preferencialmente na língua portuguesa (WAGNER, 2010).

Conforme uma pesquisa sobre inclusão digital realizada pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em 2003, o Brasil apresentou dados peculiares sobre o acesso às tecnologias computacionais, relatando assim que, 12,46% da população têm acesso a computadores dentro de suas residências, 8,31% tem acesso à Internet, 52,11% da amostra avaliada são mulheres, 23% dos aposentados avaliados têm acesso a computadores, e destes, 10,64% tem acesso à Internet, 28,44% dos trabalhadores formais têm acesso a computadores e que, 15,14% dos brancos, 3,97% dos negros e 3,72% dos índios possuem acesso à internet. A pesquisa também constatou que a cada 4 meses 1 milhão de brasileiros entram para o mundo virtual, constatando assim que, nestas proporções, seriam necessários 30 anos para atingirmos 100% da população brasileira na atualidade (VILELA JÚNIOR, 2004).

Mesmo com as ações do Governo Brasileiro visando à ampliação da inclusão digital e o acesso às Tecnologias da Informação pelas classes economicamente mais baixas, existe ainda um grande espaço que reforça a exclusão social existente no país. Dados obtidos pela recente pesquisa TIC Domicílios de 2009, mostraram que, mesmo tenha ocorrido um aumento no uso da internet junto a população mais pobre, esta ainda continua mais concentrada em classes mais elevadas financeiramente, as quais usufruem de acessos muitas vezes bastante semelhantes aos países desenvolvidos (SANTOS, 2010).

É bastante evidente que o Brasil é um país com diferenças sociais bastante gritantes, tanto que, detemos o título de ser o país campeão mundial desta categoria, país este que uma pequena parcela populacional detém a maioria das propriedades e bens de capital (VILELA JÚNIOR, 2004). No que diz respeito ao acesso a internet, pessoas pertencentes à classe A e B avaliadas na pesquisa TIC Domicílios de 2009, relataram que, 85% e 72% destas classes, respectivamente, utilizaram a Internet nos últimos 3 meses passados. Mesmo com o aumento da participação da Internet na Classe C do país, passando de 38% em 2008 para 42% em 2009, é bastante expressiva a diferença de uso

da Internet nessa classe social quando comparada com as classes A e B. As classes D e E ainda permanecem como excluídas da sociedade provida de informação, tendo apenas 17% das pessoas consultadas acesso à Internet (SANTOS, 2010).

CONCLUSÕES

Este estudo, no intuito de evidenciar e sensibilizar a importância da internet como principal instrumento de busca de artigos validados em diferentes bases de dados, obteve as seguintes conclusões.

A versatilidade da internet propicia a curiosidade, a vontade de aprender cada vez mais coisas novas, o prazer de estar acolhido e incluído perante esta sociedade, usufruindo destes meios imediatos de comunicação que não se encontram apenas para os mais ricos ou estrangeiros, mas para toda a população mundial.

A inclusão digital é mais do que necessária para incrementar cada vez mais as bases de dados e o enriquecimento do conhecimento da população brasileira, esta que, passando por um projeto correto de inclusão digital tende a cada vez mais desenvolver o seu conhecimento e a expandir sua cultura, seja ela, pertencente a sua vida cotidiana ou em outras temáticas que a pessoa desejar aprender.

Conclui-se, portanto, que a internet mostrou-se como uma ferramenta indispensável para a realização de revisões sistemáticas, mostrando que esta nos dias de hoje pode ser dita como a mais objetiva e direcionada ferramenta para obtenção de informações de inúmeras áreas distintas em tempo recorde.

REFERÊNCIAS

- AYRES, K. V.; SILVA, I. P. **Stress e Qualidade de Vida no Trabalho: a percepção de profissionais do setor de hotelaria.** In: FÓRUM INTERNACIONAL DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, 4., 2004, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ISMA-BR, 2004.
- FRANÇA JÚNIOR, N. R.; PILATTI, L. A. **Gestão de qualidade de vida no trabalho (GQVT): modelos que os líderes e gestores podem utilizar para propiciar uma melhor qualidade de vida no trabalho.** In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 11., 2004, Bauru. Anais... Bauru: UNESP, 2004.
- PEDROSO, B.; PILATTI, L. A. **Desenvolvimento do TQWL-42: Um instrumento de avaliação da qualidade de vida no trabalho.** 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa.
- PILATTI, L. A. **Qualidade de vida e trabalho: perspectivas na sociedade do conhecimento.** In: GONÇALVES, A.; GUTIERREZ, G. L.; VILARTA, R. (Org.). Qualidade de vida e novas tecnologias. Campinas, IPES Editorial, 2007.
- SANTOS, R. S. **Plano nacional poderá levar banda larga a 88% da população brasileira.** In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2009. São Paulo, 2010, pp. 53-57.
- SORJ, B. **brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SORJ, B., GUEDES, L. E. **"Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas"**, *Novos Estudos Cebrap*, nº 72, p.101-117, julho 2005.
- VILELA JÚNIOR, G. B. **Modelo de inclusão digital para construção Do conhecimento em qualidade de vida e Atividade física.** 2004. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação Física, Campinas, São Paulo.
- WAGNER, F. R. **Habilidade e inclusão digital - o papel das escolas.** In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2009. São Paulo, 2010, pp. 47-51.

Qualidades de vida e qualidade de vida no trabalho: Uma revisão sistemática dos diferentes números de publicações em momentos distintos.

Quality of life and quality of work life: A systematic review of different numbers of publications at different times.

***Marcos Vinícius Zirbes (Feevale)**

**** Gustavo Roes Salfelice (Feevale)**

***** Jacinta Sidegum Renner (Feevale)**

Palavras-chave: Qualidade de vida; Qualidade de vida no trabalho.

INTRODUÇÃO

Após a sociedade ter se sensibilizado pelo tema qualidade de vida (QV), cada vez mais surgiram conceitos para este, caracterizando-o como um assunto bastante subjetivo, propiciando o interesse paralelamente em termos como “padrão de vida”, “motivação”, “condições de vida”, utilizados estes por filósofos, políticos, pesquisadores da área da saúde e das áreas sociais (REIS JÚNIOR; PILATTI, 2008). Estudos sobre QV estão cada vez mais presentes na atualidade, sendo que estes não visam apenas analisar a QV propriamente dita, mas também identificar relações existentes entre esta variável e outros assuntos pertencentes a vida. Dentro deste contexto, ocorreram o surgimento de ramificações relacionadas, tal como a qualidade de vida relacionada à saúde (QVRS) e a qualidade de vida no trabalho (QVT) (CHEREMETA et al., 2011).

A QVT foi definida inicialmente sobre a reação e percepção das pessoas em relação ao seu trabalho, sendo estes, resultados individuais relacionados à satisfação com tarefas e saúde mental. Posteriormente, a QVT passou a conceber uma abordagem ou um método, passando a ser definida em termos de técnicas usadas para reformular o trabalho, visando o enriquecimento de tarefas e cargos, grupos de trabalho autônomos, comissões e outros. Após isto, QVT teve sua definição como um tipo de movimento, uma ideologia a ser promovida em função de positivos valores sociais, destacando temas como "democracia industrial" e "administração participativa", caracterizam essas idéias. Por fim, QVT foi encarada como um conceito globalizado que abrange todos os tipos de programas e perspectivas focados a problemas de qualidade, insatisfação de empregados e

* Especialista em Atividade Física e Saúde, discente do Mestrado Profissional em Inclusão Social e Acessibilidade.

** Doutor em Ciências da Comunicação, docente do Mestrado Profissional em Inclusão Social e Acessibilidade da Universidade Feevale.

*** Doutora em Engenharia de Produção com ênfase em Ergonomia, docente do Mestrado Profissional em Inclusão Social e Acessibilidade da Universidade Feevale.

competição externa (PAIVA; COUTO, 2008).

É bastante perceptível que o trabalho ocupa uma grande parcela da vida das pessoas, fato este que justifica intervenções na vida de trabalhadores. Mesmo tendo variáveis bastante semelhantes e grande interrelação, os conceitos de qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho apresentam uma acentuada e complexa distinção com a vida societária (PEDROSO; PILATTI, 2010). A sobreposição entre a qualidade de vida e o trabalho, uma vez que a qualidade de vida é multifatorial, mostra que as vivências no ambiente de trabalho tem influência direta e significativa sobre a qualidade de vida do trabalhador (TOLFO; PICCININI, 2001).

A relação entre a humanidade e as máquinas vem se intensificando cada vez mais, sendo que a tecnologia gera modificações impactantes no que diz respeito à utilização do tempo em atividades domésticas, escolares, profissionais e sociais, esta que, por conseguinte tende a alterar, também, a qualidade de vida dos indivíduos. O aumento gradativo de horas no regime trabalhista culminou com a desvalorização de profissões, acarretando em grandes insatisfações e o surgimento de movimentos a fim de obter melhores salários e condições de trabalho, que na maioria das vezes não acarretaram o sucesso esperado, porém, restam aos trabalhadores continuar exercendo seu trabalho para garantir sua sobrevivência (PEDROSO; PILATTI, 2010).

Muitas vezes as máquinas podem ser consideradas como sendo facilitadoras da vida diária, porém, a existência destas pode acarretar problemas que causam interferências diretas na qualidade de vida. A grande transformação tecnológica teve seu desenvolvimento na Inglaterra a partir da Revolução Industrial, por volta do Século XVIII, sendo um momento em que o sistema das fábricas e as máquinas culminaram em transformar a vida das pessoas. O salário instigou a delimitação de uma jornada semanal de trabalho, bem como, as demandas industriais resultaram em uma extinção de grande parte dos feriados e datas festivas da vida dos trabalhadores, muitas vezes pondo um fim em vários hábitos da vida em sociedade (DECCA; MENEGUELLO, 1999).

O objetivo principal deste artigo, por meio de revisão sistemática, é comparar a diferença dos números de publicações científicas entre temas distintos e provenientes, em duas diferentes datas (período de 5 meses), levando em conta que, a qualidade de vida no trabalho (QVT) surgiu a partir da qualidade de vida (QV).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

QUALIDADE DE VIDA

O conceito de qualidade de vida (QV) é algo bastante variável entre diferentes indivíduos, sendo que, aspectos que possam ser importantes para algumas pessoas podem não ser tão imprescindíveis para outras. Desta forma, estabelecer um conceito único de QV é bastante difícil, devido a sua subjetividade e multidisciplinariedade (REIS JÚNIOR; PILATTI, 2008). Para Minayo et al (2000), qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, esta que se encontra aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida social, ambiental, amorosa e familiar, sendo que, a síntese destes elementos direciona ao conforto e bem-estar. Relatos de França (2004) mostram que o significado para o termo QV não se limita em apenas um conceito, sendo este composto por infinitas relações que acabam gerando um conceito ímpar de qualidade de vida. Complementando, Minayo et al (2000) relatam que o termo QV é muito abrangente, refletindo diferentes experiências e conhecimentos vividos pelo indivíduo em diferentes espaços e épocas, culminando com uma construção social marcada pela relatividade cultural.

A definição de qualidade de vida em um único conceito fechado e absoluto ainda não foi possível de se definir, ressaltando sua subjetividade baseada em impressões pessoais de cada indivíduo, estas que são um produto resultante de diversos fatores experimentais de cada momento vivido (GASPAR, 2001). A afirmação anterior demonstra que a qualidade de vida tem sua variação de uma forma bastante pessoal, resultante da variedade de experiências vivenciadas por cada indivíduo. Para Santos et al., (2002), uma qualidade de vida satisfatória deve abranger condições para que o indivíduo venha a desenvolver suas potencialidades plenamente em todos os tipos de atividades.

Atualmente, existem três tipos distintos de concepções para o tema QV, estando estas baseadas nos pensamentos e ações dos indivíduos: de natureza comportamental, estando relacionada a estilos, opções de vida e hábitos; de natureza biomédica, relacionada à saúde; e de natureza governamental e social, tendo relação com ações de cidadania e com a participação dos indivíduos (REIS JÚNIOR; PILATTI, 2008). Estes três tipos de vertentes trabalham diretamente com a capacidade individual e comunitária de melhorar a QV, bem como, analisar diferentes aspectos, mas sempre buscando de um objetivo comum (GORDIA, 2008).

Segundo Minayo et al., (2000) existem três aspectos que exercem influência sobre o conceito de QV, sendo estes o contexto sócio-cultural; referente aos valores, necessidades e tradições; o período histórico no qual o indivíduo se encontra inserido; referente ao momento econômico, social e tecnológico; e a estratificação das classes sociais; referentes a diferentes conceitos gerados e baseados pelo nível social que o indivíduo se encontra. No entanto, a autora acrescenta que tais inconstâncias não impedem que um conceito global e hegemônico de QV venha a ser criado, porém, este pode vir a ser influenciado pelo mundo ocidental, mais urbanizado, rico, associado a certos valores que podem ser assim definidos: viagens, carro, computador, conforto, prazer, mesa farta, uso de tecnologias que diminuem o trabalho manual, entre outras riquezas e comodidades.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Com a ocorrência de sucessivas manifestações trabalhistas no século XX estudiosos de várias áreas foram impulsionados a pesquisar sobre a qualidade de vida no ambiente de trabalho, esta que indiretamente resulta na sua variável de origem, a qualidade de vida, resultando em um novo indicador que é a qualidade de vida no trabalho (PEDROSO; PILATTI, 2010).

Embora o tema qualidade de vida no trabalho e suas pesquisas possam parecer algo bastante recente, esta preocupação já se faz presente em séculos anteriores, podendo-se destacar a lei das alavancas, criada por Arquimedes em 287 a.C., visando diminuir o esforço físico dos trabalhadores (FRANÇA JÚNIOR; PILATTI, 2004). A partir de 1970 a qualidade de vida no trabalho passa a ser pesquisada em diversos países, sendo que no Brasil, de acordo com Ayres e Silva (2004), apenas na década de 1980 é que surgiu uma atenção especial por esta área.

Após a passagem da revolução industrial, o trabalho passou a ter uma visão mais humanizada, sendo que, condições subumanas com as quais o trabalho era conduzido na época levaram trabalhadores a lutar por melhor salários, menores jornadas de trabalho e melhores condições de trabalho. Na atualidade, a preocupação com o bem-estar e a saúde do trabalhador vem se intensificando e ganhando espaço, sendo que, o estresse e a insatisfação financeira referentes ao ambiente de trabalho tendem a ocasionar uma redução na produtividade dos trabalhadores empresariais. Pensando nesta perspectiva de que a empresa deve oferecer atividades que incentivem, atraiam os trabalhadores e promovam bem estar a estes, demonstra-se de certo modo, algo que compensa seus esforços pela produção empresarial (KETS DE VRIES, 2001; AYRES; SILVA, 2004; PEDROSO; PILATTI, 2010).

O ser humano dispende na atualidade, aproximadamente 9 a 10 horas diárias dedicadas ao trabalho, mesmo que seu padrão diário para tal seja de 8 horas, somando estas ao tempo de deslocamento e intervalos, ou seja, trabalhando este muitas vezes mais tempo do que realmente deveria (RUGISKI; PILATTI, 2007). A necessidade de produzir cada vez mais e obter realização pessoal ao mesmo tempo foi analisada por Pilatti (2007), afirmando que, a valorização humana tem se mostrado muitas vezes algo bastante incompatível com o mundo empresarial, pois, é preciso produzir mais em menos tempo, reduzindo custos e atendendo padrões de qualidade cada vez mais elevados, exigindo com isso, uma qualificação dos trabalhadores cada vez maior.

MÉTODO

Para realização deste artigo, foi empregado o método de revisão sistemática de literatura, com o objetivo principal de comparar as diferenças dos números de pesquisas publicadas entre a qualidade de vida (QV) e a qualidade de vida no trabalho (QVT) em dois diferentes espaços de tempo, buscando com isso, não só o engrandecimento das bases de dados científicas, mas também, a sensibilização da importância de se pesquisar cada vez mais o tema QVT, que na atualidade, se encontra com números de publicações consideravelmente mais baixos do que os de seu precursor, a QV.

Para a realização das buscas dos artigos científicos em dois momentos diferentes, foram utilizadas três diferentes bases de dados científicas definidas por comodidade, sendo estas, MEDLINE; SciELO (Scientific Electronic Library Online) e ScienceDirect. A primeira busca aconteceu no mês de julho de 2011 e a segunda busca ocorreu no mês de dezembro de 2011. Em ambos os momentos, foram realizadas buscas avançadas e refinadas de artigos científicos com a utilização das seguintes palavras-chave: “Qualidade de vida” e “Qualidade de vida no trabalho”, utilizando suas variantes na língua inglesa. Para os artigos científicos serem incluídos nesta revisão sistemática, os mesmos deveriam conter algumas das palavras-chave acima citadas em sua concepção.

RESULTADOS

Verificou-se que na base de dados MEDLINE, o resultado da primeira busca (mês de julho) sobre o termo “Qualidade de vida” encontrou 1845 artigos, sendo que, na mesma base de dados o resultado da busca pelo termo “Qualidade de vida no trabalho” foi de 100 artigos. Na base

de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), a primeira busca (mês de julho) resultou em 826 artigos sobre o tema “Qualidade de vida”, sendo que o resultado da busca por “Qualidade de vida no trabalho” foi de 8 artigos. Na base de dados ScienceDirect, foram encontrados na primeira busca (mês de julho) 140 artigos sobre “Qualidade de vida” e 42 artigos sobre “Qualidade de vida no trabalho”.

A segunda busca (dezembro de 2011), na base de dados MEDLINE, resultou em 2003 artigos sobre “Qualidade de vida” e 111 artigos sobre “Qualidade de vida no trabalho”, ou seja, comparado com a primeira busca (julho de 2011), ocorreram aumentos de 8,5% nas publicações de QV e 11% nas pesquisas de QVT. Na base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), a segunda busca resultou em 896 artigos sobre “Qualidade de vida” e 9 artigos sobre “Qualidade de vida no trabalho”, evidenciando com isso que, comparado com a primeira busca (julho de 2011), ocorreram aumentos de 8,4% nas publicações de QV e 12,5% nas pesquisas de QVT. A segunda busca (dezembro de 2011), na base de dados ScienceDirect, resultou em 320 artigos sobre “Qualidade de vida” e 88 artigos sobre “Qualidade de vida no trabalho”, ou seja, comparado com a primeira busca (julho de 2011), ocorreram aumentos de 128,5% nas publicações de QV e 109,5% nas pesquisas de QVT.

DISCUSSÃO

Excesso da jornada de trabalho, fadiga decorrente de esforços, falta de higiene e inadequação fabril foram fatores que contribuíram para deixar o trabalho cada vez mais impróprio, culminando com isso, um número elevado de acidentes de trabalho e ploriferações de doenças (PILATTI, 2007). Segundo Pedroso e Pilatti, (2010) existe relação entre a qualidade de vida no trabalho e a produtividade, porém, muitas vezes ocorrem limitações na mensuração da qualidade de vida no trabalho por esta se tratar de uma percepção subjetiva, podendo então, destoar da real qualidade de vida no trabalho da população avaliada. Esta variável subjetiva esta presente em qualquer instrumento de avaliação da qualidade de vida no trabalho, não podendo ser mensurada isoladamente.

Segundo Areias e Comandule (2006), a tecnologia, ao mesmo tempo que livrou o homem de trabalhos braçais mais perigosos e pesados, acabou por desenvolver uma nova visão de trabalho diversificado, aumentando cada vez mais o número de pessoas desempregadas que acabaram por se sujeitar a realizar trabalhos em condições que acometem o bem-estar e a saúde. Para Pilatti (2007), muitas vezes os avanços da tecnologia e a QVT não são temas convergentes e nem sempre a evolução tecnológica será um fator de aumento da QVT, porém, em alguns casos os trabalhadores

braçais podem ser beneficiados, mas os trabalhadores que utilizam o conhecimento são prejudicados pelo excesso de trabalho causados pelas evoluções da tecnologia e pela falta de tempo livre. Conforme Reis Júnior e Pilatti (2008), pesquisadores da área da QVT estão se esforçando em conceituar este termo tão amplo, buscando abranjer todos os tipos de elementos que possam influenciar sobre as condições de vida e de trabalho dos indivíduos.

Na atualidade, é evidenciado que o maior diferencial no âmbito empresarial provém de recursos humanos e não somente da tecnologia, sendo que esta é fundamental, mas o que difere uma empresa líder no mercado de uma empresa comum é o capital intelectual nela empregado (FRANÇA JÚNIOR; PILATTI, 2004; PILATTI; BEJARANO, 2005). A implantação da tecnologia pode igualar empresas, porém o que faz a diferença são as pessoas, estas que induzem a uma nova economia com uma nova forma de gestão empresarial, a qual valoriza o compartilhamento de idéias e a criatividade, resultando assim, em uma empresa que constantemente aprende com seus parceiros, clientes e colaboradores (PEDROSO; PILATTI, 2010). Partindo deste tipo de perspectiva, pode-se acreditar que o mercado do futuro tende cada vez mais valorizar o colaborador dentro da empresa, propiciando-lhe as melhores condições possíveis de trabalho para que este desenvolva o máximo de suas potencialidades e ao mesmo tempo, renda seu melhor desempenho (REGO et al., 2003; PEDROSO; PILATTI, 2010).

Para algumas empresas, os conceitos de valorização do capital humano, a qualidade do ambiente e satisfação pessoal no trabalho estão diretamente incorporadas ao desenvolvimento de uma maior qualidade de produtos e serviços, o que levou uma gama de organizações a investigar sobre alguns tipos de fatores distintos que estão relacionados diretamente com a saúde dos trabalhadores, sendo estes fatores: a satisfação pessoal, hábitos cotidianos, estilo de vida, lazer, qualidade de vida (QV) e qualidade de vida no trabalho (QVT) (TIMOSSI et al., 2010).

CONCLUSÕES

Este estudo, no intuito de investigar as diferenças numéricas e percentuais de publicações entre a qualidade de vida (QV) e a qualidade de vida no trabalho (QVT), obteve as seguintes conclusões.

Os dados obtidos nas três bases de dados científicas em datas distintas mostraram que a qualidade de vida no trabalho (QVT) tem um número reduzido de publicações quando comparada com a sua temática precursora, no caso, a qualidade de vida (QV), porém, no segundo momento de buscas (dezembro de 2011), em duas das três bases pesquisadas, a QVT obteve um maior

percentual do que a QV, o que evidencia, que a QVT vem sendo mais pesquisada na atualidade

Conclui-se, portanto, que esta revisão sistemática da literatura sobre a qualidade de vida no trabalho mostrou-se efetiva no que se diz respeito a obtenção de conhecimentos, aprendizado e qualidade de informações sobre a temática. Fica a sugestão para futuras pesquisas da mesma metodologia e temática que, utilizem-se maiores números de bases de dados científicas, enriquecendo com isso, cada vez mais, o conhecimento e as discussões sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

- AREIAS, M. E. Q.; COMANDULE, A. Q. **Qualidade de vida, estresse no trabalho e síndrome de burnout.** In: GONÇALVES, A.; GUTIERREZ, G. L.; VILARTA, R. (Org.). Qualidade de vida e fadiga institucional. Campinas, IPES Editorial, 2006.
- AYRES, K. V.; SILVA, I. P. **Stress e Qualidade de Vida no Trabalho: a percepção de profissionais do setor de hotelaria.** In: FÓRUM INTERNACIONAL DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, 4., 2004, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ISMA-BR, 2004.
- CHEREMETA, M.; PEDROSO, B.; PILATTI, L. A.; KOVALESKI, J. L. **Construção da versão abreviada do QWLQ-78: um instrumento de avaliação da qualidade de vida no trabalho.** Revista Brasileira de Qualidade de Vida. v. 3, p. 1-15, 2011.
- DECCA, E.; MENEGUELLO, C. **Fábricas e homens: a Revolução Industrial e o cotidiano dos trabalhadores.** São Paulo: Atual, 1999.
- FRANÇA, A. C. L. **Qualidade de vida no trabalho - QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial.** 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2004. 217, [1] p. ISBN 9788522438891.
- FRANÇA JÚNIOR, N. R.; PILATTI, L. A. **Gestão de qualidade de vida no trabalho (GQVT): modelos que os líderes e gestores podem utilizar para propiciar uma melhor qualidade de vida no trabalho.** In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 11., 2004, Bauru. Anais. Bauru: UNESP, 2004.
- GASPAR, C. A. F. **Qualidade de vida de trabalhadores que participam de práticas externas de cidadania empresarial: possibilidades de transformações individuais e coletivas.** 2001. 188 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- GORDIA, A. P. **Associação da atividade física, consumo de álcool e índice de massa corporal com a qualidade de vida.** 2008.181f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba.
- KETS DE VRIES, M. F. R. Creating authentizotic organizations: Well-functioning individuals in vibrant companies, **Human Relations**, v.54, n.1, p.101-111, jan. 2001.
- MINAYO, M. C. S. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário.** Rev. Ciência e Saúde Coletiva. V. 5. n. 1, 2000.
- PAIVA, K. C. M.; COUTO, J. H. Qualidade de vida e estresse gerencial "pós-choque de gestão": o caso da Copasa-MG. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000600008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 jul. 2011. doi: 10.1590/S0034-76122008000600008.
- PEDROSO, B; PILATTI, L. A. **Desenvolvimento do TQWL-42: Um instrumento de avaliação da qualidade de vida no trabalho.** 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do

Paraná, Ponta Grossa.

PILATTI, L. A. **Qualidade de vida e trabalho: perspectivas na sociedade do conhecimento.** In: GONÇALVES, A.; GUTIERREZ, G. L.; VILARTA, R. (Org.). Qualidade de vida e novas tecnologias. Campinas, IPES Editorial, 2007.

PILATTI, L. A.; BEJARANO, V. C. **Qualidade de vida no trabalho: leituras e possibilidades no entorno.** In: GONÇALVES, A.; GUTIERREZ, G. L.; VILARTA, R. (Org.). Gestão da qualidade de vida na empresa. Campinas, IPES Editorial, 2005.

REIS JÚNIOR, D. R.; PILATTI, L. A. **Qualidade de vida no trabalho: construção e validação do questionário QWLQ-78.** 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa.

REGO, A.; MOREIRA, J. M.; FELÍCIO M. J.; SOUTO, S. **As melhores organizações para trabalhar: um domínio específico de aplicação da responsabilidade social das empresas.** Papeles de ética, economia y dirección, nº8, 2003.

RUGISKI, M.; PILATTI, L. A. **Qualidade de vida: Inter-relações do tempo livre para os colaboradores de uma multinacional do ramo de alimentos.** 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa.

SANTOS, S. R.; SANTOS, I. B. C.; FERNANDES, M. G. M.; HENRIQUES, M. E. R. M. **Qualidade de vida do idoso na comunidade: aplicação da Escala de Flanagan.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 10, n. 6, p. 757-754, nov./dez. 2002.

TIMOSSI, L. S. et al . Análise da qualidade de vida no trabalho de colaboradores com diferentes níveis de instrução através de uma análise de correlações. **Prod.**, São Paulo, v. 20, n. 3, set. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132010000300014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 jul. 2011. Epub 21-Maio-2010. doi: 10.1590/S0103-65132010005000031.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. C. **As melhores empresas para trabalhar no Brasil e a qualidade de vida no trabalho: disjunções entre a teoria e a prática.** Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 165-193, jan./abr. 2001.

ACESSIBILIDADE E QUALIDADE DE VIDA NAS UNIDADES HABITACIONAIS ACESSÍVEIS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA CONSTRUÍDAS PELO DEMHAB, PORTO ALEGRE, RS

Autora: LUCIANE MARIA TABBAL¹ - Feevale
Coautor: JOÃO CARLOS JACCOTTET PICCOLI, Ph.D.² - Feevale
Coautora: Dr^a. LUCIANA NÉRI MARTINS³ - Feevale

Palavras-chave: Acessibilidade. Qualidade de Vida. Habitação de Interesse Social.

INTRODUÇÃO

“São nas situações onde o outro está mais desprotegido e vulnerável que aquele que projeta mostra sua capacidade de escuta, de interpretação e de imaginação.”

Eduardo Frank

A política habitacional brasileira, por meio de seus programas habitacionais, desconsiderou, por muito tempo⁴, a questão da acessibilidade em seus projetos. Em Porto Alegre, desde 2001, a Prefeitura, por iniciativa do Departamento Municipal de Habitação-Demhab, vem executando Unidades Habitacionais Acessíveis a Pessoas com Deficiência - UH PcD. A partir da existência de um programa para a construção de unidades habitacionais acessíveis, faz-se necessária a avaliação do projeto arquitetônico. Para tanto, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Como as pessoas com deficiência física, usuárias das unidades habitacionais acessíveis a pessoas com deficiência do Demhab/Porto Alegre, percebem a sua qualidade de vida e como avaliam o projeto arquitetônico, quanto ao atendimento de suas necessidades de uso e locomoção, a partir da mudança para o novo local de moradia? O objetivo geral será verificar a qualidade de vida percebida por pessoas com deficiência física, usuárias de unidades habitacionais acessíveis do Demhab/Porto Alegre e avaliar o projeto arquitetônico, quanto ao atendimento de suas necessidades de uso e locomoção, a partir da mudança para o novo local de moradia. Os objetivos específicos são: avaliar, na percepção dos usuários, se houve melhoria na sua qualidade de vida, no que se refere às relações humanas, sociais

¹ Graduada em Arquitetura pela UFRGS. Arquiteta do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre. Autora do projeto da Unidade Habitacional Acessível a PcD. Mestranda em Inclusão Social e Acessibilidade.

² Graduado em Educação Física (ESEF/UFPeL), 1977; Doutor em Educação Física (Ohio State University, Ohio, USA), 1985; docente do Curso de Educação Física e Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade- Feevale.

³ Arquiteta e Urbanista (Unisinos), 1996; Doutora em Educação (Universidad de las Islas Baleares - Espanha), 2009; coordenadora do Curso de Design de Interiores e docente curso de Arquitetura e Urbanismo- Feevale.

⁴ Segundo a Secretaria de Estado da Habitação de São Paulo (SÃO PAULO, 2010), somente em 2008 houve a determinação do governo para que as secretarias estaduais da Habitação seguissem os princípios do Desenho Universal em seus programas habitacionais de interesse social, revelando a ausência de programas de acessibilidade anteriores, exceto o caso de Porto Alegre e do CEPAM, ambos concebidos em 2001.

e de vizinhança, após o reassentamento; analisar se ocorreram mudanças na vida dos usuários, quanto à melhoria do acesso aos equipamentos de saúde, lazer e educação; avaliar se houve alteração quanto à condição de trabalho e geração de emprego e renda; identificar, por meio da Avaliação Pós-Ocupação - APO⁵, a condição de uso dos espaços e equipamentos, com instrumento baseado no Roteiro de Vistoria do CREA-RS; identificar, por meio da avaliação pós-ocupação, os pontos do projeto arquitetônico que poderão ser alterados, a fim de atender o mais plenamente possível as necessidades dos usuários, quanto ao uso da UH PcD.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Acessibilidade e Autonomia: O termo acessibilidade começou a ser usado em um contexto pós-guerra, quando as dificuldades geradas pelas barreiras físicas dos ambientes se tornaram incompatíveis com a condição de cidadania (SANTOS FILHO, 2010). No Brasil, o número de pessoas com deficiência é cada vez mais significativo⁶, e, desde a vigência da Lei de Cotas, as políticas públicas relacionadas à inclusão social e à acessibilidade estão em processo de transição, o que fez com que aumentasse o número de pessoas com deficiência nos postos de trabalho (RENNER et al., 2011). Esta possibilidade de trabalhar implica na possibilidade de circular em uma cidade sem barreiras, onde o acesso a todos os bens, serviços e postos de trabalho deve ser uma realidade viável a todas as pessoas. A importância da autonomia na moradia é observada por Santos, Santos e Ribas (2005) que afirma que a inclusão somente será completa se houver emancipação e autonomia. Pereira (2004) afirma que a moradia é um elemento facilitador da inserção da pessoa com deficiência na sociedade, propiciando um constante exercício de independência em atividades da vida diária.

Qualidade de Vida e Moradia Digna: O termo qualidade de vida foi definido em 1994 pelo grupo de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (OMS) como sendo “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.”. Segundo Prado (2005), a condição do ambiente é uma importante dimensão a ser considerada para garantir a

⁵ Conjunto de métodos e técnicas aplicado ao ambiente em uso, o qual afere o desempenho físico deste ambiente (EVANS, MCCOY, 1998 apud ORNSTEIN, 2005).

⁶Dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que quase 24% da população brasileira - 45,6 milhões de pessoas - têm algum tipo de deficiência. Em relação ao último Censo Demográfico, realizado em 2000, há um expressivo crescimento no número de pessoas que declarou algum tipo de deficiência ou incapacidade. Naquela ocasião, 24.600.256 pessoas, ou 14,5% da população, assinalaram algum tipo de deficiência.

qualidade de vida, e o ambiente deve ser adequado às necessidades de seus moradores ou frequentadores. Para que se possa viver com qualidade de vida, em um espaço adaptado às diversas necessidades, alguns itens devem ser considerados, desde as calçadas e o acesso à moradia, assim como todos os ambientes internos da moradia. Segundo Prado (2005), a moradia é uma das necessidades básicas de qualquer ser humano, como um espaço que promove abrigo e proteção. Uma moradia digna contempla as necessidades do ser humano em todas as etapas e circunstâncias da vida (KRÄHENBUHL, 2010).

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter descritivo. A investigação tem, como sujeito de estudo, as pessoas com deficiência física reassentadas em unidades habitacionais acessíveis do Demhab. A amostra será selecionada por conveniência e composta por dez pessoas com deficiência física e idade acima de 18 anos que habitarem dentre as 16 unidades habitacionais entregues entre os anos de 2003 e 2011. Os instrumentos de coleta de dados serão os seguintes: questionário WHOQOL-Bref, para medição da percepção da qualidade de vida; entrevista semiestruturada específica, para fins de medição da acessibilidade física; observações de comportamento, com a finalidade de identificar facilidades ou dificuldades no uso dos espaços da casa e seus equipamentos e Avaliação Pós-Ocupação (APO), a qual será feita por meio de levantamento físico dos espaços e equipamentos. A presente pesquisa, do ponto de vista da natureza, será uma pesquisa quantitativa (por meio da aplicação do questionário WHOQOL-Bref) e qualitativa (por meio de entrevista semiestruturada). A técnica de análise quantitativa deverá observar os critérios estatísticos, de maneira descritiva, por meio do cálculo das médias encontradas. A técnica de análise qualitativa deverá utilizar, como referência, o processo de categorização de Bardin (1979), considerando-se os dados, os documentos (planta baixa e fotos) e a análise propriamente dita, e identificando as unidades de significado, de maneira a poder agrupar as partes de acordo com o que possuem em comum.

ANÁLISE

Como se trata de um projeto de pesquisa, a coleta de dados está em fase de finalização. Sendo assim, os dados ainda não estão disponíveis para análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tratar-se de um projeto de pesquisa, as considerações finais somente estarão finalizadas quando da conclusão da coleta de dados e sua respectiva análise.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1979.

KRÄHENBÜHL, Lair. **Desenho Universal**: habitação de interesse social. São Paulo, SP: Governo do Estado de São Paulo, 2010.

ORNSTEIN, Sheila Walbe. Arquitetura, urbanismo e psicologia ambiental: uma reflexão sobre dilemas e possibilidades da atuação integrada. **Revista de Psicologia da USP**, n.16, São Paulo, SP, p.155-165, 2005.

PEREIRA, Gabriela Morais. O papel da habitação na inclusão social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA. Ações Inclusivas de Sucesso, 3., 2004, Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte, PUCMINAS, 2004.

PRADO, Adriana de Almeida. A arte de bem morar na velhice. In: CALDAS, Célia Pereira. Conversando sobre o autocuidado: a qualidade de vida como meta. In: PACHECO, Jaime; PY, Ligia; SÁ, Jeanete Liash (organizadores). **Tempo: rio que arrebat**a. Holambra, SP: Setembro, 2005.

RENNER, Jacinta Sidegum; PICCOLI, João Carlos Jaccottet; ETCHEVERY, Viviane Medeiros Pasqualeto; DI NAPOLI, Alexander Peres;THEVES, Tássia. A deficiência auditiva e a prevenção de acidentes na percepção de empresas do ramo calçadista. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. v. 23/24, p. 221-237, 2011.

SANTOS, Aguinaldo dos; SANTOS, Lisana Kátia Schmitz; RIBAS, Viviane Gaspar. Artigo Acessibilidade de habitações de interesse social ao cadeirante: um estudo de caso. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, RS, v. 5, n. 1, p.55-75 jan./mar. 2005.

SANTOS FILHO, Gildo Magalhães dos. Construindo um itinerário histórico do desenho universal: a normatização nacional e internacional da acessibilidade. In: PRADO, Adriana Romeiro de Almeida; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila Walbe (organizadores). **Desenho universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo, SP: Annablume, 2010.

**A RELAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES AVANÇADAS DA VIDA DIÁRIA, EVENTOS ESTRESSORES E DEPRESSÃO ENTRE IDOSOS
RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE IVOTI/RS**

Tatiane
Faouzat Wehbé¹

Prof. Dr. Márcio Geller Marques²

Profa. Dra. Anita Liberalesso Neri³

Profa. Dra. Geraldine Alves Dos Santos⁴

INTRODUÇÃO:

A partir das mudanças demográficas ocorridas, é visível que a população mundial está estendendo cada vez mais sua sobrevida. Entretanto, é preciso acompanhar essas mudanças, não oferecendo apenas maior número de anos de vida, mas também avaliando e oferecendo maior qualidade às mudanças que ocorrem na vida diária, visto que esta fase estabelece algumas peculiaridades.

Nos dias atuais, se dissipa a importância de manter um estilo saudável de vida, e de suas consequências na qualidade geral de cada sujeito, este fato se mostra ainda mais importante para os idosos, em busca de minimizar os efeitos que a idade imputa ao corpo. Envelhecer de forma satisfatória requer encontrar uma linha tênue entre as limitações e as potencialidades de cada sujeito, onde este terá de buscar formas de enfrentamento positivas para lidar com as vicissitudes do envelhecimento, por conta de suas perdas e restrições (NERI, 1995).

Segundo Fló e Perracini (2009), as AAVDs - Atividades Avançadas de Vida Diária, são utilizadas para análise de declínio das funções psíquicas em fase inicial em idosos, assim sendo foram utilizadas como base para o presente estudo. A pesquisa teve como objetivo geral avaliar a relação entre as dificuldades na execução das Atividades Avançadas de Vida Diária, os eventos estressantes e a incidência de depressão entre idosos acima de 65 anos residentes no município de Ivoti/RS.

MÉTODO

O presente estudo utilizou o banco de dados desenvolvido pela Rede de Pesquisa sobre Fragilidade em Idosos Brasileiros - Rede FIBRA Ivoti. A rede FIBRA é composta por quatro pólos: Universidade Estadual de Campinas, Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O estudo FIBRA de Ivoti pertence ao polo Unicamp da Rede FIBRA, sob a coordenação da Profa. Dra. Anita Liberalesso Neri, que elaborou o projeto, o protocolo e o procedimento de coleta de dados. Os subprojetos foram submetidos à avaliação pela

Comissão de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp tendo como registro o PARECER CEP: N° 208/2007.

Neste estudo foi construída uma amostra probabilística por meio da técnica de amostragem por conglomerados, tendo como unidade amostral os 19 setores censitários da zona urbana do município. Pelo fato da cidade ser considerada de pequeno porte, ou seja, menos de 20.000 habitantes, não foi possível realizar sorteio dos setores censitários. A amostra total de Ivoti foi de 197. Para o presente estudo foram analisados os dados de 161 sujeitos com idade superior a 65 anos, de ambos os sexos, que residiam na zona urbana de Ivoti.

Os idosos foram recrutados em seus domicílios de acordo com as regras do IBGE de recenseamento e avaliados individualmente na Universidade Feevale. A amostra foi representativa da população de idosos com mais de 65 anos do município, sendo avaliados sujeitos de todos os setores censitários. Os critérios de inclusão para a pesquisa foi ter idade igual ou superior a 65 anos, concordar em participar e ser residente permanente no domicílio. Os critérios de exclusão foram os seguintes: a) idosos com déficit cognitivo grave sugestivo de demência, evidenciado por problemas de memória, atenção, orientação espacial e temporal, e comunicação ou observados pelos recrutadores; b) uso de cadeira de rodas ou que se encontrassem provisória ou definitivamente acamados; c) portadores de sequelas graves de Acidente Vascular Encefálico, com perda localizada de força e/ou afasia; d) portadores de Doença de Parkinson em estágio grave ou instável, com comprometimentos graves da motricidade, da fala ou da afetividade; e) portadores de graves déficits de audição ou de visão, que dificultassem fortemente a comunicação; e f) os que estivessem em estágio terminal.

No início da sessão de coleta de dados, seguindo-se à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os idosos eram submetidos à avaliação do status cognitivo mediante um teste de rastreio, o Mini-Exame do Estado Mental - MEEM (FOLSTEIN, FOLSTEIN e MC HUGH, 1975). Os 161 idosos que pontuaram acima da nota de corte no MEEM para seu nível de escolaridade, realizaram as medidas relacionadas às variáveis psicológicas analisadas neste estudo.

Os instrumentos utilizados foram: Independência funcional para Atividades Avançadas de Vida Diária – AAVDs- 13 itens com respostas nunca fiz, parei de fazer e ainda faço (BALTES et al., 1993; REUBEN et al., 1990; STRAWBRIDGE et al., 2002; SOUZA, MAGALHÃES e TEIXEIRA-SALMELA, 2006). Experiência de eventos estressantes com 40 itens de respostas dicotômicas e escalares (5 pontos), mais um item de resposta estruturada pelo idoso, sendo 32 itens traduzidos e adaptados do The Elders Life Stress Inventory – ELSI (ALDWIN, 1990; FORTES-BURGOS, NERI e CUPERTINO, 2008), acrescidos de 8 itens construídos para a pesquisa da Rede FIBRA - Unicamp, segundo a realidade brasileira. Os sintomas depressivos foram avaliados pela Escala de Depressão Geriátrica-GDS-15 (YESAVAGE et al, 1983; ALMEIDA; ALMEIDA, 1999) e pela Escala de Sintomas CES-D (BATISTONI; NERI; CUPERTINO, 2010).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados coletados foram analisados quantitativamente e submetidos à análise estatística através do programa estatístico SPSS (v. 20.0). Os resultados demonstram que a média de dificuldades nas atividades avançadas de vida diária é de 2,52 dificuldades dentro da variação do instrumento de 0 a 12 dificuldades. Em relação aos eventos estressores a média foi de 5,62 eventos estressores, sendo que o instrumento apresentava um total de 40 eventos distribuídos em eventos de cuidado, de bem estar, finitude, descendência e transição. O evento de bem estar apresentou uma média de 1,88 eventos. A intensidade dos eventos estressores era apresentada em uma escala likert de 1 a 5, sendo a média apresentada pela amostra de 3,31. Os sintomas depressivos avaliados através do instrumento CES-D apresentaram uma média de 7,66 sintomas, sendo que 76,8% da amostra demonstrou ausência de sintomas depressivos. A depressão avaliada através da escala de depressão geriátrica – GDS mostrou uma pontuação média de 2,05, demonstrando pelos resultados que 91,9% dos sujeitos não apresentavam depressão.

A Atividade Avançada de Vida Diária que obteve maior diferenciação, a qual mais da metade dos idosos entrevistados parou de realizar foi na participação de trabalho remunerado com 55,3%, e 15,2% nunca fez e 11,2% ainda trabalha.

Melo (2009) traz a referência da cidade de Campinas, que é próxima à encontrada na presente pesquisa, onde 8,05% dos sujeitos ainda fazem trabalho remunerado, contra 87,92% que disseram nunca ter realizado esse tipo de AAVD. Esses dados estão vinculados à faixa etária pesquisada e a provável aposentadoria dos mesmos.

Na pesquisa de Melo (2008) 96,02% dos sujeitos ainda recebem visitas em casa, e dentre os que realizavam as visitas 71,81% ainda fazem, e 28,19% nunca fez. Em Ivoti 93,2% dos sujeitos ainda fazem visitas na residência de outras pessoas, sendo que apenas 4,3% parou de realizar. E dentre os que recebem visitas 98,8% ainda recebem, e apenas 0,6% pararam de receber e 0,6% nunca recebeu.

Sobre a participação em eventos sociais, em Campinas foi verificado que 37,58% ainda fazem e 62,42%, nunca fizeram. Dentre os idosos de Ivoti, no que trata da participação em eventos sociais, 68,9% ainda fazem, 20,5% parou de fazer, e 10,6% nunca fizeram. O resultado para os idosos que nunca fizeram visitas e sobre a participação em eventos sociais pode estar atrelado a questões de ordem cultural, visto que a pesquisa da autora se deu em Campinas, fora do estado do Rio Grande do Sul, e os idosos em Ivoti tem um desenvolvimento do aspecto social destacável. Foi constatado um melhor desempenho no domínio social, reforçando a colocação que o que é instrumentalizado na vida adulta é que irá solidificar positivamente ou negativamente no envelhecimento.

A frequência a templos religiosos que a autora revelou é menor do que a encontrada em Ivoti. Sobre os idosos que frequentam entidades religiosas 96,9% ainda frequentam, 2,5% parou de fazer, e 0,6% nunca realizou. Sendo este considerado um espaço importante das relações e apoio social.

Entre os dados coletados se observou, no estudo de correlação, a relação entre as dificuldades na execução das AAVDs, e o número total de eventos estressores, o número de eventos de bem-estar, a intensidade dos eventos de cuidado, a escala de depressão geriátrica e a idade dos entrevistados. O evento estressor de bem-estar é o estressor mais vinculado às questões psicológicas individuais do envelhecer, assim pode-se pensar que quanto maior forem as dificuldades no desempenho das AAVDs, isso potencializa os estressores psicológicos, pois coloca os idosos em situações como impotência sobre determinadas situações e dependência do cuidado de terceiros.

Houve relação significativa no que faz referência às dificuldades em executar AAVDs e a idade dos participantes ($p=0,023$), reforçando a importância da avaliação do idoso através de seus aspectos funcionais avançados, buscando trabalhar anteriormente a isso, e realizando a manutenção das outras atividades funcionais básicas e intermediárias.

Outro aspecto que insurge no processo do envelhecimento, e se mostra um dificultador para os idosos é a presença de eventos que afetam o bem-estar psicológico. Estes estão relacionados à adaptação pessoal do envelhecimento, representados em formas de ameaça ao senso de significado, sentimentos de solidão, problemas de saúde mental e crise espiritual (FORTES-BURGOS; NERI; CUPERTINO, 2009). A significância ($p=0.030$) apresentada nos dados da pesquisa nos dá subsídios para compreender e buscar atenuar estes aspectos que se apresentam mais intensamente nesta fase da vida.

Houve uma relação significativa nas dificuldades na realização das AAVDs e a presença de sintomas de depressão. Este fato também é reconhecido nos estudos por Melo (2008), onde pessoas idosas com deterioração das atividades funcionais tem mais chance de estarem depressivas ou de desenvolverem depressão, o que desencadeia uma relação negativa entre a não realização de determinadas atividades funcionais e depressão. Não descartando a possibilidade da relação ser inversa, com a presença inicial de sintomas depressivos e posterior dificuldade na realização de AAVDs.

CONCLUSÃO

Destaca-se a relação da depressão e dos eventos estressores nas dificuldades de execução de Atividades Avançadas de Vida Diária, confirmada através da revisão de literatura onde a depressão tende a desencadear a dificuldade na prática e das atividades avançadas, e principalmente o evento estressor de bem estar estão mais relacionados às questões psicológicas intrínsecas as envelhecer.

Cabe ressaltar a importância de conhecer individualmente os casos buscando a origem de cada

problema, investigando qual o sintoma inicial e trabalhando com uma equipe multidisciplinar para obtenção de resultados mais satisfatórios através da compreensão e assistência do indivíduo como um todo.

Palavras-Chave: Idoso. Atividades de Vida Diária. Estresse. Depressão.

REFERÊNCIAS

ALDWIN, C. M., The Elders Life Inventory (ELSI): Egocentric and nonegocentric stress. In M. A. P. Stephens, S. E. Hobfoll, J. H. Crowther & D. L. Tennenbaum (Orgs.), **Stress and coping in late life families**. Nova York: Hemisphere, 1990.

ALMEIDA O. P., ALMEIDA S. A. **Confiabilidade da versão brasileira da Escala de Depressão Geriátrica (GDS) versão reduzida**. Arq Neuropsiquiatr, 57:421-6, 1999.

BALTES, P. B. **On the incomplete architecture of human ontogeny: selection, optimization, and compensation as foundation of development theory**. American Psychologist, v. 52, n. 4, p. 366-380, 1997.

BATISTONE, S. S. T., NERI, A. L. e CUPERTINO, A. P. F. B. (2007). **Validade da escala de depressão do Center for Epidemiological Studies (CES-D) entre idosos brasileiros**. Revista Saúde Pública, 41(4), 598-605.

FLÓ, C. M., PERRACINI, M. R. e Col; Editores da Série: Carvalho, C. R. F. e Tanaka, C., **Funcionalidade e Envelhecimento – Fisioterapia: Teoria Prática Clínica**, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2009.

FOLSTEIN, M. F.; FOLSTEIN, S. E.; MCHUGH, P. R. **Mini-mental state: a practical method for grading the cognitive state of patients for the clinician**. Journal of Psychiatry Research, v. 12, n. 3, p. 189-198, 1975.

FORTES-BURGOS, A. C. G.; NERI, A. L.; CUPERTINO, A. P. F. B., **Eventos de vida estressantes entre idosos brasileiros residentes na comunidade**. Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 14, n. 1, Apr. 2009. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2009000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2009000100009&lng=en&nrm=iso)>. access on 01 June 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2009000100009>.

FORTES-BURGOS, A. C. G.; NERI, A. L.; CUPERTINO, A. P. F. B., **Eventos estressantes, estratégias de enfrentamento, auto-eficácia e sintomas depressivos entre idosos residentes na comunidade**. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 21, n. 1, 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722008000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722008000100010&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 June 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722008000100010>.

FOLSTEIN, M. F.; FOLSTEIN, S. E.; MCHUGH, P. R. **Mini-mental state: a practical method for grading the cognitive state of patients for the clinician**. Journal of Psychiatry Research, v. 12, n. 3, p. 189-198, 1975.

MELO, D. M. **Fragilidade, desempenho de atividades avançadas de vida diária saúde percebida em idosos atendidos em ambulatório de geriatria**. Campinas: Dissertação de Mestrado em Gerontologia, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2009.

NERI, A. L. (Org). **Palavras-chave em Gerontologia**. 2.ed. Campinas: Alinea, 2005.

NERI, A. L.; SMITH, J.; HECKHAUSEN, J.; CARSTENSEN, L. L. **Psicologia do envelhecimento: temas**

selecionados na perspectiva de curso de vida. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 276 p. (Coleção vivacidade)

ROSA, T. E. C. et al . **Fatores determinantes da capacidade funcional entre idosos**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 37, n. 1, Feb. 2003 .Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102003000100008&lng=en&nrm=iso>. accesson 26 June 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102003000100008>.

SOUSA, A. C., MAGALHÃES, L. C., e TEIXEIRA-SALMELA, L. F. (2006). **Adaptação transcultural e análise das propriedades psicométricas da versão brasileira do Perfil de Actividade Humana**. Cadernos de Saúde Pública, 22(12), 2623-2636.

YESAVAGE J. A. et al. **Development and validation of a geriatric screening scale**. Journal of Psychiatry Research, 17:37-49, 1983.

O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

*Aline Missel – FEEVALE

Palavras-Chave: Deficiência Física. Profissionais da Saúde. Ciências Sociais e Humanas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica realizada através de diferentes obras e autores, com o objetivo de contribuir para uma melhor compreensão do papel que cabe aos profissionais da área da saúde em relação à inclusão social de pessoas com deficiência física. A escolha desse tema se deve a uma angústia pessoal diante do tipo de abordagem a que estão submetidos os pacientes em tratamentos nas instituições de reabilitação. Sendo o foco do profissional da saúde ainda predominantemente biológico e muitas vezes, enfatizando a doença e suas intercorrências, e não o paciente no seu contexto sociocultural.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 10% da população mundial apresentam algum tipo de deficiência. No Brasil, segundo o Censo Demográfico de 2010, o número de pessoas com deficiência é de aproximadamente 23,9% da população, sendo a deficiência física 7,0% (IBGE, 2010).

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), aprovada em 2001 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é um dos avanços na compreensão da deficiência física, levando em consideração a função e estrutura corporal, atividades e participação, como também os fatores ambientais. A CIF avalia a funcionalidade e a incapacidade dos indivíduos pelo contexto ambiental onde vivem, representando uma mudança de paradigma em relação à deficiência e a inclusão social (Farias, Buchalla, 2005).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) o conceito de saúde é o completo bem-estar físico, mental e social. E refletindo sobre esse conceito, pode-se dizer que processo de viver com ou sem saúde não se reduz somente aos aspectos orgânicos, mas está relacionada às

*Fisioterapeuta, psicopedagoga institucional, docente universitária e mestranda em Inclusão Social e Acessibilidade (FEEVALE)

características de cada contexto sociocultural e aos significados que cada indivíduo atribui ao seu processo de viver. Deve-se considerar tanto os fatores externos do entorno social, quanto às condições de vida e de trabalho, as condições culturais, ambientais, entre outras (Schaurich e Zamberlan, 2011).

E pensando em reabilitação de pessoas com deficiência física, o conceito de reabilitar inclui diagnóstico, intervenção precoce, utilização adequada de recursos tecnológicos, continuidade de atenção, e diversidade de modalidades de atendimentos. Como também, à compensação da perda da funcionalidade do indivíduo, à melhoria ou manutenção da qualidade de vida e à inclusão social (Ribeiro, 2010). Para Coelho e Lobo (2004), “o trabalho de reabilitação deve englobar tanto o aspecto técnico quanto o da cidadania da pessoa com deficiência” (Maroto, Rocha, Rocha, Vieira e Uchôa, 2012).

O autor Cecílio (2006), descreve as necessidades de saúde em quatro grandes conjuntos: “ainda que maneiras diferentes de viver levem a diferentes necessidades de saúde”, sendo a primeira necessidade a de “ter boas condições de vida”. A segunda seria o acesso ao consumo de tecnologias capazes de melhorar e/ou prolongar a vida, ressaltando que as tecnologias são várias e não deve haver hierarquização entre elas. A terceira é a criação de vínculos “(a)efetivos” entre usuários e profissionais, onde essa relação não deve se restringir à adscrição da clientela e sim um encontro de subjetividades. E a quarta necessidade de saúde é ter graus crescentes de autonomia nos “modos de andar a vida” (Ayres e Othero, 2012).

De acordo com Almeida, Tissi e Oliver (2000), na prática da assistência à saúde das pessoas com deficiência, muitas vezes, as principais demandas e necessidades não estão na gravidade orgânica ou nas limitações funcionais, mas, sim, nos processos sociais e relacionais, que condicionam desigualdades entre os cidadãos (Ayres e Othero, 2012). A partir disso, tornam-se imprescindíveis ações intersetoriais, considerando-se as especificidades que a vivência da deficiência impõe e as necessidades gerais de qualquer cidadão em seu contexto sociocultural (Ayres e Othero, 2012).

Na deficiência física, a visibilidade dessa condição, e suas consequências, podem ser exacerbadas, pois considerável parte dos sinais está corporificada na aparência, forma, tamanho e funcionalidade, denunciando a diferença. Lembramos que as experiências corporais ocorrem em particulares situações de vida e em um corpo socializado. Em relação à experiência da deficiência física, o seu caráter socialmente construído é legitimado pela diversidade de significados que pode assumir dentro de um mesmo grupo social, que está além da dimensão física, e se apóia em padrões culturais de referência. Neste contexto, o sentir-se deficiente pode ou não coincidir com o fato de

ser reconhecido como tal, podendo levar a instabilidades negativas e/ou positivas na vivência dessa condição. E o quanto uma deficiência física pode levar a uma incapacidade e/ou desvantagem social decorre de fatores históricos, culturais, políticos e sociais (Shuttleworth, Kasnitz, 2004 apud Barsaglini e Martins, 2011).

Sobre a condição do existir com deficiência, Merhy (2000) cita que "Isso implica a busca de construir, a partir do diálogo com o outro, projetos terapêuticos individualizados" (Mattos, 2004, apud Ayres e Othero, 2012). Deve-se direcionar o paciente ao centro da relação com os serviços de saúde, superando a visão de uma relação "médico-paciente" tradicional e partindo para uma relação efetiva entre sujeitos (Oliveira, 2002).

Os profissionais da área da saúde representam a organização formal da prática de saúde, na maior parte dos casos, tendo a Biomedicina como referência. É o setor que, por ser mais desenvolvido, organizado e poderoso, acabou submetendo todas as outras práticas de saúde à sua autoridade. Pela sua grande penetração e pelo poder de que dispõe em algumas sociedades, como a brasileira, o setor profissional busca impor-se sobre os demais setores. (Camargo Jr, 1995; Luz, 1979).

Segundo Schraiber (2000) e Mendes-Gonçalves (1992, 2000), as necessidades de saúde são um aspecto importante para produzir reflexões sobre os serviços, sendo que os indivíduos são sócio-historicamente determinados e por tanto, as necessidades também são históricas e sociais, determinadas pela existência real dos mesmos (Campos, Mishima, 2005 apud Ayres e Othero, 2012).

METODOLOGIA

Este estudo é caracterizado por descritivo-reflexivo, com dados fundamentados na literatura. Analisam-se os temas e as abordagens teórico-conceituais da atuação dos profissionais da saúde em pessoas com deficiência física, nos aspectos relacionados à inclusão social.

ANÁLISE

Deve-se dizer que os serviços de saúde são um tipo particular de etnocentrismo, em que a equipe de saúde passa a julgar seus usuários a partir da visão de seus membros, estabelecendo unilateralmente o que é certo ou errado, adequado ou inadequado em relação ao cuidado à saúde. Como afirma Kleinman (1980), estudos de nossa própria sociedade e investigações comparativas

devem iniciar contemplando a atenção à saúde como um sistema que é social e cultural na sua origem. O que ocorre, então, é uma relação de cumplicidade entre quem presta e quem recebe o serviço.

Da mesma forma que a pessoa com deficiência física vive uma situação de incertezas em relação a suas próprias limitações, o mesmo se passa com o profissional, onde ele tem de descobrir, quais são as necessidades e os recursos relevantes em cada situação. Por isso, o significado de saúde necessita de reformulações, pois sua complexidade vai além da articulação teoria e prática, acarretando questionamentos que fortaleçam e divulguem o conceito de saúde em uma perspectiva ampliada. Compreendendo o ser humano como um ser singular e multidimensional, que está inserido em um contexto sociocultural. Enfim, mostra que as necessidades não se resumem à doença e/ou sequelas, que envolve o contexto sociocultural, sendo o paciente um sujeito com história, valores e desejos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na questão da deficiência física, é um processo complexo e trabalhoso no qual a pessoa que procura atendimento em reabilitação se depara com questões e conflitos acerca de muitos aspectos de sua vida, desde a mudança em seu corpo até os fatores sociais. Pensar coerentemente o contexto de relações, valores, implicações, dependências e afetações entre pacientes e equipe profissional ou instituição é o que servirá de fundamento ou direcionamento para um trabalho adequado e de qualidade.

Pensando nessas questões, há a necessidade de refletirmos sobre uma conduta coerente entre os profissionais da saúde. Pois podemos concluir que a reabilitação contempla aspectos educacionais, sociais e terapêuticos, e que, a pessoa com deficiência física necessita restabelecer ou desenvolver maneiras de adquirir da melhor forma possível qualidade de vida.

A técnica e os dispositivos institucionais encontram seu direcionamento e aplicação adequados quando se leva em consideração que a pessoa, os profissionais e a instituição desenvolvem vínculos, que existe uma condição de fragilidade em que as pessoas normalmente se encontram. Apesar de o discurso ser fácil, quando chega o momento de sua aplicação deparamo-nos com uma prática que exclui os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais do processo saúde/doença.

REFERÊNCIAS

AYRES, J.R.C.M., OTHERO, M.B. **Necessidades de Saúde da Pessoa com Deficiência: A Perspectiva dos Sujeitos por Meio de Histórias de Vida.** Interface – Comunicação, Saúde, Educação. Interface (Botucatu), vol. 16 n° 40, Jan/Fev., 2012.

Disponível em: <www.scielo.org>, acessado em 10 de junho 2012.

BARSAGLINI, R. A . MARTINS, J.A . **Aspectos da Identidade na Experiência da Deficiência Física: Um Olhar Socioantropológico.** Interface – Comunicação, Saúde, Educação. (Botucatu), vol. 36, Jan/Fev., 2011. Disponível em: <www.scielo.org>, acessado em 13 de maio de 2012.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Perfil das deficiências nos domicílios no Brasil. Brasília, DF, 2010. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, 2009). Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >, acessado em 05 de maio de 2012.

BUCHALLA, C.M.; FARIAS, N. **A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas.** Revista Brasileira de Epidemiologia, 8(2): 187-93, 2005. Disponível em: <www.scielo.org>, acessado em 07 de abril de 2011.

CAMARGO Jr, K. **Medicina, medicalização e produção simbólica.** Pitta, A.M. Saúde & Comunicação: visibilidades e silêncios. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1995, p.13-24.

KLEINMAN, A. **Patients and healers in the context of culture.** Berkeley: University of California Press, 1980.

LUZ, M.T. **As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégias de hegemonia.** Graal, Rio de Janeiro, 1979.

MAROTO, R.M.; ROCHA, N.S.D.; ROCHA, P.M.; VIEIRA, R.M.V.; UCHÔA, A .C. **Trabalho em Equipe no Contexto da Reabilitação Infantil.** Physis: Revista de Saúde Coletiva. Vol. 22, n° 1, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <www.scielo.org>, acessado em 10 de junho de 2012.

OLIVEIRA, F.A . Antropologia nos Serviços de Saúde: Integralidade, Cultura e Comunicação. Interface – Comunicação, Saúde, Educação. Vol. 6, nº 10, Botucatu, Feb. 2002. Disponível em: <www.scielo.org >, acessado em 23 de maio 2012.

RIBEIRO, C.T.M. et al . **O Sistema Público de Saúde e as Ações de Reabilitação no Brasil.** Revista Panamericana de Salud Publica, v. 28, p. 43-8, 2010.

SCHAURICH, D., ZAMBERLAN, C. **Significados do Conceito de Saúde na Perspectiva de Docentes da Área da Saúde.** Esc. Anna Nery (impr.), abr-jun 2011, 15 (2): 389-394. Disponível em: <www.scielo.org >, acessado em 15 de abril 2012.

As Políticas Públicas e o Adolescente infrator: A Inclusão Pós Sanção, um retrato da realidade dos jovens egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo

Andréia Lorena Ferraz

Universidade Feevale

Telefone: (51) 93634960

e-mail:andreialorena@terra.com.br

Palavras-chave: adolescente, infrator, inclusão e políticas públicas.

Introdução

As oportunidades que aparecem para os jovens egressos de um sistema de detenção são poucas, com o aumento do desemprego e por consequência, diminuição das oportunidades de trabalho para a população em geral, a possibilidade de um jovem egresso garantir “seu lugar ao sol” é muito menor do que um jovem que nunca teve “passagens” pelo sistema, não só pelo preconceito mas também, pela falta de qualificação. Este artigo busca verificar se as Políticas Públicas apresentadas pelo Estado em especial pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), estão atingindo seus objetivos.

O Jovem Egresso e a Inclusão

O trabalho com jovens infratores, trás à análise a grande dificuldade de inclusão desses jovens ao retornarem das fundações de atendimento socioeducativo. Eles, não são apenas adolescentes que protagonizaram um conflito com a lei, há um rótulo “são ex-internos”, são marcados com marcas invisíveis, que como o vento não se mostra mas se sente e muito. O rótulo é taxativo, excludor, coloca a margem aquele que por direito deveria estar no centro. Ele não é o filho da fulana, ou o neto do sicrano, ele é um ex-interno da antiga FEBEM, hoje FASE.

Não se preocupa em um primeiro momento, saber como aquele jovem chegou a tal estágio que necessitou da “pena-sanção”, seus problemas familiares, sua estrutura em um grupo social, suas carências e necessidades. A preocupação maior é como punir as soluções que a sociedade apregoa, no mais das vezes, estão ligadas ao aumento das sanções e da repressão, aliadas à recorrente postulação de redução da idade da maioridade penal.

O número de crimes e de atos infracionais cresce, a cada dia ficamos chocados com a quantidade de infrações que ocorrem em nosso meio, muitas delas praticadas com extremada

violência, recolocar o jovem após esta passagem não é fácil.

O presente artigo parte de uma reflexão sobre as dificuldades de inclusão do jovem infrator e o trabalho da Fundação de atendimento socioeducativo – FASE- para preparar o retorno desse jovem à sociedade.

Não basta atribuir toda a responsabilidade às medidas impostas após a prática dos atos infracionais de modo a sobrecarregar as instituições e aparelhos estatais para fazer cumpri-las, é necessário também que haja a efetiva participação de outras entidades ao aplicar as medidas que visem prevenir que os jovens entrem na vida do crime através da oferta de projetos culturais, lazer, esporte e investimento em educação, pois como já comentado a escola é uma instituição importantíssima na contribuição para formação e socialização do menor, pois quando esta tiver sua qualidade comprometida torna-se um vetor de criminalidade juvenil face à sua ineficiência.

O Estado compartilha a responsabilidade de forma igualitária com a família e sociedade, contudo tem a precípua função de prevenir as infrações entre menores, garantindo-lhes adequadas políticas assistenciais e educativas. Neste sentido, evocam-se a garantia de acesso às políticas sociais básicas, como saúde, educação, lazer e segurança. É por esta via que se previnem as privações, os preconceitos e o crescimento da delinquência juvenil.

Nesta análise é possível verificar que a atuação do Estado se dá tanto preventiva quanto repressivamente, destacando a importância da prevenção para se evitar a submissão do adolescente às medidas que demonstram maior dificuldade para recuperação dos menores infratores e reintegração à vida social.

Das Políticas Públicas de Inclusão

Ao mencionar o dever do poder público, em seu art. 4º, o Estatuto já está contemplando a responsabilidade do Estado seja legislando, seja implementando medidas concretas para efetivação do que determina a lei, a fim de garantir os direitos e a proteção da criança e do adolescente. Os cuidados trazidos pela legislação são facilmente identificados na CF/88, no art. 23 que enumera algumas competências tais como o previsto no seu inc. II, que manda cuidar da saúde e assistência pública, e o inc. V, mandando proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, bem como o inc. X que atribui competência comum para combater as causas de pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

A participação do Estado é mais do que necessária, além de ser uma obrigação legal este deve intervir sempre que falharem a família e a sociedade. Sua intervenção é necessária para proteção à vida da criança, principalmente aquela maltratada pelos pais, uma vez que a violência dos pais impede a inserção do jovem na vida familiar, escolar ou social.

A tarefa de incluir um excluído no meio social requer habilidades em todas as áreas e este deve manifestar-se desde as políticas sociais e em todos os seus segmentos. As medidas sócio-educativas objetivam ressocializar o infrator para a convivência social, desejando que cumpra satisfatoriamente as medidas, inserindo-o na sociedade com novos ideais e perspectivas, de modo a se tornar um adulto habilitado para conviver de maneira produtiva em seu meio sócio-familiar, tende então de proporcionar a inclusão.

O principal objetivo do processo sócio-educativo deve constituir-se em condição que garanta o acesso do jovem egresso as oportunidades de superação de sua condição de exclusão e

participação na vida social.

Considerações Finais

O paradigma ressocializar propugna, portanto, pela neutralização, na medida do possível, dos efeitos nocivos inerentes ao castigo, por meio de uma melhora substancial do seu regime de cumprimento e de execução, e, sobretudo, sugere uma intervenção positiva no egresso que, longe de estigmatizá-lo com uma marca indelével, o habilite para se integrar e participar da sociedade, de forma digna e atuar, sem traumas ou condições especiais.

Os projetos para atendimento do jovem infrator, não estão atendendo o objetivo desejado por completo, pois temos reincidentes, tem um grande complicador/barreira o problema é que, muitas vezes, o crime organizado reconhece a volta deste jovem e o seduz novamente. Ou mesmo as drogas voltam a serem consumidas. Ou ainda, faltam oportunidades e os jovens se vêem obrigados a voltar ao tráfico. Esta questão tem se mostrado bem polêmica, encerrando debates, por vezes bem acalorados.

No que foi até o presente pesquisado, verifica-se que por mais que tenhamos projetos de inclusão do egresso, temos também que trabalhar a sociedade para aceitar este jovem, e manter este jovem, pois ele está aberto às oportunidades que a vida lhe oferece, são as “portas da vida” basta à escolha.

Referências

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal*. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BRASIL. Site do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em www.cnj.gov.br.

BRASIL. Site da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. Disponível em www.sjdh.rs.gov.br.

BRASIL. Site da FASE Rio Grande do Sul. Disponível em www.fase.rs.gov.br.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Senado, 1988.

BRANCHER, Leoberto & Silva, Suziâni (orgs). *Justiça para o século 21: semeando justiça e pacificando violências / secretaria especial dos direitos humanos da presidência da república*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

SARAIVA, João Batista da Costa. *Adolescente e ato infracional*. Porto Alegre: Livraria do advogado Editora, 1999.